



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXI — Nº 41

SEXTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 1976

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1976

Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a elevar em Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, autorizada a elevar, temporariamente, o parâmetro fixado pelo item II do art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, do Senado Federal, a fim de que possa realizar operações de crédito, no montante de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de cruzeiros) junto à Caixa Econômica Federal e Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), junto ao Banco Nacional da Habitação (BNH), destinados ao financiamento de projetos e atividades nas áreas de Saúde, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Saneamento e Transportes, naquele Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de maio de 1976. — Senador *José de Magalhães Pinto*, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 58ª SESSÃO, REALIZADA EM 6-5-76

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Fala da Presidência

Alusiva à finalidade da presente sessão, destinada a comemorar o sesquicentenário da instalação dos trabalhos do Senado.

Oradores:

SENADOR RUY SANTOS, em nome da ARENA

SENADOR MAURO BENEVIDES, em nome do MDB

1.2 — ENCERRAMENTO

2 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

— Edital de Convocação de Sessão Plenária.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

ATA DA 58ª SESSÃO, EM 6 DE MAIO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 15 horas e 30 minutos, acam-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Velela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Paulo Brossard.

Compõem a Mesa, à direita do Sr. Presidente, os Srs. Senadores Marcos Freire e Alexandre Costa; à esquerda, os Srs. Senadores Ruy Carneiro e Henrique de La Rocque.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Declaro aberta a sessão solene do Senado Federal, convidando S. Ex^a o Senhor Ministro Djaci Falcão, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a compor a Mesa. (Pausa.)

O Sr. Ministro Djaci Falcão toma assento à Mesa, à esquerda do Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Acha-se no edifício do Senado Sua Excelência o Senhor Presidente da República, em exercício, General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos.

Solicito à Comissão composta pelos Líderes da Maioria e da Minoria e pelos 1º e 2º-Vice-Presidentes desta Casa que acompanhem Sua Excelência ao plenário, conduzindo-o até à Mesa. (Pausa.)

Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no recinto o Senhor Presidente da República, em exercício, General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos, indo Sua Excelência tomar assento à Mesa, à direita do Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A presente sessão destina-se a comemorar o sesquicentenário da instalação dos trabalhos do Senado.

Dando início às comemorações da data histórica, ouviremos o Hino Nacional.

É executado o Hino Nacional, ouvido de pé, por todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Excelentíssimo Senhor General Adalberto Pereira dos Santos, Presidente da República, em exercício, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Srs. Ministros de Estado, Srs. Representantes de Ministros, Srs. Senadores, minhas Senhoras, meus Senhores;

Esta Casa comemora, hoje, Srs. Senadores, um século e meio de trabalho e de devotamento ao Brasil.

Das instituições políticas criadas pela Constituição de 1824, o Parlamento é a única que sobrevive, na integridade de sua feição original. A permanência e a continuidade histórica do Legislativo bastariam, por si sós, para dar a dimensão da importância do Senado e do significado de nossas profundas responsabilidades.

Exatamente por isto, esta Sessão Solene não deve ser apenas um ato de reverência aos que nos precederam, mas sobretudo um momento de reflexão para os que nos hão de suceder.

Nada mais somos que guardiões das tradições arraigadas no espírito das gerações que fizeram a Independência; das que implantaram a Monarquia constitucional e das que a transformaram na República Federativa de hoje. E porque temos consciência de que somos a transitoriedade, temos deveres na manutenção e na continuidade das aspirações iminentes ao povo brasileiro.

A história do Senado é parte indelével de nossa própria História. Vivemos o Brasil na materialização de seu grandioso destino. Muitos dos que falaram no plenário do Senado lutaram pela Independência de armas na mão. Um número significativo dos que aqui sentiram o sonho da modernização institucional do País, viveram o suficiente para que aqui se sentassem, ajudando na edificação da República.

Os Anais desta Casa não guardam apenas uma parte importante dos debates parlamentares. São, antes, testemunhos vivos da busca constante pelo aprimoramento de nossa existência de povo livre e emancipado.

Nestes cento e cinquenta anos que hoje comemoramos, mudaram os cenários de nossa atuação. Mas não mudou o sentimento de grandeza que fez da atuação parlamentar o Gênesis do pensamento político brasileiro. Não nos afirmamos apenas como instituição política indissociável de nosso próprio destino. Fomos a criatividade e fomos as crises. Fomos o ideal e fomos a realização. Só não fomos, Srs. Senadores, a desesperança, porque não somos a negação e nem o negativismo.

"O Senado" — já o disse o historiador — "foi o grande baluarte contra os radicalismos." Nesta Casa, a dissensão destruidora jamais encontrou abrigo, porque a conciliação é um preceito ético que transcende os interesses pessoais de nossa coletividade. E porque temos compromissos com a finalidade civilizadora do Parlamento, sobrevivemos a todas as formas de Governo, como instrumento indispensável na concretização das grandes reformas.

Neste século e meio de existência, sucumbimos por breves e fugazes momentos de nossa História. Mas quando sucumbimos, desapareceram conosco as liberdades públicas. Enganam-se, portanto, os que julgam que o Congresso Brasileiro perdeu a sua finalidade. Enquanto formos representantes do povo, escolhidos em eleições livres, seremos forçosamente porta-vozes autênticos das aspirações nacionais.

Esta Casa, na qual se aprende a arte difícil da transação democrática, será sempre, quaisquer que sejam as transformações a que esteja fadada, a escola de civismo em que se forjam as grandes vocações para a vida pública. Não foi por outra razão que José Maria dos Santos, analista da vida pública brasileira, afirmou com toda propriedade: "Quem faz o estadista é o ambiente político, e quem faz esse ambiente é o Parlamento, como fundamento da vontade nacional".

Na realidade, ele apenas repetiu a constatação do viajante francês Charles Ribeyrolles, que, cem anos antes, já se espantava com o acatamento do povo pelo velho Parlamento do Império: "O Parlamento Brasileiro é uma instituição querida no País. Suas liberdades estão profundamente enraizadas e seria mister uma tormenta forte para abatê-las ou desmoroná-las".

Se pudesse interpretar o que julgo ser o sentimento coletivo, no desejo comum de sermos fiéis às tradições da Casa a que pertencemos, eu me permitiria dizer perante Vossas Excelências que o Senado de um século e meio se renova, hoje, na reverência que juntos prestamos à grandeza desta instituição. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Os dois Partidos brasileiros se farão ouvir, hoje, nesta Sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. RUY SANTOS (ARENA — BA. Em nome da Maioria, pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente General Adalberto Pereira dos Santos, que nos honra com a sua presença, nesta oportunidade; Sr. Ministro Djacy Falcão, que nos traz o prego da Justiça brasileira; Srs. Ministros de Estado; Sr. Procurador-Geral da República; Srs. Oficiais-Generais; Srs. Ministros de Tribunais Superiores; Sr. Presidente Magalhães Pinto; meus Senhores, minhas Senhoras; Srs. Senadores:

O Senado Brasileiro existe desde 6 de maio de 1826, com a instalação da Assembléia-Geral. Cento e cinquenta anos! Um século e meio! O Senado do Império não foi porém, o mesmo da República. A Constituição de 28 de março de 1824 estabelecia nos artigos 40, 41, 42 e 43:

"Art. 40. O Senado é composto de membros vitalícios, e será organizado por eleição provincial.

Art. 41. Cada província dará tantos senadores quantos forem metade dos seus respectivos deputados, com a diferença que, quando o número de deputados da província for ímpar, o dos seus senadores será metade do número

imediatamente menor, de maneira que a província que houver de dar onze deputados, dará cinco senadores.

Art. 42. A província que tiver um só deputado elegerá, todavia, o seu senador, não obstante a regra acima estabelecida.

Art. 43. As eleições serão feitas pela mesma maneira que as dos deputados, mas em listas triplíces, sobre as quais o Imperador escolherá o terço na totalidade da lista."

E por decreto de 22 de janeiro de 1826, D. Pedro I nomeou os primeiros Senadores do Império, seguindo, "até certo ponto", como destaca José Honório Rodrigues, as listas enviadas pelas Províncias. Até certo ponto! E sempre por preferência pessoal. Tão pessoal que, entre os primeiros nomeados cinco faziam parte do seu gabinete; só escapando o Marquês de Lages que seria nomeado em 1829. Nomeações algumas referendadas, vale destacar, pelos próprios nomeados, Magistrados, Militares e Eclesiásticos na sua maioria; apenas dois médicos. E entre eles, sete portugueses um dos quais preterido uma vez, Vergueiro, considerado embora "tão brasileiro quanto o mais brasileiro de todos".

D. Pedro I declarou na sua fala, que "o Senador deveria sem dúvida representar a sua província, mas ao mesmo tempo o Brasil". Apesar, entretanto, de assim pensar e dizer, fez Senador brasileiro o Marquês de Aracati, português que abandonaria o Brasil com a abdicação, e iria ser Governador em Moçambique!...

O primeiro Senado contava com cinquenta membros, distribuídos por diferentes províncias, sendo: dez em Minas Gerais, seis na Bahia e Pernambuco, quatro em São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro, dois em Alagoas, Paraíba e Maranhão e um em Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Pará, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio Grande do Sul e Cisplatina. O Brasil perderia a Cisplatina para o Uruguai, mas, em 1850 seria criada a do Amazonas e em 1853 a do Paraná.

O art. 41 da Constituição do Império dispunha que "cada província dará tantos senadores quantos forem metade dos seus respectivos deputados". Não sei se este critério foi respeitado, mas Taunay disse que "nada justificava o *capitis diminutio* infligido ao Rio de Janeiro, onde se achava a Capital do Império, e a primeira cidade do País, incontestavelmente, pela população, futuro e importância". Não houve, assim, critério justo. E José Honório Rodrigues assevera que "logo após a publicação de decreto de 22 de janeiro de 1826, apareceram várias censuras acerca da nomeação de alguns Senadores, cujos nomes, dizia-se, não estavam nas listas triplíce". O Conde de Baependi que fez pesquisa a respeito, escreveu que o Imperador só poderia ter nomeado 22 Senadores, relativos a onze das províncias, ficando de proceder-se eleições nas demais, por onde sairiam mais 28 Senadores; mas, com a desculpa de que isso retardaria a instalação da Assembléia-Geral, deu-se um jeito — o *jeitinho* brasileiro que aquele tempo já funcionava. E, mesmo sem lista triplíce — sendo que o Marquês de Queluz apareceu em seis — foram nomeados todos os Senadores, levando em conta nomes que constavam de eleições provinciais outras. O Visconde de Aracati por exemplo que obtivera 17 votos na lista de Mato Grosso — dezessete votos! — foi nomeado pelo Ceará. Mas a verdade é que o Senado reconheceu os nomeados, nas sessões preparatórias a que procedeu antes de seis de maio; apesar do caso do Marquês de Jacarepaguá, "áulico extremado" no dizer de muitos — que não havia sido incluído em lista, e que, ressurgindo em 1832, teve sua nomeação contestada em representação do Conselho Geral da província goiana. Aliás, áulico, servil, subserviente foi o que menos se disse, à época, de certos Senadores, mesmo de vultos como o Visconde de Cairu e o Marquês de Nazaré. De Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Senador por Mato Grosso, se falava, irreverentemente, que era Caetano no nome, Pinto na coragem, Monte na altura e Negro nas ações... Há de se compreender porém, o aulicismo ou a submissão: os Senadores eram nomeados, *vitaliciamente*, pelo Imperador e a gratidão impunha, até certo ponto, é claro, tais

atitudes. A mágoa, ou a independência ficaria, se possível, para os preteridos como Vergueiro e os Andradás. Martim Francisco chegou mesmo a escrever que "a nomeação dos senadores é uma prova irrefragável da infâmia e traição do Imperador e da fraqueza e abjeção do povo do Rio".

A instalação da Assembléia-Geral — composta de Deputados e Senadores — verificou-se às 10 horas e 30 minutos do dia 6 de maio de 1826, sob a presidência do Barão de Santo Amaro, sendo o Imperador recebido por uma comissão de Senadores e Deputados e conduzido ao seu trono, de onde falou para dizer que o Império estava tranqüilo, com a exceção da Província Cisplatina, tranqüilidade que deveria ser preservada. E quase ao final:

"A maior parte dos Senadores e Deputados que compõem esta Assembléia bem lembrados devem estar dos males que algumas nações têm sofrido, provenientes da falta de respeito devido às autoridades constituídas, quando estas são atacadas e menoscabadas, em vez de serem acusadas e processadas conforme é de lei e de justiça universal."

Era uma advertência.

Instalada a Assembléia-Geral e conseqüentemente o Senado, fez esta "obra considerável", no julgamento de José Honório Rodrigues, mostrando-se "à altura da sua missão". E diz Tavares da Lyra:

"O Senado, acastelado em sua vitaliciedade e com poderes francamente oligárquicos, seria sempre uma grande força de resistência conservadora, ao passo que a Câmara dos Deputados, renovada periodicamente, refletiria melhor os sentimentos, as aspirações e o espírito liberal do País, principalmente depois da vitória definitiva do parlamentarismo que, a seu tempo, foi para nós uma bela escola de cultura política. Em 1826, essas tendências ainda não estavam nitidamente acentadas mas existiam, provocando mesmo atritos irritantes entre os dois ramos do Poder Legislativo."

Da sua instalação à sua dissolução, com a proclamação da República, o Senado do Império teve 235 Senadores. Salvo erro ou omissão, reconhece Tavares de Lyra, onde recolhi o dado. E, destes, 45 por Minas Gerais, 28 pela Bahia, 25 pelo Rio de Janeiro, 23 por Pernambuco, 19 pelo Ceará, 16 por São Paulo, 13 pelo Maranhão, 11 pelo Rio Grande do Sul, 7 pela Paraíba, 6 pelo Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas, 5 por Mato Grosso, 4 pelo Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina, 3 pelo Piauí, 2 pelo Paraná e pelo Amazonas e 1 pela Província de Cisplatina. Ao ser proclamada a República, eram, segundo Taunay, 60 os Senadores do Império: 10 por Minas Gerais, 7 pela Bahia, 6 por Pernambuco, Rio de Janeiro e Município neutro, 4 por São Paulo e Ceará, 3 pelo Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul, 2 por Paraíba, Alagoas e Sergipe, e 1 pelo Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Amazonas e Piauí.

A verdade, porém, é que os cinquenta primeiros Senadores não foram cinquenta e sim quarenta e seis, já que Antônio José Duarte de Araújo Gudim e Luiz Correa Teixeira de Bragança faleceram dias após a nomeação e Domingos da Mota Teixeira e Dâmaso Laranaga — este cego — se viram impedidos pelo seu estado de saúde. A instalação da Assembléia Geral deveria ter-se verificado a 3 de maio; surgiu, todavia, um desentendimento entre Câmara e Senado quanto à colocação no recinto, ou nas tribunas, de assentos para as pessoas de séquito imperial, a quem o Visconde de Caravelas chamou de "criados do soberano". O Império, porém, resolveu o impasse baixando um decreto, de acordo

com o ponto de vista do Senado, para que se colocassem "no recinto da sala, nos lugares indicados, os assentos para os oficiais-mores da Coroa". As duas Casas divergiriam, assim, desde o seu primeiro instante... E há de se compreender as duas atitudes: uma, a de representantes nomeados pelo Imperador, a outra — independente — de representantes eleitos.

Tavares de Lyra, em conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destacou o valor de alguns dos primeiros integrantes de nossa Câmara Alta, ao tempo do Império:

"Na impossibilidade de estudar demoradamente através de todas as discussões, a ação de nossos legisladores de 1826, na Câmara Alta do País, assinalarei, em todo caso alguns traços mais vivos da personalidade daqueles que tiveram papel de maior saliência, acompanhando, de Norte para Sul, a ordem geográfica das províncias que representaram; o Barão de Alcântara, ponderado e culto; Oliveira Mendes, inteligência lúcida, meticulosa, já muito preocupado com questões regimentais, como que se preparando para o cargo de Presidente, que ocuparia de 1842 a 1843; Rodrigo de Carvalho, estudioso e trabalhador, mas um pouco exibicionista; de uma feita, começou um discurso com estas palavras: "Para não parecer mero ouvinte, sempre quer dizer alguma coisa"; o Visconde de Ighambuê, saudoso dos velhos processos políticos e administrativos, resistindo à reformas apressadas, feitas sem meditação e madureza, preferindo deixar aos vindouros parte da execução da obra regular e majestosa, que era preciso construir; José Ignácio Borges, que falava a propósito de tudo e, às vezes, sem propósito algum; Bento Barroso, criterioso e sóbrio; Visconde de Barbacena, ilustrado e maneiroso, gostando de recordar o que vira e aprendera em suas viagens e longa permanência na Europa; o Visconde de Caravelas, *primus inter pares* pela sua flexibilidade e tato políticos; o Visconde de Nazaré, considerado um serviçal dos governos e cuja autoridade moral sofria muitas restrições, justa o injustamente; o Barão de Cairu, venerando pela sua idade pelo seu saber e pelos seus serviços, e a quem todos ouviam com atenção e respeito, porque os seus discursos, embora prolixos, eram sempre cheios de ensinamentos; Francisco Carneiro de Campos, que tinha méritos pessoais e fari esquecer, como legislador, as suas indecisões e fraquezas numa das Juntas governativas da Bahia, ao tempo da independência; o Visconde de Santo Amaro, que, apesar de nem sempre sabia ou podia disfarçar as asperezas de seu temperamento autoritário; o Visconde de Maricá, que depararia em suas glórias literárias um lenitivo e um conforto para as decepções e amarguras que a Política lhe reservava; Visconde de Paranaguá, homem de ação, avesso à oratória que condenava em frases como esta: "A felicidade dos povos não está nos bons discursos e sim nas boas leis"; Fernando Pinheiro, frio, sereno, consciencioso; o Visconde de Baependi, dotado de grande senso prático e vendo com clareza as falhas de muitas províncias sugeridas no seio do Poder Legislativo como sucedeu ao ser lembrada a criação de um tribunal de revisão de contas, que, para ele, seria ineficaz e inútil, desde que não tivesse competência para o exame prévio das despesas públicas, verdade que a experiência não permite que seja atualmente contestada; o Barão de Valença, cortesão extremado em suas atitudes políticas, mas no fundo, um espírito reto; Faria Lobato, equilibrado e justo, amando a lei e a liberdade; Gomide, franco e sincero; o Visconde da Praia Grande, a quem um longo tirocínio administrativo ensinara que nem sempre as melhores leis se podem dar todos os povos.

Os demais, tímidos ou retraídos, se mantiveram em plano secundário, e muitos deles jamais deixaram de form-

no grupo dos que votam silenciosamente constituindo nas assembleias a forma disciplinada com que, na maioria dos casos, contam os governantes para esmagar, pelo número, os seus adversários, nos maus combates."

O Senado porém, verdade seja dita, não continuaria depois, com o colorido, ou o incolor destes seus primeiros dias. As escolhas, anos depois, eram feitas por melhor critério. D. Pedro II sentia-se brasileiro, com um forte sentimento nacional. Ao contrário do pai que vivia para os amores fáceis, o segundo Imperador com a formação que lhe foi dada por José Bonifácio, passou a ter apreço pelo valor intelectual. Ao seu tempo, alguns Senadores ainda foram escolhidos fora da lista, mas melhorou muito o nível dos representantes provinciais. José Clemente Pereira, o Visconde de Sinimbu, o Marquês de Arantes, Montezuma, o Barão de Cotegipe, Zacharias, Nabuco de Araújo Filho, Saraiva, Fernandes da Cunha, o Marquês de Caravelas, Carneiro de Campos, o Visconde de São Lourenço, Dantas, o Barão de Pereira Franco, o Marquês de Lages, o Padre José Martiniano de Alencar, o Padre Tomás Pompeu e o Visconde do Rio Branco, Nicolau Vergueiro, Bernardo de Vasconcelos, o Marquês de Sapucaí, Teófilo Otoni, o Visconde de Ouro Preto, Lafaiete Pereira, Evaristo da Veiga, José Cesário Faria Alvim, Joaquim Felício dos Santos, D. Romualdo, Arcebispo da Bahia, — cuja nomeação para o Arcebispado dizia-se foi obtida por influência da Marquesa de Santos, — e Mac Dowell, Cipriano Barata, Holanda Cavalcanti, o Barão da Boa Vista, o Barão de Capiberibe, Souza Leão, Torres Homem, — o Visconde do Inhomirim — Feijó, Martim Francisco, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Batista Pereira, o Marquês de Olinda, o Duque de Caxias, o Visconde de Itaboraí, o Conde de Baependi, o Visconde do Bom Retiro, Joaquim Manoel de Macedo, o Barão de Laguna, Alfredo Taunay, o Marquês de São Vicente, Carlos Carneiro de Campos, o Barão do Tieté, José Bonifácio, o Conselheiro Prado, o Marquês de Herval, Silveira Martins, Leonardo Siqueira Maciel e o Barão de Propriá.

Tavares de Lyra considerava o velho Senado, nas proximidades da República, bem diferente. E tinha que ser. É inevitável a influência de uma Casa sobre a outra. A vibração que sempre se verificou entre os Deputados, com debates de interesse popular, despertando a atenção e a simpatia do povo do Rio de Janeiro. As galerias se enchendo para acompanhar as discussões. Por outro lado, a passagem de alguns Deputados a Senadores trouxe o espírito de uma Casa à outra. Bernardo de Vasconcelos, por exemplo, arrastaria o Senado a outro comportamento. No conservadorismo da Câmara Alta, entravam, assim, cabeças-de-ponte liberais. As conveniências políticas intervinham porém, desde então, na atitude dos Senadores. Vasconcelos mesmo tornar-se-ia, aí como que um regressista:

"Fui liberal", — disse — "então a liberdade era nova no País, estava na aspiração de todos: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje salvá-la, e, por isso sou regressista."

A incoerência de tantos, vem, desse modo, de longe. E não faltam argumentos e justificativas... Olinda por exemplo, segundo Nabuco, não podia ser chefe dos chefes porque "faltava-lhe flexibilidade para ceder. Ele tinha em tudo idéias próprias, sentimentos ou outros preconceitos que ninguém podia modificar". Mas, Antônio Carlos, na Câmara, defendendo Vasconcelos, dizia: "Peço a todos que metamos a mão na consciência: não teremos variado de opinião?" O então Ministro da Justiça não endossou porém, a defesa: e disse que não mudou e que andava com "pé firme, mas lento".

Vasconcelos contudo, Ministro, teria contra si, no Senado, o fogo cerrado de Feijó, de Barbacena, de Vergueiro, de Alencar, de Alves Branco. Foi um período de luta acesa. A discussão do

"regressismo" de Vasconcelos tomou várias sessões. Aceitou-a e, durante os debates chegou a declarar:

"— Não se pense, como disse o nobre Senador que isto é uma retirada, ou que quero excitar a compaixão; e equivoca-se o nobre Senador; o que eu desejo é que o Senado não se prostitua."

O que levaria Barbacena a replicar, no dia seguinte:

"O Senado prostituído! Grande Deus! E tivemos paciência para ouvir isto! Pode o Senado ouvir que está prostituído, quando diferente de opinião do nobre Senador, sem o chamar à ordem."

Era a auto-acusação de sempre...

Para José Honório Rodrigues e outros historiadores, Vasconcelos subordinou sempre os princípios à tática parlamentar. Era a "esperteza mineira" da afirmação ainda de Honório, e que vem de longe. Esperteza que levou José Bonifácio a advertir Pedro I quanto aos mineiros. Esperteza que se confunde com o "trabalho em silêncio" da charge popular. Da conversa ao pé do ouvido. Esperteza contestada pela História, com a participação de Minas nos grandes movimentos nacionais. Esperto não foi Tiradentes; esperto não foi V. Ex^a, Sr. Presidente Magalhães Pinto, em 1964. Foram patriotas. Em vez de esperteza, de acomodação, o **passo lento e firme**, olhos voltados para a grandeza da Nação.

O Senado do Império teve seus instantes áureos principalmente na discussão da Regência, na queda de Feijó, no reconhecimento da maioria de Pedro II. E não só com Vasconcelos. Também com Evaristo da Veiga, de quem se disse que tinha a indignação moral da classe média e a velhacaria da corte — o grande aliado de Feijó. Com José Bonifácio, sempre detestado pelos portugueses. Com o Marquês de Caravelas, culto, brilhante mesmo, que preferiu deixar o Ministério a assinar a dissolução da Assembleia, gesto de que se aproximaria Odilon Braga em 1937. Com Vergueiro, o grande liberal, e defensor da liberdade individual e nacional, o português a serviço dos interesses brasileiros, fiel do Partido da **bandeira nacional**, o partido "das coisas e não dos homens", como disse. Com Cotegipe. Com o grande Zacharias. Com Dantas.

O Senado, ao tempo, era acusado de representar a propriedade, o capital, a terra. Conservador. Reagindo sempre às inovações. Isso, porém, não é vício ou defeito da instituição; antes, dos seus membros. Pela idade, pelas origens, uma experiência que como os levava à acomodação. O deixar como está para ver como fica. "Moderado em tudo; na oratória como nas inovações". Acrescenta, porém, José Honório:

"Mas o Senado de 1826 a 1840 não é assim tão reacionário quanto parece, nem José da Silva Lisboa, o mais coerente e ilustre chefe da reação brasileira, representa o Senado, pois contra ele se opõem tanto o Marquês de Caravelas quanto Vergueiro, dois exemplos notáveis de coerência liberal moderada."

E a Câmara Alta não foi só assim, até 1840. Também depois.

Em crônica sobre o "Velho Senado", contaria Machado de Assis:

"O Senado contava raras sessões ardentes; muitas, porém, eram animadas. Zacharias fazia reviver o debate pelo sarcasmo e pela presteza e vigor dos golpes. Tinha a palavra cortante, fina e rápida, com uns efeitos de sons guturais que a tornavam mais penetrante e irritante. Quando ele se erguia, era quase certo que faria deitar sangue a alguém. Chegou até hoje a reputação de debates, como oposicionista, e como Ministro e Chefe de Gabinete. Tinha audácias, como a **escolha não acertada**, que nenhum outro acudiria, creio eu. Politicamente, era uma natureza seca e sobranceira."

E mais adiante...

"Nabuco, outra das principais vozes do Senado, era especialmente orador para os debates solenes.

Não tinha o sarcasmo agudo de Zacharias, nem o epigrama alegre de Cotegipe. Era então o centro dos conservadores moderados que, com Olinda e Zacharias, fundaram a liga e os partidos progressista e liberal. Joaquim Nabuco, com a eloquência de escritor político e a afeição de filho, dirá toda essa história no livro que está consagrando à memória de seu ilustre pai. A palavra do velho Nabuco era modelada pela dos oradores da tribuna liberal francesa. A minha impressão é que preparava os seus discursos, e a maneira por que os proferia realçava-lhes a matéria e a forma sólida e brilhante.

Mas eis que todas as figuras se atropelam na evolução comum, as de grande peso como Uruguai, como as de pequeno e de nenhum peso, como o Padre Vasconcelos, Senador creio que pela Paraíba, um bom homem que ali achei e morreu pouco depois...

Mas não deslizemos às reminiscências de outra ordem; fiquemos na surdez de Olinda, que competia com Beethoven nesta qualidade, menos musical que política. Não seria tão surdo. Quando tinha de responder a alguém, ia sentar-se ao pé do orador, e escutava atento, cara de mármore, sem dar um aparte, sem fazer um gesto, sem tomar uma nota. E a resposta vinha logo; tão depressa o adversário acabava, como ele principiava, o, ao que me ficou, lúcido e completo.

Um dia, via ali aparecer um homem alto, suíças e bigodes brancos e compridos. Era um dos remanescentes da Constituinte, nada menos que Montezuma, que voltava da Europa. E foi-me impossível reconhecer naquela cara barbada a cara rapada que eu conhecia da litografia Sisson; pessoalmente nunca a vira. Era muito mais velho que Olinda, um tipo de velhice robusta. Ao meu espírito de rapaz afigurava-se que ele trazia ainda os rumores e os gestos da Assembléia de 1823. Era o mesmo homem; mas foi preciso ouvi-lo agora para sentir toda a veemência dos seus ataques de outra-ra. Foi preciso ouvir-lhe a ironia de hoje para entender a ironia daquela retificação que ele pôs a texto de uma pergunta ao Ministro do Império, na célebre sessão permanente de 11 e 12 de novembro. "Eu disse que o Senhor Ministro do Império, por estar ao lado de Sua Majestade, melhor conhecerá "o espírito da tropa", e um dos senhores Secretários escreveu "o espírito de Sua Majestade", quando não disse tal, porque deste não duvido eu".

Contrastando com Souza Franco, vinha a figura de Paranhos, alta e forte. Não é preciso dizê-lo a uma geração que o conheceu e admirou, ainda belo e robusto na velhice. Não é preciso lembrar que era uma das primeiras vozes do Senado. Eu trazia de cor as palavras que alguém me confiou haver dito, quando ele era simples estudante da Escola Central: "Senhor Paranhos, você ainda há de ser ministro". O estudante respondia modestamente, sorrindo; mas o profeta dos seus destinos tinha apanhado bem o valor e a direção da alma do moço.

Muitas recordações me vieram do Paranhos de então, discursos de ataques, discursos de defesa, mas, uma basta, a justificação do convênio de 20 de fevereiro. A notícia deste ato entrou no Rio de Janeiro, como as outras desse tempo, em que não havia telégrafo. Os sucessos do exterior chegaram-nos às braçadas, por atacado, e uma batalha, uma conspiração, um ato diplomático eram conhecidos com todos

os seus pormenores. Por um pacote do sul soubemos do convênio da vila da União. O fato foi mal recebido, fez-se uma manifestação de rua, e um grupo de populares, com três ou quatro chefes à frente, foi pedir ao governo a demissão do plenipotenciário. Paranhos foi demitido, e, aberta a sessão parlamentar, cuidou de produzir a sua defesa.

A visão do Senado foi-se-me assim alterada nos gestos e nas pessoas, como nos dias, e sempre remota e velha; era o Senado daqueles três anos. Outras figuras vieram vindo. Além dos Cardeais, os Muritibas, os Souza e Melo, vinham os de menor graduação política, o risonho Penna, zeloso e miúdo em seus discursos, o Jobim, que falava algumas vezes, o Ribeiro, do Rio Grande do Sul, que não falava nunca, não me lembra ao menos. Este, filósofo e filólogo, tinha junto a si, no tapete encostado, ao pé da cadeira, um exemplar do dicionário de Moraes. Era comum vê-lo consultar um e outro tomo, no correr de um debate, quando ouvia algum vocábulo, que lhe parecia de incerta origem ou duvidosa aceitação. Em contraste com a abstenção dele, eis aqui outro, Silveira da Motta, assíduo na tribuna, oposicionista por temperamento, e este outro, D. Manoel de Assis Mascarenhas, bom exemplar da geração que acabava. Era um homenzinho seco e baixo, cara lisa, cabelos raros e branco, tenaz, um tanto impertinente, creio que desligado de partidos. Da sua tenacidade dará idéias o que lhe vi fazer em relação a um projeto de subvenção ao Teatro Lyrico, por meio de loterias. Não era novo. Continuava o de anos anteriores. D. Manoel opunha-se por todos os meios à passagem dele, e fazia extensos discursos.

A Mesa, para acabar com o projeto, já o incluía entre os primeiros na ordem do dia, mas nem assim desanimava o Senador. Um dia, foi ele colocado antes de nenhum. D. Manoel pediu a palavra, e francamente declarou que era seu intuito falar toda a sessão; portanto, aqueles de seus colegas que tivessem algum negócio estranho e fora do Senado podiam retirar-se: não se discutia mais nada. E falou até o fim da hora, consultando a miúdo o relógio para ver o tempo que lhe ia faltando. Naturalmente não haveria muito que dizer em tão escassa matéria, mas a resolução do orador e a liberdade do regimento davam-lhe meio de compor o discurso. Daí nascia na infinidade de episódios, reminiscências, argumentos e explicações; por exemplo, não era recente a sua aversão às loterias, vinha do tempo em que, andando a viajar foi ter a Hamburgo; ali ofereceram-lhe com tanta instância um bilhete de loteria, que ele foi obrigado a comprar, e o bilhete saiu branco.

E após vieram outros e ainda outros, Sapucaí, Maranguape, Itaboraí, e outros mais, até que se confundiram todos e desapareceu tudo, cousas e pessoas, como sucede às visões. Pareceu-me vê-los entrar por um corredor escuro, cuja porta era fechada por um homem de capa preta, meias de seda preta, calções pretos e sapatos pretos de fivela. Este era nada menos que o próprio porteiro do Senado, vestido segundo as praxes do tempo, dos dias de abertura e encerramento da Assembléia Geral."

Ao ser proclamada a República, tinham assento no Senado sessenta Senadores, dos quais só não haviam sido Deputados Castro Carreira, do Ceará, o Barão de Santa Helena, de Minas Gerais, e o Visconde de Pelotas, do Rio Grande do Sul. Há de se compreender, assim, o estilo de debates que, depois de algum tempo, o Senado Imperial adotou. Os Senadores traziam da Câmara o entusiasmo da transitoriedade e a independência que a vitaliciedade, por vezes, apaga. E entre eles o Visconde de Sinimbu, o Marquês de Muritiba,

Saraiva, Fernandes da Cunha, o Visconde de Jaguaripe, o Visconde de Ouro Preto, Lafaiete, Carlos Peixoto de Melo, o Barão de Maranguape, o Visconde de Bom Conselho, Rego Barros, o Visconde de Cruzeiro, o Visconde de Pelotas, Silveira Martins, o Marquês de Paranaguá, o Visconde de Taunay, Silva Prado.

Velho Senado, onde tiveram assento pais e filhos — mormente do Norte e Nordeste — como irmãos, ou parentes outros. Caxias e seu pai foram Senadores ao mesmo tempo. Conta-se que o velho Senador Francisco Lima, sempre autoritário, advertiu, certa feita, o filho, numa roda de Senadores:

— Vosmecê parece que às vezes se esquece de que é meu filho...

E Caxias, embora respeitoso, beijou-lhe a mão e replicou:

— Seu filho, mas também seu colega, meu pai.

— É isto! Meu colega um menino destes! Colega de seu velho pai! Nosso colega, meus Senhores! Onde iremos parar? Um menino destes se dizendo colega das nossas velhices!"

Sr. Presidente:

Senado Imperial de grandes vultos, onde é difícil destacar o maior entre os seus membros. Uns pela cultura, outros pelo poder de argumentar, outros mais pela ação na tribuna. Qual o maior? O Visconde de Caravelas, Cayru, Cotegipe, Zacharias, Evaristo da Veiga, qualquer dos Andradas, Montezuma, Bernardo de Vasconcelos? Este, possivelmente. Apesar da paralisia, doença que os adversários não respeitavam. De Vasconcelos, disse Milton Campos:

"Líder da voz popular, como foi chamado, ou tribuno infatigável e inflamado da oposição, como foi a maior parte de sua vida pública, nem por isso Vasconcelos deixou de ser o construtor por excelência da ordem política brasileira, na fase tumultuária em que atuou."

Proclamada a República, foram convocadas, pelo Decreto nº 510, de 22 de junho de 1890, as eleições para a Assembléia Constituinte, a se instalar a 15 de novembro. E, com este Decreto, era publicada uma Constituição provisória a traçar normas à vida nacional; estabelecendo, no seu art. 21, que "o Senado compõe-se de cidadãos elegíveis nos termos do art. 24, escolhidos pelas legislaturas dos Estados, em número de três Senadores por cada um, mediante pluralidade de votos". Na Comissão designada pelo Governo Provisório para elaborar o projeto a ser votado e presidida por Saldanha Marinho, três propostas serviram de base à redação final: uma de Américo Brasiliense, com o mandato dos Deputados de quatro anos e dos Senadores de seis, sem renovação parcial; uma de Magalhães Castro, com o mandato dos Deputados de três anos e dos Senadores de seis, com renovação do Senado de três em três anos; e outra, a de Santos Werneck e Raquel Pestana, em que o mandato dos Deputados seria de três anos e dos Senadores de nove, com renovação pelo terço. No projeto que a Comissão submeteu à Constituinte, prevaleceu este critério, aceito pelo Governo Provisório, eleitos, porém, os Senadores pelas Assembléias Estaduais, e sempre três por cada Estado e Distrito Federal, com exceção da primeira eleição, em que se aplicaria o sufrágio popular direto. O mandato de nove, seis ou três anos seria em função da votação obtida pelo candidato, ficando com o período maior, o que era natural, o Senador mais votado. E a 15 de setembro realizaram-se as eleições para os primeiros Senadores da República. Do Amazonas viriam: Joaquim José Paes da Silva Sarmiento, Joaquim Leovigildo de Souza Coelho, Manoel Francisco Machado; do Pará, Antônio Nicolau Monteiro Baena, Manoel de Mello Cardoso Barata, José Paes de Carvalho; do Maranhão, José Sacundino Lopes Gomensoro, Francisco Manoel da Cunha Júnior, João Pedro Belfort Vieira; do Piauí, Elyseu de Souza Martins, Theodoro Alves Pacheco, Joaquim Antonio da Cruz; do Ceará, Theodoro Carlos de Faria Souto, Manoel Bezerra de Albuquerque Junior, Joaquim de Oliveira Catunda; do Rio Grande do Norte, Amaro Bezerra Cavalcanti, José Pedro de Oliveira

Galvão, José Bernardo de Medeiros; da Paraíba, Firmino Gomes da Silveira, João Soares Neiva, José de Almeida Barreto; de Pernambuco, Frederico Guilherme de Souza Serrano, José Simões de Oliveira, José Hygino Duarte Pereira; das Alagoas, Cassiano Cândido Tavares Bastos, Pedro Paulino da Fonseca, Floriano Peixoto; de Sergipe, Thomaz Rodrigues da Cruz, José Luiz Coelho e Campos, Manoel da Silva Rosa Júnior; da Bahia, José Antônio Saraiva, Rui Barbosa, Virgílio Climaco Damásio; do Espírito Santo, José Cesário de Miranda Monteiro de Barros, Gil Diniz Goulart, Domingos Vicente Gonçalves de Souza; do Rio de Janeiro, Braz Carneiro Nogueira da Gama, João Baptista Lapér, Quintino Bocayuva; do Distrito Federal, Joaquim Saldanha Marinho, João Severiano da FONSECA, Eduardo Wandenkolk; de São Paulo, Francisco Rangel Pestana, Manoel Ferraz de Campos Salles, Prudente José de Moraes e Barros; do Paraná, Generoso Marques dos Santos, José Pereira dos Santos Andrade, Ubaldino do Amaral Fontoura; de Santa Catarina, Luiz Delfino dos Santos, Antônio Justiniano Esteves Junior, Raulino Julio Adolpho Horn; do Rio Grande do Sul, Julio Anacleto Falcão da Frota, José Gomes Pinheiro Machado, Ramiro Fortes de Barcellos; de Goiás, Antônio da Silva Paranhos, Antônio Amaro da Silva Canedo, José Joaquim de Souza; de Mato Grosso, Antônio Pinheiro Guedes, Joaquim Duarte Murtinho, Aquilino Leite do Amaral Coutinho; das Minas Gerais, Américo Lobo Leite Pereira, José Cesário de Faria Alvim, e Joaquim Felício dos Santos.

As sessões preparatórias do Senado realizaram-se a partir de 4 de novembro de 1890, no mesmo Palácio do Conde dos Arcos em que funcionou o Senado do Império — e onde viria a funcionar a Faculdade Nacional de Direito, — sob a presidência de Joaquim Felício dos Santos, de Minas Gerais. E a 15 de novembro instalou-se a Assembléia Constituinte que promulgaria a Constituição de fevereiro de 1891, dispondo, no seu artigo 30, que "o Senado compõe-se de cidadãos elegíveis nos termos do art. 26 e maiores de 35 anos, em número de três Senadores por Estado e três pelo Distrito Federal, eleitos pelo mesmo modo por que o forem os Deputados"; mandato de nove anos, com renovação de um terço trianualmente. A proposta de eleição pelas Assembléias não vingaria. Era a imposição do princípio federativo que a República Brasileira adotou, copiado da Constituição Americana, e já transposto ao México e à Argentina. Federação que quase não funcionou, porque, como diz Osvaldo Trigueiro, o "intervencionismo anulou a autonomia política que a Constituição atribuiu a todos os Estados, e, com isso, matou o federalismo pelo menos em relação às pequenas unidades". Mas Federação necessária apesar de tudo. Se a autonomia do Estado não é completa, o é ao menos em parte. E o tempo há de corrigir os desrespeitos. A cultura e a educação política hão de fazer prevalecer o princípio. E esta esperança é também permanente, confiando-se na imposição constitucional, tanto que não podem ser admitidas emendas constitucionais que busquem abolir a Federação (art. 47, § 1º da Carta em vigor.)

O bicameralismo que vinha do Império foi, assim, mantido na República. E isto é um bem. Uma casa pode corrigir os excessos da outra. Defendendo-o, disse Carlos Maximiliano que "as grandes assembleias, às vezes, mais que os indivíduos isolados, são sujeitos ao contágio de entusiasmo e de ódio, ao domínio de fortes paixões. Grandes condutores de homens avassalam a corporação, pelo seu talento, atilamento, eloquência ou audácia". João Mangabeira, que acabaria Senador pela Bahia, combateu a certa altura da vida o bicameralismo; chegou mesmo a declarar que a Federação não obrigava a tanto, citando o exemplo do Canadá. E sempre o argumento de que a votação em uma Câmara apenas apressa a baixar da lei. Mas isso não é de ser levado em conta, a pressa não conduz ao aperfeiçoamento. E há recursos regimentais para o apressar da deliberação. O bicameralismo tem sido, assim, um bem nas nossas instituições. Foi no Império, mesmo com os Senadores nomeados e vitalícios; tem sido na República.

Sob o regime da Constituição de 1891, o Senado continuava uma grande Casa. De alto nível. De debates elevados. É ler os seus Anais. É olhar para as atuações de Rui Barbosa, de Campos Salles, do Prudente, de Pinheiro, de Epitácio Pessoa, de Quintino Bocayuva, Wandenkolk, Ramiro Barcellos, de Cesário Alvim, Amaro Cavalcanti, de Saraiva, de Barbosa Lima, de Lauro Sodré, de Colares Moreira, de Felix Pacheco, de Francisco Sá, de Tomaz Acioli, de Tavares de Lyra, de Tobias Monteiro, de José Augusto Bezerra de Medeiros, de Coelho Lisboa, de Rosa e Silva, de José Maria Belo, de Costa Rego, de Martinho Garcez, de Graco Cardoso, de Gilberto Amado, de Manoel Vitorino, de Luiz Viana, de Seabra, de Muniz Sodré, de João Mangabeira, de João Luiz Alves, de Costa Figueiredo, de Saldanha Marinho, de Aristides Lobo, de Silva Trovão, de Alcino Guanabara, de Irineu Machado, de Paulo de Frontin, de Sampaio Correia, de Rodrigues Alves, de Francisco Glicério, de Washington Luiz, de Manoel Vilaboim, de Afonso de Camargo, de Luiz Delfino, o poeta, de Celso Bayma, de Ramiro Bacelar, de Vespucio de Abreu, de Flores da Cunha, de Joaquim Felício dos Santos, de João Pinheiro, de Raul Soares, de Antônio Carlos, de Bernardes, de Olegário Maciel, de Leopoldo Bulhões, de Amaral Coutinho, de Azeredo. Nesse período, chamado de República velha, 320 figuras integraram o Senado e, delas, só três não nasceram no Brasil: Alencar Guimarães, na Argentina, Celso Bayma, no Paraguai e Antonio da Silva Paranhos em Portugal.

Sobre esse período, diz Tavares de Lyra:

"Enganam-se aqueles que afirmam ter sido o Senado uma assembléia oligárquica. Pela Constituição de 1891, de 63 era o número de seus membros e, como foi de 320 o número dos que por ele passaram nas quatro primeiras décadas da República, o que se segue é que sua renovação se operou com relativa frequência. Houve senadores que foram reeleitos ou receberam a investidura em mais de uma legislatura? Sim. Mas estes constituíam legítimas expressões de nossas elites dirigentes ou grandes forças partidárias. Chamavam-se Lauro Sodré, Gomes de Castro, Francisco Sá, Pedro Velho, Epitácio Pessoa, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, Rui Barbosa, Severino Vieira, Seabra, João Luiz Alves, Quintino Bocayuva, Nilo Peçanha, Frontin, Campos Sales, Feliciano Pena, Lauro Müller, Pinheiro Machado, Leopoldo Bulhões, Joaquim Murtinho, Azeredo, tantos outros, que honrariam, em qualquer parte, as mais cultas assembléias políticas.

Fato que não deve ser esquecido é que as portas do Senado jamais se fecharam sistematicamente aos homens de valor comprovado. Não havia entre eles incompatibilidades radicais. Muitos dos sacrificados num momento dado por circunstâncias ocasionais tiveram a fortuna de ver realizadas mais tarde suas aspirações, simplesmente porque souberam esperar com paciência sua vez...

Conquanto o regime presidencial não seja propício a caudalosos surtos de eloquência parlamentar, a verdade é que, com ele, não foram e não são poucos os oradores cujos discursos abrilhantaram e abrilhantam as páginas de nossas antologias políticas e literárias.

No tocante ao nível intelectual do Senado daquele tempo, o que se pode e deve dizer é que foi uma assembléia verdadeiramente ilustre, sem embargo da insuficiência cultural de alguns, em pequeno número, que o integraram acidentalmente em horas de crises passageiras."

João Mangabeira, que foi Senador nesse período, velho defensor do unicameralismo, diria, após deixar a Câmara Alta:

"O Senado, em que pese aos extremistas, não desmereceu do Brasil. Honro-me de ter a ele pertencido. Foi uma instituição grande do Império e maior da República."

E não desmereceu realmente. É repassar, um a um, os grandes nomes que o compuseram. É ler os seus Anais. Entre todos, porém, há uma voz que se alteou acima até da Casa — se possível —

dominando o Continente e chegando a Haya, "o decurião da liberdade e da lei", como disse Luiz Viana — Rui Barbosa. O estadista da República, segundo João Mangabeira, e não um dentre tantos.

A revolução de trinta, Senhores, dissolveria, porém, este Senado, de tão alto valor. E restabelecida a prática democrática, a Constituição de 34 faltaria a tradição brasileira. Era a tendência unicameralista do mundo, após a primeira grande guerra mundial. Era o advento do comunismo, o primeiro passo contestador da democracia, a que se seguiriam o fascismo e o nazismo. Era a crise da democracia, que se instalava. Era a decadência lamentável da democracia, não aceita embora por Georges Bardeau, constatando embora que "o declínio do Parlamento é hoje um tema banal da literatura política". O declínio desse Poder, entretanto, é uma consequência da decadência democrática. O fortalecimento do Executivo é uma decorrência dos exemplos, no mundo, do poder pessoal, ou da pressa desse mesmo mundo, onde até o parlamentarismo se deforma como na França. O tenentismo brasileiro, coadjuvado por juristas como Levi Carneiro, passou, assim, a se bater pela supressão do Senado, na Constituinte de 34. Alcântara Machado, paulista, enfrentou uma luta, quase sozinho, contra o retrocesso. Batalhou ardentemente. O Senado foi então mantido, mas como órgão de colaboração da Câmara dos Deputados, que "exercia o Poder Legislativo". As suas atribuições passaram para o capítulo V, da Coordenação dos Poderes, artigos 88 e seguintes, com dois representantes por cada Estado e pelo Distrito Federal, eleitos mediante sufrágio universal ... (Os únicos eleitos neste período, aliás, o foram pelas Assembléias Estaduais, conforme determinava o art. 3º das Disposições Transitórias). Seria melhor, porém, não ter existido o Senado dessa quadra. Nem mesmo ao funcionar como sessão permanente, no intervalo das sessões legislativas, esteve à altura, ao deliberar sobre prisão de deputados. A Constituição de 1934 só viveria, porém, até 1937, com a implantação do Estado Novo, e a outorga da nova Carta.

Esta Constituição decretada dispunha, no seu art. 38, que "o Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento Nacional com a colaboração do Conselho de Economia Nacional e do Presidente da República", — do Presidente da República! — e no § 1º, do art. 38, que "o Parlamento Nacional compõe-se de duas Câmaras: a Câmara dos Deputados e o Conselho Federal". Este Conselho Federal — art. 50 — devia ser composto pelos representantes dos Estados, um por cada unidade, eleitos pelas Assembléias, e de dez membros nomeados pelo Presidente da República... Ficava o exemplo ou a tentativa de buscar os áulicos do Império... Este Parlamento — mesmo este — nunca funcionou; é que o art. 187 submetia a Constituição outorgada a um plebiscito que nunca se realizou. Ficou, assim, o dito pelo não dito; ou o disposto pelo não disposto. Mesmo após ser baixada a Lei Constitucional nº 9, de 28 de janeiro de 1945, que alterou a Carta em vigor, e onde se dispôs que o Conselho se comporia apenas de representantes de cada Estado e do Distrito Federal, dois por unidade, e eleitos pelo sufrágio direto. O Senhor Getúlio Vargas sentia, então, a proximidade do seu período ditatorial. A 12 de novembro de 1945, porém, já deposto, o Governo presidido por José Linhares baixou a Lei Constitucional nº 13, pela qual os representantes eleitos a 2 de dezembro, diretamente, reuniram-se no Distrito Federal, sessenta dias após as eleições, em Assembléia Constituinte. E voltaria o Senado, em substituição ao Conselho Federal, previsto na Carta de 37.

Fui um dos eleitos, a 2 de dezembro de 1945, deputado pela Bahia, participando, assim, da elaboração da Constituição de 1946. Orgulho-me disso, Srs. Senadores. Foi uma Assembléia de grandes valores. Por mais de uma vez, subi ao salão do Palácio Tiradentes, onde se reunia a Grande Comissão. E que debates ali se travaram! Vibrantes em muitas oportunidades; altos sempre. E a Constituição que votamos restabeleceu o Poder Legislativo — com ligeiras inovações — da Carta de 91. O Senado de novo com três representantes por Estado e pelo Distrito Federal, eleitos

diretamente. Mandato de oito anos, com renovação de quatro em quatro, quando das eleições dos deputados. E depois de 25 anos bem vividos, na Câmara, servindo sempre o País e aprendendo muito, passei a esta Casa, onde, mal cheguei, mereci a honra de integrar a liderança da maioria. As duas Casas não têm, contudo, a mesma fisionomia. Posso dar um atestado de minha vivência. A Câmara dos Deputados é mais vibrante, mais ágil, agitada por vezes; o Senado mais sereno, uma espécie de abafador de vozes, moderado. Com uma moderação, entretanto, que não o torna omissor no analisar os problemas nacionais. Onde têm assento ex-Governadores e ex-Ministros que trazem, a nós outros, a experiência da vida nacional; professores e profissionais liberais que chegam a idade madura pelo estudo e pela observação dos fatos sociais. Senado, o atual, que é alto, grandioso, onde me sinto apequenado. O Senado de 46 para cá é, praticamente, o dos nossos dias. De praticantes da democracia, que não morreu, nem pode morrer. A crise do Legislativo do mundo moderno é enfrentada por nós, de hoje, com determinação. Somos um Poder que não se mata, nem se pode fazer soçobrar. É que à hora em que soçobrarmos, não haverá liberdade, nem mesmo Nação.

O Senado de hoje é o nosso Senado. De 46 para cá sua fisionomia é quase a mesma. E creio que não estarei esquecendo ninguém, nem a ninguém diminuindo, ao destacar, como símbolo desta quadra, uma figura que vem de longe e continua a mesma. Conscientemente democrata. Tradicionalmente liberal. Patrioticamente nacionalista. De uma democracia evoluída, de um liberalismo arejado, de um nacionalismo de pé no chão. E este símbolo é Daniel Krieger. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Representante do Movimento Democrático Brasileiro, Senador pelo Ceará, Sr. Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE. Em nome da Minoría, pronuncia o seguinte discurso.) — Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Magalhães Pinto; Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em exercício, General Adalberto Pereira dos Santos; Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Djaci Falcão; Exmºs Srs. Ministros de Estado; Exmº Sr. Representante de Dom Carmine Rocco, Decano do Corpo Diplomático; Exmº Sr. Embaixador de Portugal; Exmº Sr. Procurador-Geral da República; Exmºs Srs. Presidentes e Membros dos Tribunais Superiores; Exmºs Srs. Oficiais-Generais; Exmº e Revmº Arcebispo Metropolitano de Brasília; Exmº Sr. Presidente da Aliança Renovadora Nacional; Exmºs Srs. Senadores; Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Tem-se afirmado — e tantas vezes repetido — que povo indiferente às suas tradições históricas é povo sem-alma.

Olvidar-se exemplos legados pelos Maiores, sem enumerá-los como paradigmas e estímulos à geração contemporânea, pode descaracterizar espiritualmente uma Nação, impedindo, de modo irremediável, que a posterioridade continue a preservar os mais nobres e puros sentimentos de uma gente.

Os acontecimentos épicos, as lutas pela emancipação política e econômica, o desenvolvimento social, a formação étnica, cultural e religiosa de uma comunidade — tudo isso não pode deixar de ser permanentemente lembrado pelos porvindouros nos países cultos e civilizados.

Fiel a esta diretriz, inquestionavelmente das mais sábias e meritórias, é que o Senado Federal comemora, hoje, na imponente e no brilho desta Solenidade, o Sesquicentenário de sua efetiva instalação no Brasil.

Não se diga, porém, que a reverência devida aos que nos antecederam cinge-se ao simples realce cronológico de um evento reconhecidamente significativo.

Ao contrário, ela se amplia na constante reiteração do nosso sincero apreço aos que concorreram, pelas admiráveis lições ministra-

das, para a projeção de nossa Pátria e o conseqüente prestígio de seus filhos.

Tanto isso é verdade que, com elogiável freqüência, aqui são reproduzidas, por exemplo, passagens de discursos lapidares de Rui e de Nabuco de Araújo, de Paranhos e Prudente de Moraes, numa reafirmação de propósitos altamente salutares, que mais nos conscientiza dos nossos pesados encargos como representantes populares.

E se meditássemos, com maior assiduidade, sobre os memoráveis pronunciamentos que os nossos Anais registram inapagavelmente, não há dúvida de que ainda mais se arraigaria em todos nós o ímpeto de propugnar, com redobrado ardor e tenacidade, em prol dos ideais democráticos e de tudo quanto encarne as nossas outras mais legítimas aspirações.

Sr. Presidente, os primórdios da vida parlamentar brasileira remontam a 3 de maio de 1823, quando se instalou, sob os aplausos da opinião pública do País, a Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa.

Integravam-na as maiores expressões da intelectualidade, do clero e da política na época, recrutadas entre quantos já evidenciavam espírito de liderança e lastro cultural, alicerçado quase sempre em nações européias.

As diretrizes liberais, tão em voga no Velho Mundo, inclusive em Portugal, haveriam de empolgar os nossos primeiros Deputados, levando-os a transplantá-las para os debates que principiaram em pleno Brasil monárquico.

A Assembléia, de duração efêmera, veio a ser dissolvida por um ato de força do Imperador, inconformado, sobretudo, com os rumos das discussões travadas em torno de nossa primeira Constituição.

A perplexidade gerada em decorrência da atitude de arbítrio de Dom Pedro I jamais concorreu para arrefecer o entusiasmo dos membros da Constituinte, embora tivessem sido todos eles despojados do mandato representativo.

Os líderes e estadistas das três décadas imediatas eram, exatamente, os que haviam tomado assento na Assembléia de 1823, passando a ocupar no cenário político-administrativo cargos de Ministros, Presidentes de Províncias e figurantes do Conselho de Estado. Este, instituído em fevereiro de 1822 e extinto um ano depois, funcionou, com outra pequena intermitência, até 1889, sendo ouvido em questões essenciais do Império, como na escolha dos Senadores e na dissolução das Câmaras.

O Senador Paula e Sousa cognominava o Conselho de Estado como "o Quinto Poder", apontando "a influência direta que exercia nos conselhos reais e indireta na elaboração e sanção legislativa".

Junto a Dom Pedro II, o Conselho atuou preponderantemente durante todo o seu longo reinado.

Há quem diga, Srs. Senadores, que a Constituinte de 1823 desperdiçou grande parte do exíguo tempo de que dispôs com a abordagem de assuntos fúteis, sem qualquer vínculo com os interesses da nacionalidade.

Refutando essa conceituação, pesquisadores isentos atestam como dos mais profícuos o labor então realizado, pois no instante em que ocorria a dissolução, o projeto constitucional estava elaborado com os seus 250 artigos e a votação incidia sobre o de nº 23.

Além disso, no que tange à legislação ordinária, já haviam sido aprovadas seis proposições, versando sobre:

- o modo de promulgação das Leis;
- a extinção do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias;
- a proibição da nomeação de Deputados para empregos públicos;
- a revogação do Alvará de 1818 sobre sociedades secretas;
- a seleção das leis portuguesas que permaneceriam em vigor;
- a instituição do Governo das Províncias por Presidentes nomeados pelo Imperador.

O Barão Homem de Melo, em monografia editada no ano de 1863, assinala, em defesa da Assembléia, que:

"Período nenhum da História do Brasil tem sido tão desfigurado, tão desapidadamente caluniado, como o da Constituinte."

Mencione-se, por sua extraordinária expressividade histórica, a preocupação dos nossos primeiros Deputados no sentido de transferir-se a Capital para o centro do nosso vasto Território, numa cidade que se fundaria sob a denominação de Brasília.

Aliás, a faina incessante a que se entregou a Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa já foi exuberante e elogiosamente posta em relevo quando do transcurso, em 1973, do Sesquicentenário de nossa vida parlamentar.

Naquela auspiciosa oportunidade, o Congresso Nacional, realçando esplendorosamente o magno evento, rendeu a homenagem de sua admiração e saudade aos que entre nós primeiro se investiram no árduo desempenho da representação popular.

Sr. Presidente, somente a 6 de maio de 1826 — e não a 3 de maio, data constitucional — sob as vistas atentas da coletividade pátria, deu-se a instalação do Poder Legislativo do Império.

No dia seguinte ao do juramento da Carta Constitucional de 25 de março de 1824, Dom Pedro I baixou decreto mandando proceder a eleições para "a Assembléia simplesmente legislativa", as quais se realizariam de conformidade com instruções elaboradas pelo Ministro João Severiano Maciel da Costa. Nos termos das aludidas Instruções, far-se-ia a escolha não apenas dos Deputados, mas também dos Senadores e dos Membros dos Conselhos-Gerais das Províncias.

O art. 90 da Constituição então vigorante, no que concerne ao processo eleitoral, adotava o sistema indireto.

Em razão disso, seriam conhecidos, inicialmente, os "eleitores de paróquia", nas várias freguesias, efetivando-se o ato eleitoral, após a celebração de missa na Igreja-Matriz.

Já devidamente nomeados, esses eleitores juntar-se-iam nas "cabecas de distritos", quando os seus diplomas seriam validados, ensejando a que compusessem o Colégio Eleitoral.

Antes das demais, verificar-se-ia a eleição dos Senadores, por listas tríplices, das quais Dom Pedro I escolheria, soberanamente, o terço da sua totalidade.

No dia seguinte, processar-se-ia à eleição dos Deputados e, logo depois, a dos Membros dos Conselhos-Gerais da Província.

Assim foram escolhidos os legisladores ordinários, que passaram a aguardar a convocação do Poder do qual participariam.

Sua Majestade invocou, entretanto, pretextos vários para justificar a procrastinação do início de funcionamento da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Senadores.

Até mesmo a precária situação do Tesouro foi alegada, na ocasião, para explicar o desinteresse imperial pelo surgimento do Poder Legislativo no País.

A definitiva composição do Senado somente foi oficializada por decreto de 22 de janeiro de 1826, assim redigido:

"Nomeia os Senadores do Império, segundo as listas enviadas das Províncias. Tendo subido à minha imperial presença as listas das Províncias do Império para a nomeação dos Senadores:

Hei por bem, tendo ouvido o meu Conselho de Estado, nomear, na forma do § 1º do art. 101, Tít. 5º, da Constituição do Império, os que constam da relação que com este baixa assinada pelo Barão de Lages, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Encarregado interinamente dos do Império. O mesmo Ministro e Secretário de Estado o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários."

Como não haviam sido criadas — e foi destacado pelo nobre Senador Ruy Santos — às Províncias do Paraná, do Amazonas e do novíssimo Estado do Acre, não há evidentemente menção a seus Senadores na relação seguinte, dos primeiros componentes do Senado, que desta forma se distribuíram:

CISPLATINA	— um
RIO GRANDE DO SUL	— um
SANTA CATARINA	— um
SÃO PAULO	— quatro
MATO GROSSO	— um
GOIÁS	— um
MINAS GERAIS	— dez (a maior bancada)
RIO DE JANEIRO	— quatro
ESPÍRITO SANTO	— um
BAHIA	— seis
SERGIPE	— um
ALAGOAS	— dois
PERNAMBUCO	— seis
PARAIBA	— dois
RIO GRANDE DO NORTE	— um
PIAUÍ	— um
MARANHÃO	— dois
PARÁ	— um
CEARÁ	— quatro, que eram os Senadores Domingos da Mota Teixeira, Pedro José da Costa Barros, João Antônio Rodrigues de Carvalho e o Visconde de Aracati.

Afinal, três meses após a nomeação dos Senadores, Sua Majestade deliberou, através de decreto firmado a 25 de abril, convocá-los e aos Deputados para o efetivo início das tarefas parlamentares.

Segundo Hamilton Leal, em sua "História das Instituições Políticas do Brasil":

"...logo no início o Legislativo curvava-se ao Executivo: a abertura da Assembléia não teria lugar a 3 de maio, data constitucional, mas sim a 6 de maio, de acordo com a doutrina imperial."

Para Dom Pedro I, em sua "Fala do Trono", iria ele "defrontar-se com um Poder soberano" e haveria de presidir "a harmonia entre os Poderes políticos".

Inaugurara-se o Legislativo, que, a exemplo da Assembléia Constituinte de 1823, haveria de ser "o desaguardo das arbitrariedades do Monarca, o refúgio dos oprimidos e a caixa de ressonância dos sentimentos brasileiros".

As atividades parlamentares propiciaram a afirmação de autênticas vocações para a vida política em quase todos os 50 representantes que, sob a Presidência do Visconde de Santo Amaro — eleito pela Província do Rio de Janeiro — foram os primeiros ocupantes das cadeiras senatoriais.

Se nos fosse possível compulsar, com freqüência, o apanhado das discussões desenroladas no Plenário da antiga Câmara do Senado ou, mais hodiernamente, no do Senado Federal, não há dúvida de que haveríamos de haurir ensinamentos valiosos, de imensurável relevância para a consolidação dos nossos anseios democráticos.

Nele seria encontrado, por exemplo, o debate suscitado no ano de 1829, em torno da liberdade de imprensa, quando se examinava projeto que dispunha sobre "abusos da liberdade de exprimir os pensamentos por escrito, ou palavra, e suas penas".

Nos vários volumes de que se compõe a obra editada pela Mesa do Senado, quando Presidente o eminente Senador Petrólio Portella, intitulado "O Parlamento e a Evolução Nacional", os seus organizadores, José Honório Rodrigues e Leda Boechat, com a colaboração de Octaciano Nogueira, transcrevem discursos e intervenções que, ainda hoje, poderiam ser repetidos, porque continuam atualizados os conceitos neles emitidos.

O Marquês de Caravelas (Vol. 2, Tomo 1), fixando-se no exame do projeto de lei referido, afirma em sua oração:

"O direito que cada um tem de comunicar os seus pensamentos é natural ao homem; a Constituição não lhe dá

o que ele já possuía, mas garante-o. Assegurar, porém, que a comunicação dos pensamentos não será proibida, está feito já por um artigo muito mais forte do que o desta lei, isto é, por um artigo da Constituição."

Por sua vez, Almeida e Albuquerque, seqüenciando a apreciação do tema, enfatiza em seu aparte:

"Achei muito ajustadas as reflexões do nobre Senador que acaba de falar. Não se deve opor embaraços ao homem que queira escrever sobre este ou aquele ponto; e se agora legislamos assim, é pelo perigo de se poder derribar ainda o nosso sistema. Logo que ele seja bem consolidado, deve ser livre a qualquer cidadão escrever sobre a forma de Governo."

E o Marquês de Queluz, no final de uma brilhante intervenção, asseverou enfaticamente:

"A liberdade de imprensa é o sustentáculo dos Governos constitucionais, é o veículo da felicidade de toda a sociedade, porque daqui é que vêm as luzes a todo o Império; o contrário é impor aos homens uma mordaca para não falarem."

Que notável sensibilidade para a elucidação percuciente de questões deste porte já demonstravam tão cabalmente os nossos antecessores nesta Casa!

Como inesgotável fonte de inspiração para as lides político-parlamentares do presente, os Anais do Senado reúnem discursos primorosos, na análise dos quais encontraríamos deleite para os nossos espíritos e fortalecimento para a nossa fé cívica.

Se pretendemos efetuar pregação, nesta tribuna, em prol das liberdades públicas, por exemplo, que luzeiro melhor poderia nos servir de guia do que um dos inesquecíveis discursos de Rui Barbosa aqui proferidos?

E se desejamos fazer a apologia da inflexível observância da ordem jurídica, que bibliografia mais abalizada poderíamos encontrar do que a deixada por Milton Campos, nos seus magistrais pronunciamentos neste plenário?

Em 1926, funcionando já no Palácio Monroe, cuja demolição constitui um elevadíssimo tributo que se paga à modernização do Rio de Janeiro, o Senado festejou, a 6 de maio, o Centenário de sua instalação, em meio a uma reunião pomposa, na qual foram relembrados, com emoção, os episódios de maior grandeza de toda a sua trajetória de cem anos.

O Senador Estácio Coimbra, Presidente da Casa, ao anunciar as finalidades da Sessão Extraordinária e Solene, fê-lo com o enaltecimento da instituição, afirmando:

"Não era possível que passasse despercebida e sem relevo a data memorável em que, pela primeira vez, a soberania da Nação constituída se exerceu em terras do Brasil. Por isto resolvi convocar esta sessão extraordinária para comemorar, sem ouropéis factícios, mas na discreção deste augusto recinto, pela palavra de um dos nossos mais ilustres companheiros, o Senador Lauro Sodré, o grande acontecimento que instituiu em nossa Pátria o regime representativo pelo sufrágio."

E assomou à tribuna Lauro Sodré, discípulo dileto de Benjamim Constant, orador e publicista consagrado, que, por duas vezes, esteve à frente dos destinos de seu Estado natal, o Pará.

Nas suas palavras iniciais, mencionou o "rude golpe de arbítrio" sofrido pela soberania nacional quando, a 12 de novembro de 1823, Dom Pedro I deliberara extinguir a Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa, instaurando um regime de absolutismo.

Depois de comentar as principais ocorrências que marcaram a existência do Senado na Monarquia, confrontando-as com as verificadas sob o regime republicano, Sodré ressalta o valor inestimável do voto popular, comparando-o com a escolha vitalícia, efetuada anteriormente pela simples vontade do Imperador.

E assevera no seu longo discurso, fartamente divulgado na época:

"Entre o Senado da Monarquia, onde tão conspícuos valores usavam os títulos com que hoje nos sentimos nós sobremaneira honrados e o Senado da República, a lei traçou linhas de separação em face da Assembléia do Império, cujos Membros eram vitalícios, dependendo a sua eleição, antes de tudo, da vontade do imperante, a Câmara senatorial da República, genuinamente democrática, eleitos os cidadãos que a compõem pelos votos do povo, sem nada que faça lembrar os lordes e os pares das antigas monarquias."

Há cinquenta anos atrás se emprestava enorme ênfase ao sufrágio emanado diretamente da massa de votantes!

E se esta concepção, já há tanto tempo, se cristalizara como conquista inalienável, é injustificável que, ainda hoje, inexistia um consenso indiscrepante quanto à excelência dessa modalidade de escolha.

Machado de Assis, também merecidamente citado pelo Senador Ruy Santos, no exercício de funções pertinentes ao jornalismo político, foi incumbido de acompanhar, para o seu jornal, os trabalhos levados a efeito no âmbito do Senado.

Aquela época, a imprensa concedia generosos espaços à rotina parlamentar, promovendo o registro obrigatório dos fatos políticos ocorridos nas duas Casas Legislativas.

E na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, editada em 1909, Tomo LXXI, por proposta de Euclides da Cunha, foi publicado, com apresentação do Conde Afonso Celso, um estudo do autor de "Dom Casmurro", sob o título "O Velho Senado".

Indicado pelo Diário do Rio, como redator encarregado de efetuar a cobertura do dia-a-dia do Senado, Machado de Assis tinha como companheiros Bernardo Guimarães, do "Jornal do Comércio" e Pedro Luiz, do "Correio Mercantil", ao lado dos quais assistia, atento, às discussões entre Senadores.

No seu estilo atraente, concentrava-se, em cada um dos componentes da Casa, proclamando-lhes as virtudes e apontando-lhes os senões.

E sobre a pontualidade e correção dos integrantes do Senado, Machado de Assis esclarecia:

"Os senadores compareciam regularmente ao trabalho. Era raro não haver sessão por falta de quorum."

Enfocando o crepúsculo do domínio conservador, deteve-se na independência do eleitorado da capital, cuja manifestação ainda hoje continua a ser temida, a ponto de obstaculizar-se o restabelecimento da autonomia política da principal cidade de nossas Unidades Federativas.

Diz Machado de Assis, em sua famosa crônica:

"As eleições de 1860, na capital, deram o primeiro golpe na situação; se também deram o último, não sei; os partidos nunca se entenderam bem acerca das causas imediatas da própria queda ou subida, salvo no ponto de serem alternadamente a violação ou restauração da Carta Constitucional. Quaisquer que fossem, então, a verdade é que as eleições da capital naquele ano podem ser contadas como uma vitória liberal. Elas trouxeram à minha imaginação adolescente uma visão rara para o especial do poder das urnas."

Evidenciando notória simpatia por Paranhos, a quem reputava uma das clarividentes figuras da vida parlamentar brasileira, chegando a citá-lo em inúmeros episódios rememorados em sua crônica, Machado de Assis testemunha a elegância e eficiência da atuação do brilhante homem público:

"Tornei a ver aquele dia, e ainda agora me parece vê-lo. Galerias e tribunas estavam cheias de gente; ao salão dos Senadores foram admitidos muitos homens políticos ou simplesmente curiosos. Era uma hora da tarde quando o Presidente deu a palavra ao Senador por Mato Grosso; começava a discussão do voto de graças."

E após referir-se ao caminhar de Paranhos em procura da tribuna, continua a narração que se pode ler embevecidamente:

"Paranhos costumava falar com moderação e pausa; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para chamar os punhos da camisa, e a voz ia sendo meditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de produzir a defesa era tal que as primeiras palavras foram antes bradadas do que ditas: "Não a vaidade, Senhor Presidente..." Daí a um instante, a voz tornava ao diapasão habitual e o discurso continuava como nos outros dias. Eram nove horas da noite, quando ele acabou; estava como no princípio, sem nenhum sinal de fadiga nele, nem no auditório que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que deixou a eloquência parlamentar."

Como este episódio, cujo dimensionamento ainda mais se elastece em função da beleza e simplicidade do escrito de Machado de Assis, numerosos outros se inserem nos fastos da história parlamentar brasileira.

Se nos debruçássemos sobre os nossos Anais não teríamos dificuldade em coligar peças monumentais da nossa oratória política, das quais assimilariamos edificantes lições de dignidade, de bravura, de patriotismo inigualáveis.

Aliomar Baleeiro, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 13 de maio de 1973, sob o título "Parlamento — a democracia no Poder", conclui lúcidas considerações sobre os antigos parlamentares na precisão deste parágrafo:

"Enfrentando riscos e sacrifícios, cárceres e exílios, tentando, errando e voltando a tentar, eles nos legaram o exemplo da tenacidade na busca dos ideais sem cuja flama sagrada a vida humana não se elevaria muito acima da condição animal."

Carlos Castello Branco, no dia exato em que se festejava os 150 anos da primeira Assembléia, dedicou a sua coluna diária ao elogio dos que se entregaram ao exercício da atividade parlamentar no passado.

E ressaltou:

"O Parlamento do Império deitou de qualquer forma as raízes de uma vida institucional que consolidou no espírito brasileiro o amor à liberdade e à consciência dos direitos e deveres dos cidadãos. Esta foi a semente plantada pelos constituintes de 23. A semente que deitou raízes e cresceu e tem resistido a sucessivas podas com que, na República, se procura estancar essa fonte perene de energia libertária."

Sr. Presidente,
Digníssimas Autoridades,
Srs. Senadores:

Não seria demais indagar, neste instante soleníssimo, se o Senado Federal, nos dias atuais, estaria realmente correspondendo à confiança da opinião pública brasileira?

Os que detêm o múnus senatorial, no ano do Sesquicentenário desta Casa, estariam enobrecendo-a e dignificando-a, a ponto de merecer irrestritos encômios de nossa coletividade?

Ou teriam, por acaso, negligenciado no atendimento das nobilitantes atribuições oriundas da soberana vontade popular?

Sem o intuito de pretender estabelecer similitude com os que, em época remota ou recente, aqui nos precederam, é de crer-se, porém, que os Senadores de 1976 honram — como os que mais o fizeram — as melhores tradições históricas gravadas ao longo destes fecundos 150 anos.

Com a instalação da Legislatura em 1975 e a renovação parcial de seus quadros, o Senado Federal ganhou maior notoriedade ainda, mercê dos acesos debates que passaram a movimentar, ininterruptamente, os seus trabalhos.

Os problemas políticos, econômicos e sociais foram expostos sempre sem tergiversação, contribuindo-se, ora com o apoio desinteressado, ora com a crítica enérgica, mas elevada, para o seu respectivo equacionamento.

A valorosa Imprensa do País, receptível às candentes mensagens de brasilidade e civismo, difundidas em razão dos pronunciamentos da autoria de Senadores do MDB e ARENA e a discussão pelos mesmos provocadas, passou a dedicar colunas mais extensas de seus jornais ao registro do que aqui, quotidianamente, transcorre.

Não foram poucas as tardes em que as nossas galerias se lotaram de povo, fazendo com que o Senado revivesse momentos gloriosos e todos nós nos rejubilássemos pela re aquisição de uma aura de prestígio invulgar que nos é tão grata e confortadora.

E tudo isso sem que se tivesse alcançado a normalidade institucional, que hoje passou a consubstanciar aspiração improrrogável, na concretização da qual devem envidar esforços todos quantos possuem parcela de responsabilidade na condução dos destinos nacionais.

Naquelas ocasiões mais delicadas da conjuntura política que vivemos — e elas não têm sido raras, nos últimos tempos — o Senado, sem tangenciar a apreciação das crises, comporta-se com o maior equilíbrio, serenidade e sobranceia, dando positiva demonstração de maturidade, que o faz respeitado até mesmo pelos que teimam, despropositadamente, em negar a transcendência de sua missão na estrutura legal do País.

Vossa Excelência, Sr. Presidente Magalhães Pinto, com a autoridade que a sua ilibada vida pública lhe confere, ao abrir os trabalhos desta Sessão Legislativa, a 1ª de março, num discurso saudado com euforia e entusiasmo por este outro grande brasileiro que é Franco Montoro, incluiu "a meta democrática" como uma "constante insubstituível", dispondo-se a persegui-la com a obstinação inerente à sua personalidade de líder político provado nas adversidades.

Esta meta, Sr. Presidente, nós os do MDB — em nome de cuja bancada falo — vimos buscando a duras penas, na esperança de que dela nos beneficiaremos um dia, bem próximo, quando a grande e acalentada confraternização democrática nos reunir a todos, numa festa que robustecerá as nossas convicções, propiciando ao Brasil imperturbável paz interna e projeção bem maior como potência de aprimorada formação política.

É sob essa animadora expectativa que deflui o Sesquicentenário da velha Câmara do Senado.

Se esse objetivo fundamental não mais sofrer protelação, teremos, em função da luta indormida a que nos entregamos, prestado aos nossos Predecessores a mais comvente manifestação de rígida fidelidade aos princípios que assinalaram indelevelmente muitas das soberbas lutas do passado. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Quero agradecer a presença de Suas Excelências os Senhores General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos, Presidente da República, em exercício; Ministro Djaci Falcão, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dom José Newton, Arcebispo de Brasília, Dr. Elmo Serejo Farias, Governador do Distrito Federal, Autoridades Diplomáticas, Ministros de Estado e dos Tribunais Superiores, Autoridades Cíveis e Militares, que aqui vieram dar uma nota de maior grandeza e brilhantismo às comemorações do Sesquicentenário do Senado.

Antes de encerrar a sessão, convido os presentes a comparecerem à inauguração da exposição no Salão Negro, e, em seguida, ao coquetel que será servido no Salão Nobre.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR**EDITAL**

O Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca a Sessão Plenária

para o próximo dia dez, às 18:00 (dezoito horas), na sede do Grupo, Anexo I do Senado Federal, 3º andar, para exame das contas do exercício financeiro de 1975.

Brasília, 5 de maio de 1976. — **Célio Borja**, Presidente — **Alton Rios**, Secretário em exercício.

ATA DAS COMISSÕES**COMISSÃO DE AGRICULTURA****ATA DA 14ª REUNIÃO, REALIZADA**

EM 25 DE SETEMBRO DE 1975

Às nove horas do dia vinte e cinco de setembro de mil novecentos e setenta e cinco sob a Presidência do Sr. Senador Orestes Quêrcia — Presidente, presentes os Srs. Senadores Dirceu Cardoso, Mendes Canale, Mauro Benevides, Agenor Maria, José Guimard, Gustavo Capanema e João Calmon, reúne-se a Comissão de Agricultura, no auditório Milton Campos — Senado Federal.

Encontram-se, ainda, presentes à reunião, os Srs. Deputados Luiz Braz e João Arruda, além de inúmeras personalidades convidadas.

O Sr. Presidente, ao constatar a existência de número regimental, declara aberta a reunião e convida a tomar assento à Mesa dos trabalhos, os Srs. Antônio Itaguara Moreira dos Santos, Secretário da Agricultura do Pará, e o Dr. Antônio José Rodrigues Filho, Presidente da Organização Brasileira de Cooperativas e ex-Vice-Governador de São Paulo.

Inicialmente, o Sr. Presidente comunica aos participantes da reunião, que será encerrado hoje o I Encontro Nacional do Leite, com a palestra do Dr. José Prazeres Ramalho de Castro, que falará em nome do Ministério da Agricultura sobre o problema do leite, sob o ponto de vista do Governo. Após a sua palestra, estará presente o Ministro Alysson Paulinelli, da Agricultura, que procederá ao encerramento do conclave.

Logo após, a palavra é concedida, para uma breve mensagem, aos Srs. Oto Frenzeu (em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, Associação Brasileira de Laticinistas e Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio de Janeiro e do Boletim do Leite); Antonio Itaguara Moreira dos Santos (Secretário de Agricultura do Estado do Pará).

Em seguida, a palavra é concedida ao Sr. José Prazeres Ramalho de Castro que passa à abordar o tema "Política e Programas do Governo para a Pecuária Leiteira".

Encerrada a exposição, a palavra é franqueada, para aqueles que desejam fazer perguntas ao conferencista. Na oportunidade, fazem uso da palavra os Srs. José Ribeiro de Moura Júnior — da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios; Deputado João Arruda; Dr. José Cassiano Gomes dos Reis; Dr. Stanislaw Martins; Dr. Rubens de Freitas — Presidente da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios; Senador Agenor Maria; Dr. Taizo Maeda — Presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de São Paulo; Dr. Aurélio Benedini — Presidente da CONAL; e o Dr. Olavo Lacerda Montenegro.

Esgotadas as perguntas, e devidamente respondidas pelo Dr. José Prazeres Ramalho de Castro, o Sr. Presidente — Senador Orestes Quêrcia manifesta a sua satisfação pelo comparecimento de S. Ex^a o Ministro Alysson Paulinelli para prestigiar uma promoção da Comissão de Agricultura da mais Alta Câmara deste País, que "objetiva estudar um tema de alta relevância, de máxima importância para o desenvolvimento brasileiro, o assunto de alimentação elementar básica".

Prosseguindo, o Sr. Presidente passa a palavra ao Exm^o Sr. Ministro da Agricultura, para proferir palestra.

Durante a Exposição, S. Ex^a é apartado pelos Srs. José Ribeiro de Moura Júnior e Olavo Montenegro.

Ao final da palestra o Sr. Presidente, ao encerrar o Encontro, faz um agradecimento ao Sr. Ministro, às Indústrias e às Cooperativas e determina que as notas taquigráficas, tão logo decifradas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ANEXO À ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1975, DESTINADA AO ENCERRAMENTO DO I ENCONTRO NACIONAL DO LEITE, OCASIÃO EM QUE FORAM PROFERIDAS PALESTRAS PELOS SRS. DR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO E MINISTRO ALYSSON PAULINELLI, DA AGRICULTURA:

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE.

PRESIDENTE: SENADOR ORESTES QUÊRCIA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENEDITO FERREIRA
ÍNTegra DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Convido a tomar assento à mesa o Sr. Antônio Itaguara Moreira dos Santos, Secretário da Agricultura do Pará. Gostaria de convidar o Dr. Antônio José Rodrigues Filho, Presidente da Organização Brasileira de Cooperativas e ex-Vice-Governador de São Paulo, para participar da Mesa. Convido o Dr. José Prazeres Ramalho de Castro, Representante do Ministério da Agricultura, para assumir à Mesa.

Senhores participantes do I Encontro Nacional do Leite, hoje encerraremos este nosso Conclave, com a palestra a cargo do Dr. José Prazeres Ramalho de Castro, que falará aos participantes desta reunião em nome do Ministério da Agricultura, sobre o problema do leite, sob o ponto de vista do Governo.

No primeiro dia do Encontro analisamos o problema do leite sob o ponto de vista do produtor. No segundo dia, ontem, do industrial cooperativado. Hoje, analisaremos a questão do leite sob ponto de vista do Governo.

Após a palestra do Dr. José Prazeres Ramalho de Castro, estará aqui presente, o Ministro Alysson Paulinelli que procederá ao encerramento deste I Encontro Nacional do Leite.

Antes do Dr. José Prazeres Ramalho de Castro iniciar a sua palestra, gostaria de convidar para uma mensagem rápida, os Senhores convidados que pretendem deixar também uma contribuição.

Ouviremos o Sr. Oto Frenzeu que nos trará sua manifestação. Gostaria que o Senhor assumisse a Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Oto Frenzeu.

O SR. OTO FRENZEU — As minhas palavras se referem a três pontos básicos que venho defendendo há quase tantos anos quanto aos que dedico ao leite e seus derivados no Brasil. Inicialmente, vou ler a justificativa e depois os três pontos de que se trata.

O primeiro é o seguinte: a produção de leite no Brasil nos acaba de ser apresentada para 1974, com quatro cifras diferentes: 7 milhões e 100 mil toneladas, pelo Diretor do ITAL; 8 milhões e 100 mil toneladas, pelo Presidente do Sindicato de Laticínios de São Paulo;

8 milhões e 700 mil toneladas, pela SUPLAN, do Ministério da Agricultura; e 9 milhões e 200 mil toneladas pelo IBGE. Então pergunto: quantas vacas dão esse leite?

O segundo ponto é o seguinte: em trabalho apresentado, o produtor de menos de 100 litros fazia 173 centavos ou 17,3 centavos; o médio produtor, entre 100 e 300 litros, talvez ganhasse 0,203; e o maior, o produtor acima de 300 litros, provavelmente 612 por litro. Naturalmente, sujeitos às alterações decorrentes da inflação. Essas cifras se parecem muito com a distribuição salarial. O pequeno ganha salário mínimo ou menos e mal sobrevive. O médio ganha um ou poucos salários mínimos e também apenas sobrevive. O grande ganha bem mais, mas pouco representa.

Quanto ao terceiro ponto, o *ersatz* — e acho que todos conhecem essa palavra, que significa substitutivo — e a poluição parecem a fórmula misteriosa da natureza, a fim de ativar a auto-extinção do gênero humano, já que todas as espécies têm um prazo de sobrevivência. Pela agricultura e criação, a espécie humana foi dotada com armas para sobreviver, mas a explosão populacional, por ela mesmo favorecida, é contrabalançada pela descoberta do *ersatz* e a prática da poluição, ajudada pelos medicamentos necessários a contrabalançar esses. Assim, jamais o *ersatz*, mesmo como o extrato de soja nunca poderá substituir o elemento nobre, completo e natural como o leite, recomendado pela própria natureza desde o nascimento da criatura. Talvez a autodestruição seja mesmo inevitável, mas pode ser, ao menos, atenuada com uma alimentação natural e adequada. Dizemos: é necessário mais leite por vaca, por homem, por área. Sabemos que é fácil dizer, mas difícil realizar. Porém, a produtividade de tudo resolverá, se todos trabalharem, como ontem declarou bem claramente o ilustre Dr. José Ribeiro de Moura.

Com esses poucos, mas incisivos esclarecimentos, pensamos ter justificado os três pontos pelos quais nos batemos há cinquenta e seis anos e que continuam sendo, invariavelmente, os seguintes: primeiro, rigoroso e exato levantamento estatístico de todos os setores ligados à produção, industrialização, transporte e comercialização do leite e seus derivados. Segundo, determinação precisa e segura do custo do leite em termos regionais, considerando todos os fatores. Terceiro, determinação exata do valor alimentar e conseqüentemente econômico do leite e dos seus derivados, em relação a outros alimentos, para melhor compreensão pelo consumidor.

Apresentados esses dados e esses quesitos em nome da Sociedade Nacional de Agricultura, da Associação Brasileira de Laticinistas e do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados, do Estado do Rio de Janeiro e do Boletim do Leite, termino minha mensagem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Pretendemos também, com a devida permissão do Dr. José Ramalho, dar a palavra, para uma breve manifestação, aos Secretários de Agricultura do Estado do Pará e do Estado de Alagoas, que nos prestigiaram durante esses três dias com suas respectivas presenças. Anuncio, portanto, para uma rápida mensagem em nome da problemática do leite de seu Estado, o Secretário de Agricultura do Estado do Pará, Antônio Itaiгуara Moreira dos Santos.

O SR. ANTÔNIO ITAIGUARA MOREIRA DOS SANTOS — Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Agricultura de Alagoas, Srs. Membros do I Encontro Nacional do Leite. A nossa participação, por força do tempo, será resumida e tentaremos aqui mostrar apenas um *flash* da situação da produção do leite no Estado do Pará. Tomando-se por base o ano de 1970, a produção do leite no Pará correspondeu a um volume de 10 milhões e 275 mil litros, com incremento da ordem de 12% ao longo de 5 anos, período de 66/70, o que demonstra pouco dinamismo, não acompanhando a taxa de crescimento demográfico do Estado que alcançou 17% nesse período. Nota-se que a partir de 1970 tem havido um certo crescimento, principalmente em razão do surgimento de duas usinas de pasteurização e outros instrumentos de estilo. Hoje a produção da

Bacia Leiteira de Belém — especialmente integrando sete municípios, inclusive distritos de Belém — conta com 185 propriedades produtoras de leite, fornecendo 28 mil litros/dia, dos quais, 15 mil são entregues à Usina Central de Pasteurização, e os restantes — 3 mil — comercializados no interior *in natura*, ou sem serem pasteurizados.

Analisando-se especificamente a cidade de Belém, hoje com 800 mil habitantes, em paralelo com a produção de leite pasteurizado vemos que o consumo *per capita* está em torno de 0,019 litros/dia, ou 6,084 litros/ano, muito abaixo dos níveis de consumo recomendados. Esse 0,019 corresponderia a uma colher de sopa/dia por pessoa. A análise quantitativa da produção do Estado do Pará durante os seis últimos anos não visualizou tendências de um aumento significativo na produção, salvo se nele forem injetados estímulos consideráveis à tecnologia rudimentar utilizada pelos criadores. A utilização de raças mestiças de baixa produtividade e inadequada de pastagens, a baixa escala de produção das propriedades, entre outros, são fatores que contribuem para o baixo nível da oferta existente.

Importação de leite em pó

Dados estatísticos indicam que têm evoluído muito as importações de leite em pó para o Estado do Pará durante o período 65/70, por exemplo, onde acusou um incremento da ordem de 95%, representando uma evasão de divisas da ordem de 16 milhões de cruzeiros só para o ano de 1969. Esse montante, considerando-se o raciocínio levantado pelo Dr. José Cassiano, corresponde a aproximadamente 7% da renda interna do setor agropecuário no Estado. Esses elementos levados para 1970 mostram que nesse ano houve uma importação de quase 4 mil toneladas, representando um valor de 23 milhões de cruzeiros. Então, essa é uma preocupação que o Governo do Estado tem e, dentro das diretrizes e metas estabelecidas para o período de 75/79, vê a necessidade de se produzir mais e melhor, motivando-se o aumento da produção e da produtividade dos rebanhos leiteiros, quer pelo aumento da população bovina, quer pela introdução de tecnologia nova e adequada à região. Hoje, positivas são as ações no sentido de oferecer possibilidade de crédito ao produtor, via regularização fundiária. A Secretaria de Agricultura em conjunto com o INCRA está montando um modelo de ação integrada, uma massa crítica, onde as áreas federalizadas ao longo das estradas federais que pelo decreto-lei pertencem ao INCRA, como nas devoluções do Estado. A Secretaria e o INCRA estão estabelecendo trabalhos integrados para que essa regularização fundiária venha o mais breve possível. Ao mesmo tempo, o Estado criou nesses seis meses de governo um instituto, um intérprete especificamente, para tratar de problemas fundiários no Estado.

Inseminação artificial

Criação de uma Companhia ligada à venda e industrialização de insumos modernos para a agricultura — COPAGRO; incentivos à fixação espacial da Bacia Leiteira em municípios próximos a Belém, com vistas a reduzir os custos de produção; — dinamização do sistema de assistência técnica e extensão rural; incentivos e apoio às empresas privadas que se proponham a beneficiar o subsector pecuária-leiteira.

Foi apenas um *flash* rápido, como disse, mas de qualquer maneira, dá uma visão e vem como um subsídio do Estado do Pará ao produto final desse Encontro. Comprometemo-nos, porém, a enviar de Belém, ao Sr. Presidente da Comissão de Agricultura no Senado, um instrumento mais profundo em análise e em dados.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Secretário de Agricultura do Estado de Alagoas, Jader Araújo.

O SR. JADER ARAÚJO — Senador Orestes Quêrcia, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, demais componentes da Mesa, Srs. Participantes do I Encontro Nacional do Leite.

Não poderíamos, apesar da limitação do tempo, deixar de usar da palavra, num conclave que enfoca um problema tão angustiante, tão discutido e carente de soluções imediatas como é o problema do leite em nosso País.

Sabemos que a região Centro-Sul desenvolve uma produção muito maior do que a nossa, o Nordeste. Entretanto, diga-se de passagem, no contexto do Nordeste, o Estado de Alagoas se apresenta numa situação mais vantajosa do que outros Estados da Federação. Alagoas tem uma produção estimada, hoje, de 120 mil litros/dia. Quem explora a problemática do leite é o Governo do Estado, através de uma Sociedade de Economia Mista, CILA, Companhia Industrializadora do Leite de Alagoas. Essa companhia vem adquirindo praticamente 50% da produção do leite, ou seja, em torno de 60 mil litros/dia. Ao assumirmos o Governo, no mês de março próximo passado, procuramos ultimar a conclusão da fábrica de leite em pó que está sendo instalada na cidade de Batalha. Houve, como ouvimos aqui através dos conferencistas, um desestímulo à produção do leite. Coincidentemente, também somos funcionário do Banco do Brasil, e num levantamento feito na Bacia do Leite em 1958, esta apresentava uma produção de 100 mil litros/dia, produção que, praticamente durante dezessete anos, permaneceu estável. Logicamente, houve um desestímulo aos produtores, pela falta de preço e mais precisamente pela falta de comercialização. Acreditamos que iniciaremos a nossa produção de leite em pó durante o mês de outubro, com a capacidade inicial da fábrica de 100 mil litros/dia, industrializando 60 mil litros. Hoje, Alagoas vem concorrendo com o abastecimento dos diversos Estados da Região Nordeste. Enviamos leite *in natura* para Fortaleza num total de 20 mil litros/dia, para Natal, Aracaju, Salvador e Teresina, sendo que este fornecimento para Teresina é via industrializador, o pasteurizador do leite de Fortaleza.

Há quinze dias atrás, éramos solicitados, pelo Governo do Maranhão, para atendermos o consumo de leite na Capital maranhense, consumo este que, segundo o Sr. Secretário da Agricultura de então, Dr. Domingos, solicitava para atendimento das Casas de Saúde, Maternidades e outras entidades, inclusive escolares.

Como houve, no setor político, o afastamento do Dr. Domingos, e com a recente nomeação do Dr. Raimundo Nogueira para Secretário da Agricultura do Estado do Maranhão, acreditamos que com esse nosso contato, dentro em breve, voltaremos a fornecer, também, leite para o Estado do Maranhão.

Relativamente à nossa produtividade, como é do conhecimento daqueles que lutam, que são interessados no problema do leite, temos lá a microrregião de Batalha, com uma população estimada, em 10 municípios, com 200 mil habitantes, com rendimento médio diário, por vaca, de 8 litros em duas ordenhas. Acreditamos ser uma boa média, dentro do contexto nacional, de vez que a região é rica em sais minerais; no tocante, também, à umidade relativa, ela nos oferece condições para termos boa produtividade.

Queremos nos desculpar pela maneira sucinta como estamos apresentando os nossos trabalhos, de vez que tomamos conhecimento deste conclave há cerca de oito ou dez dias, e não pudemos trazer, como era do nosso desejo, maiores subsídios. Comprometemo-nos com o Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado a elaborar um trabalho mais aprimorado.

Aproveitando o ensejo, convidamos a todos os presentes para a nossa 5ª Exposição do Gado Leiteiro, no Município de Batalha, a realizar-se no período de 1ª a 5 de outubro próximo. É um convite que faço em nome de S. Ex.^a, o Sr. Governador do Estado de Alagoas, e teríamos o máximo prazer em receber o maior número de participantes, daqueles que se dedicam tão profundamente à sistemática do leite.

Somos gratos pela atenção dos Srs. participantes, especialmente, do Sr. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Quero agradecer, em nome da Comissão de Agricultura do Senado, a contribuição do Sr. Otto Frenseu, assim como a contribuição e o testemunho do Sr.

Secretário de Agricultura do Pará, Antônio Itaguara Moreira dos Santos, e do Sr. Secretário de Agricultura de Alagoas, Jäder Araújo.

Neste instante, com grande prazer, damos a palavra ao representante do Ministério da Agricultura, Dr. José Prazeres Ramalho de Castro, cujo tema a abordar é: "Política e Programas do Governo para a Pecuária Leiteira."

Concedo a palavra ao Dr. José Prazeres Ramalho de Castro.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, meus Senhores:

É uma satisfação imensa que o Ministério da Agricultura sente em participar de conclave desta natureza. Por outro lado, antes de entrarmos no mérito de nossa palestra, gostaríamos de realçar que o trabalho que se vem desenvolvendo é de uma equipe que está se constituindo, que vem evoluindo dentro do Ministério da Agricultura, especificamente no setor do leite, para que possamos, realmente, atingir os objetivos que se almeja, o qual abordaremos durante a nossa palestra.

Gostaríamos de iniciar enfocando o setor agropecuário como um todo, dentro do contexto nacional e numa perspectiva, vamos dizer assim, mais ou menos histórica.

Como é sabido por todos, a partir do final da 2ª Guerra Mundial, o modelo brasileiro foi o de desenvolvimento da indústria, promovendo o que se chama, comumente, substituição de importação. Dentro desse modelo é que nossa análise inicial vai colocar quais foram os seus efeitos, ao longo desse tempo, na Agricultura e, especialmente, dentro do setor de leite.

A agricultura brasileira vem sustentando taxas anuais de crescimento da ordem de 4% nas últimas duas décadas, 1950, 1960, superiores ao crescimento da população, girando em torno de 3%, mais ou menos, não obstante a um dos temas que predominam na política econômica, em virtude dos seus índices de produtividade serem muito baixos. Acredita-se que a sua contribuição para o desenvolvimento econômico será muito maior, se ela se modernizar. Isso é o que se está estudando agora, no Ministério da Agricultura.

A tomada de consciência dos problemas da agricultura brasileira quase sempre ocorreu nas crises de abastecimentos das grandes metrópoles, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo.

Na década de 50, mais precisamente no período 51/54, em São Paulo, os preços dos gêneros alimentícios apresentaram a elevação de 20%, elevação em termos reais. As perdas na comercialização foram responsabilizadas por tal crescimento e resultavam da deficiência do sistema de transporte e armazenamento. O programa de metas daquela época destacou melhoramentos dessas facilidades, considerando-os prioritários. Tinha-se a impressão de que a crise do abastecimento estava contornada. A política econômica dos anos 50 e do início da década de 60 era, entretanto, bastante enviesada para preços baixos, relativamente, a gêneros alimentícios, visando a favorecer a industrialização — meta fundamental da política econômica. A política de preços baixos trouxe desestímulo à produção. A oferta não foi capaz de acompanhar o dinamismo da demanda, o qual era consequência de taxas explosivas do incremento da população, urbanização do País e aumento da renda *per capita*.

Este quadro só poderia dar origem a novas crises de abastecimento. Os primeiros sinais ocorreram no período 58/59. Procurou-se estimular a produção, ampliando-se o crédito agrícola. A crise agravou-se nos anos 61/63. A saída encontrada em 64 foi tornar efetiva a política de preços mínimos, cuja legislação já havia sido anteriormente aprovada. Algumas explicações esposadas como os fatores responsáveis pela estagnação da produtividade agrícola são as seguintes:

1) as políticas que visavam baratear o capital para as indústrias dificultaram a exportação dos produtos agrícolas, através da supervalorização das taxas de câmbio, confisco cambial, cotas de exportações ou simplesmente proibição das exportações de gêneros alimen-

tícios, a fim de garantir preços baratos para os consumidores;

2) investimentos insuficientes em pesquisa agrícola, capazes de criar insumos modernos, a preços baratos, insumos esses indispensáveis à modernização da agricultura;

3) a própria natureza do processo de desenvolvimento engendrou uma industrialização enviesada para bens de consumo, e não se procurou até, recentemente, estimular a indústria de insumos modernos, que é básica à modernização.

Isto, realmente, quer dizer que tivemos uma política de importação de substituição, cuja base era de produção de consumo imediato como televisão, liquidificadores etc., e não se preocupou, realmente, com a criação de uma indústria de insumos modernos, indústria de fertilizantes, maquinárias, indústria desse tipo que a agricultura pudesse utilizar que era o setor que dava maior porcentagem da renda ao País;

4) a política de preços baratos para os gêneros alimentícios reduziu a rentabilidade das culturas e criações e desestimulou investimentos, sendo assim, uma das causas das crises de abastecimento.

Esses são, realmente, alguns pontos que se pode esposar como uma consequência do modelo que se definiu àquela época. No entanto, para o momento, a política da agropecuária atual, a política lançada dentro do Governo Geisel, tendo à frente, no Ministério da Agricultura, o Ministro Alysso Paulinelli, é uma política em que devemos utilizar os instrumentos governamentais, visando a manutenção e o incremento de renda do setor agrícola. Foi reconhecido que, realmente, o setor agrícola é de suma importância na dinâmica do crescimento e desenvolvimento da agricultura.

Dentro dessa é que voltamos a enfatizar: é a política que perseguimos, que nos orienta à manutenção e incremento da renda do setor. Em particular, no caso do leite tem sido a de recuperação da renda do setor, procurando a auto-suficiência e, eventualmente, a exportação através do incremento da produção e da produtividade. Este é, realmente, o que se persegue no caso do leite e os instrumentos de política agrícola, que se tem manipulado, que se tem trabalhado para atingir os objetivos são os seguintes: política de preços, de estocagem, de crédito, de pesquisa, de assistência técnica e de sanidade animal.

Vamos traçar algumas considerações dentro de cada uma dessas políticas. Antes de entrarmos nos detalhes que estamos desenvolvendo, gostaríamos de mostrar quão problemático é se definir uma política de preços, porque uma série de fatores que enumeraremos depois estão envolvidos nas definições daquilo que chamariamos de preço do produto. O preço do leite *in natura*, num dado mercado e num dado tempo, depende do equilíbrio de várias forças de natureza econômica. Num mercado urbano, por exemplo, o preço do leite é acertado pelos seguintes fatores e, provavelmente, por muitos outros ainda. O nível geral dos preços, a qualidade do leite, seu valor como alimento, *vis a vis* outros alimentos. Inclusive, aqui se falou — é realmente um tema polêmico — da existência de um possível concorrente: gastos e hábitos dos consumidores, que variam de acordo com nacionalidades, religiões, tabus. Todo mundo conhece os tabus de: fruta com leite ao longo de todo esse tempo. Tudo isso afeta o preço; as condições climáticas; população total, a proporção de crianças, dentro da população total nos interessa bastante a proporção de crianças, porque há um diferencial dentro das necessidades de consumo; a renda disponível dos consumidores, o preço de bens alternativos, tais como: leite em pó, creme de leite, leite condensado; os preços do leite que prevaleceram no passado; as quantidades vendidas no mercado; o preço de produtos derivados do leite como a manteiga, queijo, creme etc; o valor do leite usado como alimento, nas fazendas principalmente, como alimento animal que vale isso, em termos do bem final que seria comumente o porco ou outro que poderia se beneficiar disso; a margem de intermediação; o custo de transporte; a produtividade da terra próxima aos mercados; a eficiência

dos produtores de leite; a competição de outras lavouras pelo uso da terra; o valor das vacas e dos bezerros para abate, quer dizer, que é um componente de custo e renda; os níveis de salários; epidemias e doenças no gado; enchentes, secas e geadas e outros fatores anormais que interferem na produção e distribuição de leite; a presença de elementos monopolísticos nas suas várias formas; a intervenção direta do Governo no mercado. Em decorrência da presença dessa complexidade de forças, é utópico pensar que um preço justo — isso ainda devemos considerar o justo num conceito relativo, que poderá variar de pessoa para pessoa e de situação para situação — possa ser encontrado e mantido no mercado. Paralelamente, torna-se, praticamente impossível, estabelecer uma política de preço para o setor que seja de caráter estático, pois, como vimos, a dinâmica do mercado obriga-nos a revisar constantemente as diretrizes estabelecidas num dado constante.

Queremos dizer o seguinte: nós perseguimos, dentro desse objetivo de preço, uma coisa básica que nos norteia a manutenção e, eventualmente, o incremento da renda do setor. Quero que os Srs. vejam a complexidade disso, em se definir o que seria preço justo. Este é o problema que temos em mãos, quando estamos definindo certas políticas. No entanto, o Governo — voltamos a enfatizar — pretende manter a renda do setor. Esse é o guia básico da política do leite. Por outro lado, o Governo reconhece que uma política de reajustamento de preço, sem considerar aumento de produtividade, seria inviabilizar nossa pecuária *vis a vis* no mercado internacional. Quer dizer, uma política desenfreada de preços, no sentido de aumento de preços ao nível do consumidor, porque depois vamos analisar o que seriam os componentes de preços ou de renda, porque nesses componentes temos um abaixamento de custo, através de pesquisa, de modernização, que traz como contrapartida um aumento de renda para o agricultor. E isto é realmente o que perseguimos, dentro dessa temática. O preço é uma variável dentro da qual nós trabalhamos, principalmente, num determinado instante, num determinado momento, para que possa se incrementar e se aumentar a renda do setor. Mas ela não pode ser uma política no crescente, senão chegaremos a uma situação tal que nossa pecuária seria inviabilizada, considerando o nosso contexto internacional. No momento mesmo os senhores têm conhecimento, dada a situação internacional de que, enquanto o nosso leite em pó custa mais de 12, 13 ou 14 cruzeiros, pode-se colocar, aqui, leite em pó de outros países a preço de 5 e 6 cruzeiros. Não quer dizer com isso que esse leite também não tenha seus subsídios, ou outros fatores, mas há excesso de produção internacional.

Foi dado um reajustamento que elevou a renda, porém, temos que pensar muito — e é um ponto de discussão bastante constante entre nós — qual deve ser essa frequência de reajustamento de preços. Temos que colocar também este ponto no contexto da economia, como um todo, por exemplo, *vis a vis* com outros produtos e setores. O leite como qualquer outro produto de agricultura, como qualquer outro produto da economia tem as suas características, e temos que fazer uma política dentro desse setor, porque, quando consideramos uma política de aumento da renda, temos que projetar isso no período de tempo mais curto, dentro de um ano, porque, neste espaço de tempo, temos variações de custo — como já foi aqui, anteriormente — os custos de entressafra, normalmente, são mais altos do que os de safra. Mesmo que mantivéssemos o custo nominal constante, com o rebaixamento da produção nesse período, automaticamente, teríamos um custo, por unidade de produção, mais alto. Mas o que nos interessa é uma política que nos dê uma perspectiva de anos. Deverá ser esse reajustamento de três em três, quatro em quatro, cinco em cinco, ou uma vez por ano, em que período? São questões que estamos debatendo com todos os setores que trabalham na pecuária. Gostaríamos de realçar, aqui, que o Ministério da Agricultura está não só no setor do leite, mas especialmente nele aberto, sempre foi e sempre há uma dinâmica ligada ao diálogo e à interligação com as classes produtoras e industriais, principalmente.

Temos constantemente trocado idéias e nossas políticas, nossas definições, sempre têm uma crítica desses setores. Dentro desse componente, um outro de preço, que estamos trabalhando e que já foi salientado aqui, é a política de cota e excesso. Digo que é um componente de preço, porque proporciona a determinação de um preço médio no período da safra e um preço único no período de entressafra. Esta é uma política que, desde que começamos o trabalho no Ministério da Agricultura, vimos discutindo com as classes e eles mostraram que esse tipo de política, já tendo sido adotado no passado, tem suas grandes vantagens, entre elas, a de procurar premiar o verdadeiro produtor de leite. Isto não quer dizer que a política do Governo seja a de aproveitar todo o leite possível, mas fazer com que aqueles que realmente se dedicam à produção do leite possam auferir — porque eles têm custos diferentes — um preço médio mais alto. Esse é o nosso grande problema: definir esse diferencial de preços de forma tal que possamos premiar o verdadeiro produtor de leite, quer dizer, o produtor de leite durante todo o ano, aproveitando, ao mesmo tempo, a produção daqueles produtores eventuais, uma vez que o leite é um produto que não podemos deixar perder, através da industrialização ou de outros tipos de processos.

Esta seria uma das políticas — que acreditamos bastante forte — que normalizaria esse tipo de problema. Além de tudo, se estamos perseguindo uma pecuária eficiente, uma pecuária dinâmica, uma pecuária evolutiva, temos de chegar a um certo limite a reduzir sensivelmente o diferencial de produção da safra e a entressafra, isto é um tipo de instrumento de política que pode realmente incentivar aqueles que querem — que são os produtores de leite — a atingir esse tipo de política que é uma normalização da produção durante o período da safra e da entressafra, entre outras coisas, acabar com todo o processo que se utiliza atualmente, o da reidratação; embora em termos alimentares isso não seja mau, ela é uma política que substitui perfeitamente o leite.

Este, mais ou menos, é o direcionamento, o guia que nos norteia para uma política de preços. A outra política por nós salientada foi a da estocagem. Acredito que pela primeira vez, no caso da pecuária leiteira, o Governo, reconhecendo que essa sazonalidade não é corrigida imediatamente, mas que nós devemos aproveitar — isto, enfatizando o que já falamos — até ao máximo a produção de leite global, promoveu um sistema que procurasse transferir o excesso aparente de leite da safra para o período da entressafra, buscando ainda aquele objetivo de auto-suficiência do leite, não importa qual seja sua forma.

Com isso se fez o primeiro programa, que não saiu no tempo devido — porque todo o processo tem que se seguir, mas atendem, em grande parte, a política de se transferir os excessos da safra para a entressafra; tal programa foi a política de estocagem.

Aquela época se definiu que nós iríamos procurar estocar 173 milhões de litros de leite, através de leite em pó, através de queijo, através de manteiga; essa foi realmente a política definida, para a qual se destinou recursos da ordem de 217 milhões para essa política de financiamento. Essa política previa o financiamento à indústria, o que lhe possibilitaria, trabalhando num período de excesso, num período em que estivesse produzindo além das condições do mercado, quando lhe pesasse seu capital de giro, essa perspectiva de guardar, armazenar esse produto para o período de entressafra. Acredito que foi uma política que vem atendendo inclusive as condições específicas e extemporâneas deste ano que estamos passando.

A outra política que vem norteando, dentro deste contexto de elevação de renda, de dinamismo, é a política de crédito. A política de crédito tem uma série de finalidades, entre elas a de incentivar, a de proporcionar aquele custo de inversão, de investimento quando se muda uma tecnologia. Este é um problema que nos está preocupando bastante em definir certos pontos dessa natureza. Sabemos que a tecnologia é válida, que ao longo do tempo traz a rentabilidade desejada, mas por vezes, conforme a tecnologia, ela tem um custo de implantação muito alto, e através disto é que estamos

tentando dinamizar, aumentar — as coisas às vezes não podem ser feitas da noite para o dia — o setor de crédito.

Já existia — não é inovação — o PDPL, e ele vem tentando dar uma certa cobertura a esse processo de crescimento.

Esse programa, com taxa de juros de 7% ao ano, um prazo de doze e oito anos para investimentos fixos e semifixos e carência de até quatro anos, já alcançou recursos de 652 milhões de cruzeiros — recursos efetivos — e esse montante atingirá a cifra de 821 milhões, se somados a estes os projetos que já estão em fase de contratação. Isso beneficiou a cerca de 3.363 projetos. E apenas para rápidas pinceladas de algumas coisas que foram feitas dentro disso, podemos dizer que foram construídos 11 mil quilômetros de cercas, tivemos a aquisição de máquinas agrícolas, na ordem de 65 milhões de cruzeiros e para formação de pastagens, tudo dentro desses itens. Isto, para a região Centro-Sul.

Na região Nordeste, dentro da área do PROTERRA, a programação prevista de recursos foi ultrapassada em cerca de 38%. Foram previstos recursos da ordem de 35 milhões e foram atendidos 45 milhões, em números redondos, e os projetos atingiram cerca de 1.500 propriedades, unidades de trabalho, vamos dizer assim, havendo um aumento de cerca de 51% no número programado para isso, que era da ordem de 1.000.

Essa meta alcançada resultou na introdução de 4.299 reprodutores, entre machos e fêmeas, e na formação de 6.522 hectares de pastagens permanentes, problema por vezes na região leiteira do Nordeste, onde a pastagem deve ser permanente para se manter durante o período da seca, e a construção de 130 silos. Isto, só para mencionar alguns itens.

Ainda dentro da política de crédito, existe o PRONAP. Esse programa foi lançado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, no primeiro semestre deste ano. Ele já era previsto nas diretrizes da pecuária e objetiva aperfeiçoar o manejo do rebanho bovino, bem como estimular técnica racional de alimentação de gado, notadamente na entressafra. Este é um programa que está em andamento e que visa 1 bilhão de cruzeiros por ano, até 1979.

Dentro disto, poderíamos dizer condições de juros, 7%; mais de 8 correções, 15%, mas temos os insumos considerados subsidiados, com juros zero, prazo de até doze anos, variando de acordo com as características do investimento, carência de até quatro anos, dois anos, também de acordo com as características do investimento, e visa à formação de uma área adicional de pastagens destinadas a implementar a alimentação do gado bovino. Então, já temos enfocado três tipos de política: preço, estocagem e crédito.

Outro setor a que se está dando uma atenção bastante grande é o da pesquisa agrícola, em especial à pesquisa da parte de gado de leite. O Governo brasileiro, dentro das considerações de pesquisa, objetivando a modernização e expansão do setor agropecuário, adotou uma política de desenvolvimento, na qual a adoção de tecnologias aprimorada e o uso dos chamados insumos modernos, em harmonia com os sistemas de produção adequados à realidade nacional, desempenharão um papel de relevo. Neste contexto, a pesquisa agrícola assume real importância como fonte de novos conhecimentos que indiquem as técnicas e processos produtivos capazes de conduzir os objetivos visados. Tal fato levou à criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.

No setor específico da pecuária bovina de leite e fundamentando-se na crença de que só uma ação interdisciplinar com a constituição de uma equipe altamente qualificada de especialistas de diversos ramos, será capaz de resolver os problemas da pecuária leiteira sob o maior número de aspectos está sendo implantado, em Coronel Pacheco, o Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite. Esta, realmente é uma característica bastante importante dentro do modelo EMBRAPA, onde existe um Centro Nacional de Pesquisa de Gado Leiteiro, em que as pesquisas são feitas nas suas bases fundamentais e, em consonância com os sistemas estaduais de pesquisa, desenvolvendo a pesquisa em âmbito local. Quer dizer, a aglutinação, a externa-

lidade da união dos técnicos interdisciplinar dentro de um Centro em que ...

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Onde é?

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Em Coronel Pacheco, Minas Gerais, perto de Juiz de Fora. Lá, realmente, são dadas as condições de promoção dos novos conhecimentos que serão disseminados e adaptados às características específicas de cada Estado, de cada microrregião, de cada situação. Esse Centro, por exemplo, está sendo montado com a proposta orçamentária para 1975 da ordem de 16 milhões de cruzeiros. O Centro se propõe a desenvolver um programa cujos principais pontos de pesquisa são: alimentação, melhoramento de manejo animal, sanidade animal, reprodução animal, tecnologia do leite. Os senhores sabem que junto do Centro existe um dos mais antigos na parte de leite e tecnologia, que é o Centro Cantoche. Baseando-se na crença de que produção do leite é herança em meio-ambiente, o Centro está lançando um conjunto de pacotes tecnológicos. Um dos grandes trabalhos que vem sendo realizados pela EMBRAPA é a criação de pacotes tecnológicos regionalizados. No caso específico — e vamos salientar — o primeiro trabalho dentro da parte de leite é para regionalizar dentro da Zona da Mata, em Minas Gerais. O primeiro pacote, para o produtor de baixo nível de conhecimentos, quer dizer, foi dividido em três pacotes em que as variáveis principais eram conhecimento, área e realmente habilidade do produtor. Então o primeiro pacote do produtor de baixo nível de conhecimento e que possui propriedade geralmente pequena e de infra-estrutura simples, mal administrada. A adoção desse pacote, após a utilização da tecnologia preconizada poderá implicar numa produção, por vaca, de cerca de 1.200 litros por lactação. Atualmente podemos dizer que varia em 600, 700 litros, nesse nível de tecnologia.

O pacote nº 2, por exemplo, destina-se a produtores de razoável nível de conhecimento, que não adotam, porém, todas as técnicas de manejo preconizadas. Suas propriedades são de tamanho médio, possuem gado azebuado, com grau de cruzamento pouco inferior a meio-sangue, holandês-zebu, e possuem infra-estrutura suficiente para adotarem, a maioria, da tecnologia sugerida. A produção por vaca após a utilização da tecnologia recomendada alcançará cerca de 1.800 litros por lactação.

O terceiro pacote destina-se a produtores com bons níveis de conhecimento, que possuem propriedades com áreas superiores a 250 hectares. A produção por vaca, preconizada para o pacote, é de 2.500 litros por lactação. Logicamente que isso tem uma série de variáveis e prevê realmente a utilização completa do pacote tecnológico, em que não é somente uma tecnologia isolada, mas um conjunto delas que traz o progresso e o aumento da produtividade. Isto é, realmente, em linhas gerais, o que o Governo está pretendendo dentro da área de pesquisas agrícolas; não estamos aqui salientando a expansão disto dentro dos sistemas estaduais de pesquisa, com o qual a EMBRAPA e o Centro Nacional, vamos dizer assim, estarão interligados para fluir e inteirar dentro dos conhecimentos e a transmissão desses conhecimentos. A importância muito grande, dentro dessa área de tecnologia é como falamos. A política de preços tem uma finalidade; a pesquisa, tem outra, que é realmente o rebaixamento. A base de tudo é a baixa do custo. Se a tecnologia realmente não propiciar um rebaixamento de custo por unidade de produção, quer seja homem, quer seja vaca, quer seja por unidade de litros de leite, ela realmente não atinge seus objetivos e não é uma tecnologia por vezes viável naquelas condições de momento; pode ser em outras condições. Isso é o que se está perseguindo como uma das políticas do progresso, do desenvolvimento, do crescimento da produção, atendendo a produtores e consumidores, a introdução e o crescimento da tecnologia.

Mas, ao existir a tecnologia, nós teremos que ter um sistema que transmita aos produtores essa tecnologia, esses pacotes tecnológicos, realmente a descobertas da ciência e da pesquisa. Isso é a assistência

técnica, que é outra política bastante enfatizada nas condições atuais do Ministério da Agricultura.

A constatação da existência de diversos órgãos, seja nível federal, seja estadual, atuando na área da assistência técnica ao produtor, com um desperdício de recursos tanto monetários como humanos que tal diversidade de órgãos levava, induziu o Governo Federal a criar a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, justamente visualizando a aglutinação e a unificação do sistema de assistência técnica, para que não houvessem os sistemas isolados, e dentro dele se pode criar ou desenvolver qualquer tipo de projetos ou programas específicos — a EMBRATER —, objetivando a união ou coordenação centralizada desses órgãos, levando a sua eficiência como um todo ao sistema de assistência técnica. Esse é um programa com bastante ênfase, em que se pretende, dentro dos próximos anos, que a assistência técnica ao produtor seja, pelo menos, dobrada.

Por fim, dentro dessas políticas, temos o programa de sanidade animal, o chamado PRONASA. A conscientização crescente da necessidade de defesa animal, sob importância como fator de incremento à produção e à produtividade pecuária, bem como o resultado positivo alcançado pelo Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, levaram o Governo a lançar o Programa Nacional de Saúde Animal — PRONASA, onde se antecipa de dois quadriênios o programa da aftosa para a região Nordeste. Quer dizer, uma coisa que estava programa para oito anos, ele se antecipa em dois quadriênios dentro do que estava sendo previsto para lá. Com vigência para o período de 1975 a 1990, subdividido em quatro quadriênios, tem como propósito diminuir a incidência da febre aftosa, reduzir a prevalência da brucelose e a mortalidade causada pela raiva em bovinos. Cumpridas suas quatro etapas, teremos em toda a extensão fisiocrática do país uma estrutura que dará total assistência ao rebanho bovino nacional, não só no que diz respeito a essas enfermidades mas também a outras doenças que atacam nossos rebanhos. Esse, realmente, é outro programa dentro daquilo que falamos de atuação do Governo, visando ao desenvolvimento, ao incremento da produção e à manutenção, pelo menos, do crescimento da renda do produtor de leite.

Finalmente, o que se pensa em termos de política de leite, daqui para a frente, é o detalhamento e o aperfeiçoamento dos instrumentos já salientados. Quer dizer, esses instrumentos que discutimos, o detalhamento e o aperfeiçoamento dos mesmos é o que nós estamos perseguindo, no momento. E quem sabe a introdução de outros que venhamos a sentir a necessidade da efetividade dos mesmos nesse progresso, de uma forma em que participem os técnicos. Vale dizer, o modelo que nós perseguimos é que haja uma participação dos técnicos conhecedores dos assuntos, tanto do serviço público, quanto da empresa privada. E em especial — esse é um ponto que nós gostaríamos de salientar — aqueles que estão com a mão na massa, produtores e industriais. Um sistema de comissões já foi estabelecido — está sendo definido, foi apanhado pelo Sr. Ministro — um sistema de operacionalização, uma definição das nossas diretrizes, da nossa política de programa de ação que é a instituição de comissões. Existiria uma comissão a nível técnico, que seria responsável pela elaboração básica de um documento em que esse tipo de programa de política e sua especificação seriam detalhados.

E numa segunda etapa, justamente que aqueles que estão — voltamos a enfatizar — com a mão na massa, que são os beneficiários dessa política e que de uma certa forma vão interligar com esse tipo de política, que são os produtores e industriais, a discutir, a criticar ou melhor, introduzir uma forma de operacionalização ou até a própria sistemática. Portanto, esta é a idéia, termos um documento básico a nível técnico e que este seja criticado por aqueles que vão se utilizar direta ou indiretamente das políticas. Isto está em fase de operacionalização. Como falamos, estamos estruturando a nossa equipe está evoluindo e agora estamos sentindo que temos condições de operacionalizar este tipo de atuação, de interação entre o Governo e as classes de produtores e industriais. Isto não quer dizer que no que fizemos até agora — tem sido um trabalho de equipe — não tenha havido esse tipo de interligação, esse tipo de interação. Vamos

sistematizar essa interação que tem sido feita, quer seja em caráter de pequenos grupos, quer seja em caráter individual, quer seja nas nossas viagens, quer seja em conhecimento *in loco*. E essa é a nossa base, não é definir de gabinete; pode ser que eu especificamente fique mais tempo no gabinete, do que deveria, mas nossa equipe viaja — e os senhores são testemunhas disso aqui — entrando em contato com todo o sistema, com a nível de produtores, o que está acontecendo e o que se está passando.

Na realidade, o Governo reconhece que uma política de leite mais realista é aquela que procura integrar os setores da produção, intermediação, através da industrialização e distribuição e dos consumidores. É esta a forma que pretendemos, que estamos tendo e que norteia todo o direcionamento da política do setor de leite na administração do Sr. Ministro Alysso Paulinelli. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Antes de passarmos às perguntas, solicito ao Sr. Mauro, Assessor da Comissão, que faça constar do livro de assinaturas os respectivos nomes, endereços e entidades representadas pelas pessoas que nos honram com a sua presença, a fim de que, no futuro, eu possa manter correspondência com S. Ss. Desde já fica registrado o meu agradecimento.

Obedecendo à lista de inscrição, concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. José Ribeiro de Moura Júnior, da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para o Doutor José Ramalho seria desnecessário qualquer apresentação, porque ele bem compreenderá a minha atuação, em virtude de termos tratado do assunto. Desde já, dou o meu testemunho do contato que temos tido quase que mensalmente, muitas vezes semanalmente, no seu gabinete, a propósito do assunto leite. A ele mesmo já disse que graças a Deus nós estamos ajudando a criar realmente um Ministério da Agricultura neste País. Por isso é que fui obrigado a reagir ontem quando, de certa forma, se praticaram aqui injustiças a respeito do esforço que o Governo vem fazendo não só para compreender, mas resolver, junto conosco, os problemas da classe. Por isso mesmo e pelo meu comportamento, aqui, ontem, um dos nossos companheiros me perguntava por que razão eu, como diretor da Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios, defendia, a seu ver, acirradamente, a causa do produtor de leite. O Doutor José Ramalho sabe, mas para muitos tenho que repetir o que já disse a este colega: é que a Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios é do produtor de leite, e muito especialmente, do pequeno produtor de leite, daquele que não se pode defender sozinho, porque o grande — perdoe-me o linguajar comum — se não for redondo, se vira e arranja um lugar ao sol; mas o pequeno ficará sempre às moscas.

É estatutário, é do nosso estatuto que a nossa obrigação primeira é de defender aqui ou alhures o verdadeiro interesse do pequeno, do grande e do médio, de todos os produtores de leite deste País. Porque eu sou um simples produtor de leite, pequeno, médio, na minha zona. Sou Presidente de uma Cooperativa pequena, também, porque sou produtor de leite; e porque sou Presidente daquela cooperativa, sou conselheiro da CCPL; como sou conselheiro da CCPL, sou Presidente da ASCEL, que é a Associação da Campanha Educativa do Leite. E sou, com muita honra, diretor da nossa Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios.

Mas perguntaria — porque sei que hoje haverá muitos oradores — ao Sr. Presidente, de quantos minutos eu poderia dispor, porque acho muito interessante que eu interprete, a nosso ver, algumas das valiosas palavras do Doutor José Ramalho que não me fez surpresa nenhuma e que nem é necessário ser parabenizado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Dr. Moura, nós temos 30 minutos para as perguntas. Temos oito oradores inscritos para as perguntas.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Posso fazer três? (Risos.)

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Então, me perdoem, vou acelerar um pouco. Antes de mais nada, quero definir que não nos move nenhum desejo, nenhum interesse de polemizar, nem vamos trazer polêmicas. Estamos de pleno acordo com tudo o que disse o Doutor José Ramalho. Temos colaborado com ele e com toda a sua brilhante equipe. Reiteradas vezes afirmamos ao Sr. Ministro Alysso Paulinelli que a classe está coesa, disciplinada e pronta para colaborar, até mais por uma questão de inteligência e de brasilidade do que por interesse mesmo, porque sabemos que se não dermos as mãos, não teremos solução para os nossos casos. Mas eu queria — como o Doutor José Ramalho e vários dos companheiros não estiveram aqui ontem, — lembrar, nos dois minutos que me restam, alguns pontos que devem ser novamente enfocados.

A política, a nosso ver, é a mais acertada possível e o que houve de sério, de real e de bem orientado no País, até agora. Ontem, atacou-se o Ministério — não sou tão novato assim, nem tão novo. E lembro-me que há bem pouco tempo ele não existia. Era mais um arquivo morto do que um Ministério, porque eu mesmo fiz o meu banheiro de carrapaticida, em 1957, e não consegui receber os cem contos de prêmio, porque sumiram o meu processo três vezes. Esta a verdade. Agora é diferente, as portas estão realmente abertas, não há mais guichê, conversamos frente a frente, sentados à mesa, fumando, tomando café e resolvemos os assuntos.

O Doutor José Ramalho falou realmente muito bem das três políticas. Estamos de acordo e achamos que este é o caminho; estamos prontos a colaborar. A Associação e a Confederação já se prontificaram ontem e repetimos hoje que estamos prontos a dar o nosso concurso para essa comissão, a fim de estudar o assunto. Mas acontece que quero insistir num ponto, como disse ontem: o produtor de leite não pode esperar por tanto, tão demorados e tão difíceis estudos. Algo tem que ser feito em sua defesa, para que ele não se defina, para que ele não se enfraqueça, a tal ponto que, quando o remédio vier, já o caso se tenha tornado fatal.

Ninguém quer fazer demagogia. Nós não queremos absurdos. Resumindo, não queremos nenhum aumento de preço. O que a classe quer é apenas a correção do preço. Nós sabemos do esforço que o nosso Ministério tem feito. Sabemos que o Ministério, propriamente dito, não vem apoiando essa política de subsídios que aí está, que é enganosa, a nosso ver; que não atende, nem ao consumidor a quem se dirige e, muito menos, ao produtor. Mas a área econômica não pertence somente ao Ministério, infelizmente e, talvez, felizmente. O Ministério não está sozinho e tem que resolver, de acordo com a política global do País. De modo que não podemos concordar que o produtor seja praticamente o único sacrificado, enquanto as indústrias de um modo geral, — defendi, aqui, ontem, que nós não estamos contra as indústrias, muito pelo contrário, estamos cada vez mais irmanados — têm sido devidamente acudidas quase que mensalmente. Não estou dizendo da indústria de leite, que não tem sido atendida desse modo, mas da indústria de um modo geral. Tem havido consecutivos reajustes pelo CIP. São dois, três, quatro, cinco, oito e até dez por ano.

O dólar, pela décima vez, aumentou no meado deste mês. E o leite? O nosso Ministério, que ainda é pequeno, foi impotente para dar um tratamento justo porque nós não queremos outro. Essa correção torna-se necessária, porque não só a Confederação, mas também as pequenas cooperativas do interior, as grandes centrais e, porque não dizer, muitas indústrias pertencem também ao produtor e devem ser acudidas. As margens da comercialização já foram achatadas a tal ponto que elas não mais resistirão. Conheço muitas que possivelmente não chegarão ao fim deste exercício, porque não têm base para trabalhar. Num trabalho de um dos ilustres assessores do nosso Ministério, li que essas cooperativas estão carcomendo. Em outras palavras, foi dito que o capital de giro já foi. Estão comendo agora o capital integralizado pelos seus associados, porque é com

esse dinheiro que têm de cobrir os **deficits** mensais que se acumulam a cada mês.

Outro ponto, Doutor Ramalho, que nós defendemos aqui, batemos palmas, estamos colaborando e procurando difundir e induzir os nossos cooperados a seguir a política acertada do Governo é no que tange à melhoria da produtividade. Foi um assunto que abordei ontem e que todos os meus colegas concordaram comigo. Mas sabemos que a política não é de curto prazo, é de médio e longo prazo. Urge, então, que se faça algo para dar fôlego a esses cooperados, a fim de que eles possam melhorar suas produtividades. Exigir deles agora, nesta conjuntura, uma taxa de melhoria de produtividade de 50%, como já foi feita nesses reajustes, não é compreensível. Nosso demonstrativo, que não foi contestado, revelou a necessidade imperiosa de 20,68% e nós recebemos 10,33%, isto é, metade aproximada. Não queremos dizer que houve intenção de prejudicar os produtores. Muito ao contrário, a intenção foi a melhor possível. Procurou-se dar um pouco mais — acompanhei e sei que não foi possível. Disciplinadamente, aceitamos e estamos usando aquele adágio do interior: "Do saco, a embira; e da embira um pedaço." Mas o produtor não pode mais viver de migalhas, é preciso que se lhe dê uma rentabilidade adequada, para que ele possa colaborar com o Governo. Isso é o que ele precisa. Já falei a respeito das cooperativas, das centrais e das indústrias de última instância, digamos assim, que também continuam "apertados" porque as margens são pequenas. Lógico, concordamos com S. S^a, o Doutor José Ramalho, quando ele diz que o Governo não pode concordar com um aumento desenfreado. Mas em relação ao leite isso nunca existiu. Os aumentos que temos recebido são os mais comedidos possíveis e nos satisfazemos com isso, porque, regra geral, somos todos de vida modesta e com uma pequena rentabilidade nós nos acomodamos.

Mas eu perguntei ao Doutor Cassiano se ele me aconselharia a comprar uma pequena fazenda para exploração do leite. Ele me disse: Não. O Senador Amaral Peixoto também testemunhou esse fato. Não, porque, por mais trato que dermos às bolas, por mais que usemos a chamada linguagem do **economês**, artificializando dados, não prevendo absolutamente nada de excepcional, nós não conseguiremos encontrar, com cálculos otimistas para o produtor, uma rentabilidade anual acima de 6%, com os juros mais baratos que temos que são de 7%, o que constitui uma maravilha, ou melhor, dinheiro de graça. De maneira que tudo está certo. Por isso é que, como eu disse, ontem, o problema é de fácil solução, mas não tão rápida. Mas, há uma etapa — e repetimos aqui, o que já dissemos — que o preço não é tudo; mas, um item fundamental para a solução dos nossos problemas.

De maneira que, Doutor Ramalho, nós queremos comentar rapidamente sobre créditos, como já foi dito, estamos absolutamente de acordo com esta dinamização que V. Ex^a preconiza que deve ser feita com urgência, procurando acudir — inclusive com as agências da ACAR e a EMBRATER — principalmente o pequeno produtor, pois ele representa a maior força produtiva deste País, para que chegue a ele isso, é o nosso objetivo, porque podemos dobrar-lhe a produção, com pequeno esforço. Já que do médio para cima é muito difícil.

Esta integração que o Doutor Ramalho prega, nós participamos dela, já demos vivo exemplo disso, na nossa área, porque por mais que queiramos nós ainda não pudemos alcançar os — para nós ainda — longínquos Nordeste e Norte. De maneira que não podemos falar deles com conhecimento de causa. Já falaram os dois Secretários, e aproveitamos para cumprimentá-los. A coisa lá está muito incipiente. Sabemos que o Nordeste tem sido mais acudido pela exportação nacional, daqui para cima. Então não podemos falar do Nordeste, abalazadamente. Mas somos todos irmãos. Vamos integrar, vamos fazer esforços, vamos acabar com a vergonha da importação de leite em pó. Não encontro outro termo, porque nós podemos, dentro de pouco tempo — seguindo essa política do Governo, com a seriedade que está sendo pregada — vamos exportar leite. Peço desculpas à Pre-

sidência e aos colegas, pois, o entusiasmo me fez roubar mais dois minutos.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Nós passaríamos rapidamente a alguns comentários. Concordamos em muitos dos pontos, principalmente quando se refere, em ordem geral, mandado pelo Moura — me permite chamá-lo assim, dado o nosso trabalho. Realmente a orientação da política do Governo não tem sido a de esperar por estudos longos. Se assim o fosse, já não estaríamos onde estamos.

O SR. JOÃO PAULO ARRUDA — Realmente.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Definições as tantas políticas, e dentre elas foi bastante enfatizada a política de preço. Tem aí uns dados, inclusive mostrando a subida de preço real que existiu durante esse período, por exemplo de 1973/1974, e durante este ano. Gostaríamos de lembrar um aspecto que nos preocupa bastante, nessa definição de política de preço — que como mostrei aos senhores não é uma definição fácil nem simples — a nossa preocupação básica é essa que ele enfatiza bastante, é da renda, o preço é um componente e nos orienta. Quando temos ou devemos ter a visão de ordem global, de ordem geral dentro do setor não apenas específico de uma região, este problema com o pequeno produtor nos preocupa demais. Entre eles, a política de preço pode ser, se mal dosada, vamos dizer assim, uma política que venha em detrimento do pequeno produtor. Em detrimento, considerando em termos de renda nacional, ou em termos de renda anual, porque o incentivo em excesso, dadas as nossas condições de momento, de absorção de uma produção de safra, pode trazer ao pequeno produtor o inverso da medalha, porque por ele ser pequeno é o primeiro a ser alijado do mercado, se nós tivermos realmente um excesso de produção incompatível com a nossa capacidade que, num determinado momento, num determinado ano, é fixa, capacidade de absorção via industrialização. Este é um problema que nos tem preocupado bastante. E por isso é que nós temos feito a política de preço, visualizando todos esses setores e continuaremos fazendo, dentro de manutenção de uma renda do setor, considerando essa, pelo menos no espaço mais curto de tempo, o ano. Como é sabido, a renda varia ao longo do ano, porque os custos variam ao longo do ano. Isso já foi bastante enfatizado. E essa é que nós estamos perseguindo. Dizer a vocês que vamos sempre, ao definir isso, "atirar na mosca", não posso prometer, porque vocês viram que as variáveis que influenciam todo esse setor são bastante grandes. No que se refere à comercialização, certo. E no que se refere à situação de momento, realmente não se promoveu um reajustamento de preço. Tentou-se dentro de uma situação, dentro de uma contingência extemporânea que nós tivemos esse ano.

O SR. JOÃO PAULO ARRUDA — Parece-me que alguns conceitos emitidos por V. S^a de que o primeiro a ser alijado seria o pequeno, se houvesse um excesso na produção, no caso, ou diante das circunstâncias atuais do Brasil ser uma desculpa governamental que não teria muito sentido. Ainda está um pouco distante para dizer que se tivéssemos um incentivo no preço, provocando o excesso de produção, iríamos com isso prejudicar o pequeno produtor. Parece-me um excesso da parte de V. S^a.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Não, não é um excesso nem procuramos uma desculpa para as nossas atitudes. Nós a tomamos com firmeza, podemos errar, somos humanos, mas não procuramos esconder as nossas atitudes em desculpas. O que nós dissemos é verdade. Se V. Ex^a se reportar à situação leiteira, na última safra, verá que em algumas regiões o leite realmente não foi absorvido, houve um excesso de produção. E nós temos história no passado que demonstram esse fato, também. Porque eu digo aos senhores que isso é uma variável pela qual nós pesamos, ao definir a nossa política de preço.

O SR. JOÃO PAULO ARRUDA — Para não polemizar, não concordo com V. S^a mas respeito.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — É um direito.

Com referência, à comercialização, eu gostaria de enfatizar que reconhecemos que o sistema precisa todo ser ajustado, as margens estão realmente apertadas. E dentro disso não são estudos alongados, mas é oportunidade que nos está levando a definir todos esses sistemas.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Dr. José Cassiano Gomes dos Reis.

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — Quero felicitar o Dr. José Ramalho e a sua equipe, e por extensão o Ministro da Agricultura, pela atenção que vem dispensando ao leite. Foi com grande satisfação que ouvimos o Dr. Ramalho fazer a sua exposição, mostrando aquele pacote de medidas que o Governo tem tomado no sentido de restabelecer a paz no seio da família produtora de leite.

O financiamento e as outras medidas vão produzir a médio prazo, ou a longo prazo, como disse o nosso companheiro Dr. Moura, os resultados esperados. Entretanto uma coisa é importante. Queremos, Dr. Ramalho, hoje, aquele preço que o Governo nos deu em janeiro. Queremos que ele nos devolva aquele poder de compra, para restabelecer a confiança no seio da família produtora de leite, porque se nós voltarmos à prática antiga de dar migalhas, de corrigir sempre deixando uma diferençazinha para trás, o produtor de leite perde a confiança. É exemplo disso, o que ocorre em São Paulo. A produção de leite de São Paulo é insuficiente para o consumo, São Paulo recebe leite de outros estados. E por quê? É a valorização das terras. Aqueles produtores de leite estão vendendo as suas propriedades e aplicando em cardenetas de poupança que é um negócio muito mais interessante. Então não podemos permitir que esse homem que tem uma predileção atávica por essa atividade saia da terra. Ele que fique lá e trabalhe. E outra coisa, esse homem, como eu disse ontem, tem o máximo interesse de melhorar a sua produtividade. O importante é levar esse trabalho ao seu conhecimento.

Está aqui e Dr. Antonio José Rodrigues Filho que foi Secretário de Agricultura de São Paulo duas vezes, ilustre agrônomo, e sabe que há uma tendência natural dos institutos de pesquisa de guardar os seus resultados. Com dificuldade, esse trabalho, esse conhecimento chega ao conhecimento do produtor. Então eu apresentei uma sugestão aqui ontem que é a seguinte, o Governo levar esse conhecimento aos produtores através das cooperativas. Eu dou um exemplo, em Jaú — minha cidade — existem duas cooperativas, por sinal fundadas por mim, a Cooperativa de Café e a Cooperativa de Cana. Pois bem, quando necessário, agora, recorro ao agrônomo da Cooperativa de Cana, que é um homem que está visitando propriedades, conhecendo atualidades, novidades no assunto, e as leva ao produtor. O mesmo acontece com a Cooperativa de Café, cujo agrônomo é que me orienta. Pois bem, o Professor Aldo me disse aqui ontem que havia lá em Guaratinguetá, na sua Cooperativa, um agrônomo que era um colosso. Esse homem conhecia tudo sobre leite e ia lá ensinar como se fazia silo, como é que se fazia manejo de gado, como é que se criava bezerro. Era um especialista no assunto.

Então, Dr. Ramalho, peço a sua ajuda, no sentido de fazer chegar ao Ministro essa sugestão. No momento em que o leite tinha conhecido um progresso muito bom com o PLAMAM. Isso foi extinto. Ficamos na esperança de que a EMBRATER venha estabelecer coisa semelhante.

Fiquei muito contente, porque o ilustre Presidente desta Comissão, Senador Orestes Quêrcia, esposou a minha idéia e a apoiou. Peço a ajuda do Presidente da Organização Brasileira das Cooperativas para que, com a sua experiência e sua autoridade, ele leve adiante essa idéia. Se isso se fizer, nós poderemos, dentro de pouco tempo, aconselhar o nosso companheiro Ribeiro Moura a

investir em pecuária de leite novamente, porque então passará a ser um bom negócio. Mas é preciso que o Governo que deu, pela primeira vez, como eu disse aqui na minha exposição, depois de 1966, o preço justo, através do Ministro Ney Braga, é preciso que o nosso Ministro firme o pé nesse ponto e leve adiante essa idéia. E aí, então, eu posso garantir a V. Sa. o seguinte: o leite em pó, que hoje custa o dobro do leite estrangeiro, terá o seu preço equiparado, muito mais depressa do que o Volkswagen que custa quatro mil dólares aqui, e dois mil lá, apesar dos quatro reajustamentos que já tiveram esse ano. De acordo com um entendimento do Governo com a indústria automobilística, eles tiveram o aumento de 30% este ano. E nós, de janeiro para cá, tivemos 10%. Então o Volkswagen, aqui, custa quatro mil dólares, feita a correção em nossa moeda, e lá custa de mil oitocentos a dois mil.

Muito obrigado Dr. Ramalho.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Concordo, plenamente, com V. Sa. a respeito da assistência técnica. E essa tem sido ou está sendo a orientação do Governo. Não só as cooperativas como todo e qualquer veículo que possa transmitir ao agricultor as tecnologias resultantes do sistema de pesquisa. A primeira etapa disso é realmente o que nós nos referimos aqui nos pacotes tecnológicos é o trabalho que a EMBRAPA vem fazendo de coletar a tecnologia disponível; quer seja em campos experimentais, quer seja da própria experiência do agricultor, porque a elaboração desses pacotes tecnológicos é feita num confronto do pesquisador, do técnico que está no campo e dos agricultores. Em conjunto, é que são definidos esses pacotes tecnológicos. Conforme a nova filosofia, não é uma tecnologia isolada, mas um sistema integrado que dá realmente essa produtividade. Dentro disso, ela está elaborando, para que isso chegue à mão daqueles que a podem utilizar, quer seja via técnicos, quer seja via instituições técnicas federais, estaduais e privadas ou do sistema mesmo de cooperativismo.

Com referência à parte de preços, nós já respondemos bastante e gostaríamos que houvesse um debate. Talvez isso fosse um pouco polêmico, mas acho que às vezes é necessário discutir, para se encontrar a solução. Quando se compara certos reajustamentos com o reajustamento do setor, se tem a perspectiva de um custo permanente, em certos setores, e não variando, ao longo do ano. Então, as diferenças de reajustamento podem variar em função da alteração que se dá aos custos e à renda. Mais uma vez enfatizamos — essa é a política. Não quer dizer que fizemos o reajustamento perfeito. Foi feito o melhor possível, dentro de condições extemporâneas, mas temos o reajustamento perfeito. Foi feito o melhor possível, dentro de condições extemporâneas, mas temos que visualizar a renda como base.

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — Dr. Ramalho, o que aconteceu foi o seguinte: de janeiro para cá, nós tivemos um aumento de 40% na energia elétrica, 34% nos combustíveis, 30% nos veículos e 30% na mão-de-obra, sem contar os aumentos imensos dos remédios e das rações. V. Sa. fala em variáveis e o nosso amigo Ribeiro de Moura, em "economês". Nós não entendemos. O que entendemos é que estamos sentindo uma deterioração muito grande no preço. Essa, a realidade. Então, o senhor aplica esses coeficientes e dá ao produtor o poder de compra, que ele nem reclama a queda da produção que houve em consequência das geadas e da seca. Isso ele sabe que vai ser restabelecido com as chuvas. Mas o preço sofreu uma erosão muito maior do que o reajustamento que foi dado.

O Senhor falou em renda. Vou dizer o seguinte: na composição do custo de produção e de renda, tem uma renda que está desaparecendo agora, que é o abate de vacas impestáveis, de peitos perdidos e vacas velhas. Com a política do DIPOA, que deverá visar a fiscalização, os abatedores estão se fechando no interior e o sujeito não tem para quem vender suas vacas. De maneira que tem uma erosão na sua renda também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Sr. Stanislaw Martins.

O SR. STANISLAU MARTINS — O Dr. Cassiano já fez suas as minhas palavras. Eu me considero um produtor médio de leite e aplico várias tecnologias...

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — Eu poderia dar um esclarecimento? O Sr. Stanislaw Martins produz oito mil e quinhentos litros de leite por dia, com setecentos e cinquenta vacas. E ele veio dizer-me, ontem, que está de pleno acordo comigo. As vacas 5/8, as mestiças e não as puras — que usava antigamente — são as indicadas para a produção de leite. Então, ele queria que levasse esse conhecimento à experimentação de Juiz de Fora, porque, vaca puro-sangue não agüenta nosso clima.

O SR. STANISLAU MARTINS — Eu tenho algumas fazendas e aplico, em cada uma, um sistema de trabalho. Tenho uma fazenda que está com uma média, de 3 mil quilos, por animal. Mas mesmo assim só tecnologia não adianta; empréstimo, também, não. Se não houver preço, não há condições, porque em qualquer sistema o animal tem que comer. E se ele comer, ao preço em que está o leite, não dá para tocar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Quando nós analisamos a viabilidade da tecnologia ou da anti-tecnologia, ela prevê que essa tecnologia é boa, é viável, desde que ela seja possível na sua relação de preço com o produto e dê a suficiente rentabilidade. Com as palavras do Dr. Cassiano, queríamos dizer que esta é a que está norteando o sistema de pesquisa.

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — V. S^a permite um aparte, Dr. Ramalho? Um agrônomo ilustre, o Dr. Osmani Junqueira Dias, que criou essa raça Rio-pardense, fez o seguinte cálculo: "Depois de uma certa produção obtida com ração concentrada, o leite começa a ficar deficitário". A raça dele é uma raça que dá, em campo, uma produção econômica e resolveu o problema do leite. Como diz o Dr. Valente: "Uma produção com concentrado torna a atividade antieconômica". Por isso que insisto nesse ponto. Sugeriria até que se convidasse o Sr. Osmani para uma conversa com S. S^a Vou sugerir a ele. Dou um exemplo: a Nestlé comprou umas vacas do Dr. Osmani e deu de presente para a Escola Agrícola de Bambuí. Esta, por vaidade, alimentou, de tal maneira essas vacas que elas passaram de oito litros para vinte e cinco. Mas, um leite caro.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Isso é que orienta. Mas temos esse problema ainda, porque importamos a tecnologia, no que se refere à herança. Nós não temos um tipo de animal leiteiro nacional, fixo, quer dizer, estamos variando com os cruzamentos. Concordo plenamente com o senhor.

O SR. CASSIANO GOMES DOS REIS — (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Dr. Rubens de Freitas, Presidente da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios.

O SR. RUBENS DE FREITAS — Dr. José Ramalho, em primeiro lugar, a Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios deve parabenizá-lo pela exposição que nos foi apresentada, a respeito da política do Governo, para o setor do leite. Ao mesmo tempo, ficamos satisfeitos por sentir que, ao alinhar essas linhas de política, V. S^a apresentou como guia básico o preço. Isso já nos é um grande alento. Aqui foi dito e repetido que o preço não é o importante. Mas, reconheço o Governo que o preço é o guia básico da política do leite. Dentro desse item, V. S^a apresentou uma dúvida de quando dar o reajuste. Nós já expusemos o nosso pensamento de que a data,

a época, a oportunidade deste reajuste é importante, deve ser levado em conta. Citamos, inclusive, que julgamos oportuno para essas datas o fim da safra e o pique da entressafra. Talvez estudos mais detalhados possam determinar outras datas mais oportunas, mas o que frisamos é a necessidade de que o produtor tenha previamente, e em tempo oportuno, conhecimento dessa data prefixada para que ele possa, também, prefixar a sua política de investimento.

Dentro de uma linha de financiamentos, que foi tão bem frisada por S. S^a, ficou demonstrado que o produtor tem financiamentos até de 12 anos de prazo. Será que dentro desses doze anos de prazo ele tem a garantia de manutenção da política de preço estável para ressarcir os compromissos assumidos?

Quanto à remuneração justa ao produtor estável, ao verdadeiro produtor de leite — que foi outra dúvida levantada por V. S^a, no tocante ao problema preço — devemos reconhecer que o Governo, nas últimas Portarias, restabeleceu o regime de cotas já anteriormente adotado em outra época. E esse regime de cotas é precisamente a medida que nós preconizamos, que nós aplaudimos como uma forma de dar ao produtor de leite, ao Estado produtor de leite, a melhor e mais justa remuneração. Naturalmente esse regime de cotas não pode ser estático, deverá ser dinâmico, adaptando-se às condições de cada momento e de cada época. Mas o produtor, o verdadeiro produtor de leite, deve ter a garantia de que esse regime de cotas vai continuar de um ano para outro.

V. S^a fez uma outra afirmação sobre a reidratação do leite, não a considerando como má. Nós, como produtores de leite, não esboçamos o mesmo pensamento. Consideramos que a reidratação de leite é uma medida supletiva, suplementar; é uma medida — vamos dizer — que não pode ser levada como prática de rotina. A reidratação pode e deve ser aceita por consumidores e pelos produtores, como uma medida única e exclusivamente supletiva para atender aos períodos de crise.

Quanto ao problema de estocagem, devemos parabenizar o Governo pelas medidas que estão sendo tomadas, este ano, em tempo oportuno. No ano passado, esta medida saiu um pouco temporã. No corrente ano, parece que as providências já tomadas vêm garantir ao produtor, aos consumidores e às indústrias intermediárias uma condição de estocar esse possível e aparente excesso.

Entretanto, devemos realçar que enquanto temos financiamento para insumos modernos, para produzir ovos e aves, para produzir mesmo o leite e outros produtos agrícolas, com juros totalmente subsidiados para a estocagem de leite, destinado à alimentação humana, não há ainda esse total subsídio do leite, encarecendo desta forma o produto estocado durante o período.

No tocante aos financiamentos para os produtores, achamos justas e oportunas as providências tomadas, mas na liderança dos produtores de leite, preocupa-nos e nos preocuparia muito mais se esses financiamentos tivessem atendido a um percentual maior de produtores. Indicam as estatísticas atuais do Banco do Brasil que o endividamento do setor rural da produção agrícola está em ritmo galopante nos últimos anos, pela própria oferta de créditos fáceis ao produtor. Isso nos preocupa, porque esse produtor que se endivida tem que pensar na forma de saldar suas dívidas.

Felizmente, apenas cerca de três por cento dos produtores, no regime atual, estão se endividando nos programas de desenvolvimento da pecuária de leite.

Deveríamos lembrar, também, que o setor da ração balanceada para leite ou para vacas leiteiras não é ainda considerada como insumo moderno. Como tal, competimos em regime de desigualdade com a ração para aves e ovos, que é totalmente subsidiada como insumo moderno.

Quanto ao setor de pesquisa — reafirmamos a palavra do Dr. José Cassiano — a Confederação Brasileira das Cooperativas...

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Peço permissão para interromper por um minuto.

Acaba de chegar o Sr. Ministro. Agradeceria se o Senador Agenor Maria assumisse a Presidência por alguns instantes, enquanto vou até à sala do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Agenor Maria) — A palavra está facultada ao Sr. Taízo Maeda.

O SR. RUBENS DE FREITAS — Estava ainda terminando a minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (Agenor Maria) — Pois não.

O SR. RUBENS DE FREITAS — No setor de pesquisas, que em tão boa hora o Governo vem desenvolvendo importantes programas, queremos reafirmar que a Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios, através das suas quatro cooperativas centrais associadas, e as 113 cooperativas de 1º grau, filiadas a essas centrais, está de portas e braços abertos para colaborar com o Governo, a fim de fazer chegar as pesquisas, resultados e inovações tecnológicas aos nossos 55 mil e 300 produtores filiados.

Outro ponto, Dr. José Ramalho, que foi lembrado posteriormente como política de leite, é o setor da comercialização e industrialização do produto. Poderia causar estranheza que nós, como produtores e falando em nome de produtores, defendêssemos também esse setor. Mas ele nos preocupa sobremaneira, porque o empobrecimento e a descapitalização dos setores de distribuição, dos canais de comercialização do nosso produto aflige principalmente aos produtores. As cooperativas têm uma grande responsabilidade nesse setor — nos últimos anos, atendendo aos objetivos dos nossos estatutos — de dar sempre o máximo aos produtores. Temos somado com a política de Governo de dar sempre menos ao consumidor. Conseguimos, com isso, uma política de achatamento da margem de intermediação e temos uma posição *sui generis*, no mundo, em que o preço final do leite *in natura* 77,5% vai para o produtor e ficam apenas 22,5% para todas as margens da intermediação da cooperativa regional, aos postos centrais, carreiros, distribuidores e varejistas. Isto vem causando empobrecimento e descapitalização no setor, com reflexo a longo prazo, o que nos preocupa sobremaneira, porque amanhã podemos não ter a evolução tecnológica para atender a uma possível demanda, a uma possível sobra do produto dos piques de safra. E isto seria uma política redundante ao próprio produtor que sofreria as consequências, nessa oportunidade.

Essas eram as minhas preocupações quanto à linha exposta por V. Exª

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Gostaríamos de, pelo menos, enfatizar alguns pontos, dado o avanço da hora.

Realmente como falamos, ao fim de nossa conferência, essas são as políticas que o Governo adotou. Estamos no ponto do detalhamento dessas políticas, onde V. Sª entra com esses critérios. Por exemplo, quando V. Sª se refere ao preço, é com referência à época. Realmente esse é um problema que está nos preocupando. Já temos tido oportunidade de trocar idéias com várias pessoas, inclusive com V. Sª, sobre este tipo de problema. A nossa orientação é de detalhamento e de que se tenha conhecimento de qual é a diretiva do Governo, ao longo do tempo; e que essa diretiva, à medida que possa variar no tempo, varie em comum acordo e em consonância com todos os setores. Quer dizer, atendendo a um único objetivo, que é tanto do Governo, como dos produtores e intermediários. Quanto ao crédito — vamos dizer assim — a política será estável. Posso lhe responder, dentro do que nós estamos projetando e dentro do que visualizo em termos de País. De fato o setor agrícola, apesar de toda contribuição que deu ao crescimento da economia, foi sempre considerado como um setor retrógrado e um setor que não era dinâmico e que não fornecia aquilo que os outros setores requeriam. Parece-me que este tipo de imagem muda a passos largos, no momento em que vivemos. Há um reconhecimento — quer seja no meio dos técnicos, quer seja no meio dos produtores, quer seja no meio político, enfim,

em todo o sistema de que a agricultura tem uma importância muito grande no desenvolvimento, mas que ela pode dar a sua contribuição, à medida que cresça também.

De maneira que acredito que, em tese, podemos dizer que uma política dessa natureza, com créditos de doze anos possa ser seguida daqui para a frente, porque aí não é uma consciência isolada, de uma só pessoa, de uma equipe, mas é uma consciência que está se alargando ao longo do País, ao longo dos técnicos profissionais. Mesmo os famosos economistas que achavam que o setor único, dinâmico que carregava tudo era o setor industrial, sentem que hoje é a interação desses dois setores que dá realmente o progresso.

Com referência ao regime de cotas, sim, a manutenção é pensamento. Como V. Sª muito bem falou, a dinâmica do setor vai determinar se será necessário abolir esse tipo de política que hoje é importantíssima, e quando abolir.

O SR. AGENOR MARIA — Abolir, não.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Não. Estou dizendo que a dinâmica e a evolução, eu não sei quando é que se poderá dizer — porque é reconhecidamente uma política certa, pelo menos para o momento — não sei se daqui a cinco, dez ou quinze anos, quando tivermos uma produção normalizada, sedimentada, etc, se ela seria válida. Isso só o futuro dirá.

Com referência à reidratação, houve uma má interpretação. Eu não disse que a reidratação era boa. Mas, que em valor alimentício ela supria as necessidades — e concordo com o que V. Sª falou. Essa é a política da cota em excesso, a política da normalização da produção, ao longo do ano, para que V. Sª possa sair desse tipo de política. Eu não advogo que isso deva ser uma política permanente. Ela é momentânea, de acordo com as condições.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quércia) — Sr. Ministro Alysso Paulinelli, com a permissão de V. Exª, nós estamos ultimando as indagações ao Dr. José Ramalho de Castro. Tenho uma solicitação a fazer aos participantes, que ainda devem dirigir algumas perguntas. O Ministro tem uma viagem programada para a Bahia. Inclusive esta viagem era para ter sido na manhã de hoje ou na noite de ontem. Mas, para atender ao nosso convite e vir encerrar este encontro, ele atrasou a sua saída, porém está com limitação de tempo. Então, pediria que as perguntas, agora, fossem telegráficas, rápidas, para que nós possamos dar tempo ao Ministro, a fim de que ele possa cumprir o seu horário.

Com a palavra o Dr. José Ramalho.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Continuando, o programa de estocagem é estável e, realmente, surtiu efeitos bastante salutares dentro de toda a política. Agora V. Sª levanta o problema com referência à questão de subsídios dos juros. Esse é um problema que podemos ver, temos também os custos, apesar dos juros serem bem inferiores aos custos reais do dinheiro. Todavia relacionando isso com o problema de insumos modernos conforme falamos na introdução de novas tecnologias, o Governo utiliza de instrumentos como estes, como é o caso dos insumos modernos, para reduzir o custo de implantação de uma tecnologia. Mas isso pode ser generalizado, de acordo com os objetivos específicos de cada momento. No entanto, há uma política e há detalhamentos.

Da comercialização de leite já falamos. Acho que ela é realmente composta do setor de produção e de intermediação, na sua maneira global, que, como V. Sª adiantou, é apenas 22%, no setor industrial, quer seja cooperativa ou não. Para que não se esperasse os estudos delongados, demos um primeiro impacto que seria o da produção — a matéria-prima — e estamos dentro do pensamento. A política é, realmente, reajustar, reconhecendo que sem este setor é impossível a produção chegar ao destino proposto.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Com a palavra o Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — Desejo parabenizar-me com a Comissão de Agricultura por ter, em tão boa hora convocado os técnicos e os produtores de leite para esse encontro, pois, na verdade, os diálogos aqui travados irão propiciar o encontro dos objetivos, dos verdadeiros caminhos que tanto buscamos. O Ministério da Agricultura, na direção do Ministro Alysso Paulinelli, tem procurado valorizar o homem do campo, valorizando os produtos primários, ou seja, a matéria-prima na mão do produtor. Este ano, a política de preços mínimos, pelo menos para a minha Região, atendeu, em parte, às reivindicações dos plantadores de algodão do Nordeste brasileiro. O problema do leite, é um problema altamente delicado. Nós encontramos — tomando por base os insumos indispensáveis: o arame liso, o sal, o adubo, a ração, a vacina e o latão — uma média de 58,91% de inflação, dentro desses insumos indispensáveis para manter as vacarias. Porém, enquanto esses insumos subiram 58,91% de 73 até 75, o aumento do leite, a nível de produtor, foi de apenas, 16,44%, numa demonstração patente de que, na realidade, o produtor de leite no País está empobrecendo. E este empobrecimento é válido, levando-se em conta o endividamento da agricultura e da pecuária brasileira. Pois devíamos, em 1970, a soma de um trilhão de cruzeiros velhos. Hoje a agricultura e a pecuária brasileiras estão devendo a soma de 26 trilhões de cruzeiros. Estou fazendo um mapa, uma espécie de radiografia econômica e financeira do mundo rural no País. Estes dados têm-me estarrecido, pois em 1963, com a produção entre algodão, sisal, farinha, arroz e milho, produzíamos mais e devíamos menos; e os efetivos de muare, asininos, caprinos e ovinos eram maiores do que hoje, com esse endividamento. Daí, porque acredito que a política do Ministro Alysso Paulinelli, valorizando o produto bruto na mão do homem do campo, tem o objetivo felicíssimo de evitar a migração, cada vez maior do homem do interior para as cidades, criando os grandes problemas que hoje se vê em São Paulo e no Rio de Janeiro, pois nem São Paulo nem Rio de Janeiro têm condições de atendimento para a densidade demográfica, em termos de rede escolar, de saúde, etc. A única maneira de fixar o homem à terra é dando perspectivas de que tenha dias mais felizes no futuro.

Parabenizo-me com S. Ex^a, o Ministro Alysso Paulinelli, aqui presente, pela política adotada e posso afirmar que o único meio de evitar as densidades demográficas que tanto têm preocupado o País é valorizar o homem da terra.

Termino, apelando para que o preço do leite seja dado, tomando em consideração os índices inflacionários daquilo que é indispensável para manter as vacarias, porque, na realidade, não tem sentido os insumos subirem 58,91% e o preço do leite, a nível de produtor, apenas 16,44%.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Acreditamos que, realmente, esta é a política que o Ministério da Agricultura vem perseguindo a fixação de aumento da renda no setor.

Apenas, Senador Agenor Maria, gostaríamos de informar que dentro do período 73/74, o reajustamento foi bem maior, em termos reais. Deduzindo a inflação, ele foi de mais de 40%. Quer dizer que ele corrigiu a inflação e deu mais. Nesse período, realmente, houve — e os próprios produtores que aqui se encontram, podem confirmar — esse tipo de coisa. Talvez seja alguma falha na informação estatística.

O SR. AGENOR MARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — A observação que fiz foi referente à média anual — 16,44% — a nível de produtor. E a média da infla-

ção sobre o sal, o adubo, a ração, a vacina e o latão é que equivaleu a 58,91%.

A média foi anual, sob o aspecto da majoração do leite, no período 73/74.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Tivemos um aumento na ordem de 45% no preço do leite, de maio a outubro de 1974.

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Pois não.

O SR. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS — Repito, novamente, o que disse: em 1966, o Ministro da Agricultura Ney Braga liberou o preço do leite e deu o preço justo. Mas, de lá para cá, os preços sempre foram inferiores ao índice da Fundação Getúlio Vargas. Pela primeira vez, nesses oito anos, o Ministro Alysso Paulinelli deu, em janeiro, um preço superior àquele; corrigiu e deu mais ainda. De maneira que — repetimos aqui — não queremos aumento do preço do leite, mas a correção daquele preço que V. Ex^a deu ao produtor, em janeiro. Não queremos aumento, queremos a correção da energia elétrica, do combustível, da ração, da mão-de-obra ou dos veículos.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de São Paulo, o Sr. Taízo Maeda.

O SR. TAÍZO MAEDA — Nobre Conferencista, Dr. José Ramalho, com base em certos dados de V. S^a, a produção nacional de leite nesses últimos anos aumentou de 4%, enquanto que o aumento demográfico foi da ordem de 3%, restando daí 1%.

O consumo per capita brasileiro anda ao redor de 200 gramas, portanto, metade do recomendado internacionalmente. Se nada fizermos, e apenas nesses primeiros dados, levaremos cem anos para resolver o nosso problema.

Introduzidos alguns instrumentos, como foi feito de outubro para cá, a produção foi para 6%, permanecendo o aumento demográfico em 3% haveria aceleração para trinta e três anos. Introduzidos instrumentos adequados poderia acelerar-se o tempo para resolver esse grave problema.

O problema de importação, a meu ver, não existe, porque estamos falando em subprodução e subconsumo. Gostaria de saber de V. S^a em que tempo pensa o Governo resolver o problema de auto-suficiência, porque isto daria instrumentos para que a indústria pudesse colaborar, como sempre o fez, para resolver esse grave problema.

É a minha pergunta.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Quando nos referimos à taxa de 4%, talvez tenha havido um problema de comunicação, porque somamos a agricultura, como um todo. Não é especificamente o leite; ele, realmente, cresceu, em certos períodos, até a uma taxa inferior.

O problema do crescimento, quando se projetou em termos de cem anos é verdade, se mantivermos a taxa em que vínhamos crescendo, 3,5%, se não fossem cem anos seriam oitenta e quatro. Isso, mantendo um certo nível de consumo.

A nossa política de auto-suficiência, a que o Ministério vem perseguindo, tem a primeira etapa não só a um crescimento de consumo per capita mas, pelo menos, aos níveis de consumos atuais. Pretende-se, de fato, que essa auto-suficiência cresça, ao longo do tempo, para que se atinja os consumos ideais. É onde outras variáveis além das internas da agricultura, como as da renda, de aumento, de distribuição de renda etc. iriam afetar o atingimento desse nível de consumo recomendado pelas organizações de saúde, quer sejam nacionais ou mundiais.

O problema de importação, concordo, não é um problema imediato. Não temos esse problema, no momento. Pelo contrário. O que estamos vendo é o seguinte: temos que nos preocupar em viabilizar a nossa pecuária, visando o que poderíamos atingir em termos disso.

O que se pretende é o seguinte: se conseguirmos um aumento de crescimento de produção de 13%, a esses níveis, em torno de 1980, teríamos atingido um certo nível satisfatório de consumo, se os outros fatores da demanda, realmente, adicionarem.

Essas são, mais ou menos, as informações que temos.

O SR. TAÍZO MAEDA — Em termos de tempo, poderia precisar se são cinco, se são dez? Seria muito interessante.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — O negócio é o seguinte: o crescimento, como eu disse, está dependendo de outras variáveis e da própria capacidade da população em absorver essa produção. Porque elevar o nível de consumo não está só relacionado com o aumento da produção. Podemos dar essa produção e não termos o suficiente consumo. Dentro de um programa global, eu não poderia dizer que vamos atingir aqueles níveis de consumos ótimos, dentro de cinco ou dez anos. Estamos passando por uma certa fase dentro do contexto da economia mundial que, realmente, freou um pouquinho aquele ritmo de crescimento em que vínhamos. Mas, pelo menos, se conseguirmos um aumento de 13%, as outras coisas indo paralelamente, em torno de 1980, teríamos, praticamente, esse nível de consumo.

O SR. TAÍZO MAEDA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Meus Senhores, temos ainda dois inscritos e estamos com 30 minutos de atraso. Vou dar a palavra aos dois indagadores, mas reitero o apelo para que sejam perguntas telegráficas.

Concedo a palavra ao Sr. Aurélio Benedini, que é Presidente da CONAI.

O SR. AURÉLIO BENEDINI — Dr. José Ramalho, V. S^a disse que existe uma equipe que está, cuidadosamente, estudando os problemas do leite. Faça-lhe, então, um apelo: estude com todo o carinho, também, o funcionamento do leite no interior, quando da fixação de preços.

Colocamos à sua disposição nossa cooperativa, em Ribeirão Preto, a CONAI, que serve a sessenta cidades circunvizinhas. Ela recebe 200 mil litros de leite diariamente e distribui 120 mil litros, ao consumo diretamente, nessas cidades.

Colocamos a nossa cooperativa à sua disposição, para que V. S^a tenha oportunidade de, *in loco*, conhecer todos os problemas da distribuição do leite no interior.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PRAZERES RAMALHO DE CASTRO — Agradeço muito o apelo e digo que, realmente, esse é o nosso caminho de atuação. Infelizmente não podemos ter todas as definições. O problema do leite, tanto em capital como no interior, é um problema bastante intrincado e temos que encontrar uma solução. Mas, só podemos encontrar essa solução no convívio, no diálogo entre as classes. Estamos fazendo isso e prometemos que faremos, especificamente, com a sua cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Concedo a palavra ao Deputado Olavo Lacerda Montenegro, reiterando que seja o mais rápido possível, para que tenhamos condições de ouvir o Ministro.

O SR. OLAVO LACERDA MONTENEGRO — Sr. Presidente, vou usar rádio, em vez de telegrafia.

Quero fazer um apelo ao Sr. Ministro, para que faça o Ministério da Agricultura chegar ao Rio Grande do Norte, em termos objetivos, porque se fôssemos analisar a conjuntura da pecuária do Rio Grande do Norte, não só S. Ex^a como esta Casa e a Nação se estarreceriam.

Importamos leite de Alagoas. Quanto à carne, o nosso boi não pode chegar ao abatedouro, com a competição do boi maior vindo do Recôncavo Baiano, vindo da Bahia. O boi, devido à sua comercialização na região, vem sofrendo um impacto terrível.

Não temos nada de experiência. Vislumbramos, agora, com a EMBRAPA, alguma coisa de experimento.

A exemplo do que conhecemos no Sul e do que conhecemos de orçamento da Nação para o Ministério da Agricultura e para as Secretarias de Agricultura dos Estados — exemplificando e comparando a de São Paulo com o Ministério —, conhecendo muito bem o Estado de São Paulo e sua pecuária, observando o que se faz no estrangeiro — especialmente no Deserto Australiano —, com as visitas que temos recebido no Rio Grande do Norte, precisávamos dizer, com todas as letras, ao Sr. Ministro o que sofrem o Rio Grande do Norte e o Nordeste com o desequilíbrio total dos financiamentos, nos juros altos, na técnica precaríssima que, na realidade, só existe nos jornais, só existe no papel.

Este, Sr. Ministro, é o depoimento de um Deputado pecuarista, sofrido, que já alcançou uma produção de 1.000 litros de leite e hoje não produz mais nenhum, em virtude do preço do leite, do preço das rações protéicas, do preço dos elementos, não obstante possuir as melhores condições para isso, em vale úmido com queda pluviométrica de 1.600 milímetros e em vale seco, com vazão de lençol freático especial. Então, se nas minhas regiões — uma dentro da cidade e outra afastada 200 km, no melhor aluvião do Brasil — não podemos ter uma pecuária leiteira, onde vamos ter, Sr. Ministro?

É o apelo que faço a V. Ex^a. Examine o problema da palma, nas serras do Rio Grande do Norte; examine o aproveitamento dos vales úmidos abandonados, 72 mil hectares de vales úmidos. Eu já disse ao Sr. Ministro Cirne Lima, que um Estado que possui 200 mil hectares de vale de aluvião e vale úmido não pode viver na miséria em que vive o Rio Grande do Norte.

Aproveito este certame e faço esse apelo a V. Ex^a, ao Governo e a esta Comissão de Agricultura — que em tão boa hora reúne os líderes da agricultura e da pecuária brasileira.

Aqui, pois, fica, telegraficamente não, mas pelo rádio, em termos de radiotelegrafia, porque se fôssemos falar sobre pecuária ... Quando confrontamos a vida com a eternidade, nós a comparamos a um relâmpago. Então, isso é um relâmpago, Sr. Ministro, que levo a V. Ex^a, em termos de apelo dos pecuaristas do Rio Grande do Norte, esfacelados, massacrados, sofridos e abandonados.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Orestes Quêrcia) — Sr. Ministro Alysso Paulinelli, recebemos V. Ex^a satisfeitos, porque vemos um Ministro prestigiar uma promoção da Comissão de Agricultura da mais alta Câmara deste País, que objetiva estudar um assunto de alta relevância, de máxima importância para o desenvolvimento brasileiro — o assunto de alimentação elementar, básica, que tem problemas, sob todos os pontos de vista. Em todo o mundo existe o problema do leite. Não é um privilégio nosso. Ainda há poucos instantes, o nosso ex-Secretário de Agricultura de São Paulo dizia que nos Estados Unidos e no Japão também ele existe.

Temos tido um aumento muito pequeno na produção de leite em nosso País, embora exista um desenvolvimento a olhos vistos. Isto fez com que a Comissão de Agricultura, entrosada com o Gabinete do Ministro, realizasse este encontro para o qual quis ouvir a opinião dos produtores, dos industriais e dos técnicos do Governo.

Continuaremos os estudos na Comissão de Agricultura. Espero, com todos os companheiros desta Comissão, que alguma coisa possamos fazer, em termos de contribuição, tanto ao Ministério como às entidades de produtores e de indústrias, contribuição que a Comissão de Agricultura pretende oferecer, no sentido de colaborar, para que o drama da produção de leite em nosso País seja minorado o mais possível.

Quero agradecer à Associação Brasileira de Criadores, à Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios, ao Instituto de Tecnologia de Alimentos de Campinas, ao Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, que tornaram possível este encontro que, espero, tenha satisfeito a todos. Quero agradecer a presença do Secretário de Agricultura do Estado do Pará, Antônio Itaguara Moreira dos

Santos, e a do Secretário de Agricultura de Alagoas, Jäder Araújo, que vieram participar durante os três dias deste encontro, e, evidente, agradecer, também, a colaboração dos Assessores do Ministério da Agricultura, especialmente a colaboração prestada a este encontro pelo Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli, que culmina sua colaboração para o brilhantismo deste encontro, vindo encerrá-lo.

Portanto, tem a palavra, para o encerramento, o Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Exm^o Sr. Senador Orestes Quércia, Presidente da Comissão de Agricultura, Srs. Senadores, meus prezados companheiros e amigos das Secretarias de Agricultura do Pará e de Alagoas, prezado companheiro Dr. Antônio Rodrigues Filho, meus caros amigos e líderes da pecuária e da indústria leiteira, meus Senhores:

Espero que este encontro tenha atingido os seus objetivos, quando trouxe à mais alta Câmara do Congresso o debate sobre um dos assuntos mais importantes, em termos não só do setor da produção agropecuária, mas também do abastecimento e da alimentação do povo brasileiro.

O leite é, realmente, um produto que exige não só do Governo, mas especialmente de produtores e consumidores a maior atenção. Sabemos o que ele significa na renda de grande número de produtores espalhados pelo Brasil inteiro — em algumas regiões a principal fonte de renda desses produtores — e o que ele significa em termos de atendimento, de solicitação de mão-de-obra sobre a qual ainda não temos cálculo certo, pois sabemos aproximadamente do número de empregos diretos, mas haveremos de reconhecer que um grande número de empregos indiretos, também, gera o leite no Brasil. Temos perfeita consciência do que significa esta matéria-prima para um grande número de indústrias brasileiras que estão se aperfeiçoando a cada dia, fazendo os seus investimentos para dotar o País de uma indústria de transformação à altura. Por outro lado, sabemos também da grande e vital importância deste alimento na dieta de tantos brasileiros, especialmente na fase inicial da vida, na adolescência, onde o leite é um alimento insubstituível. Temos procurado pelo lado do Governo Federal, tratar do assunto leite dentro do mesmo enfoque que estamos procurando tratar todos os setores da produção.

Em primeiro lugar, o Governo não planta, não colhe, muito menos quer comercializar os produtos agrícolas. No caso do leite, chamaríamos a atenção para esta mesma afirmativa que sempre fazemos. Assim pensando, o Governo tem procurado, em todos os produtos, estabelecer condições para que haja ao produtor e ao intermediário, dentro dos limites desejáveis, remuneração justa, adequada, porque o Governo não deseja que em nenhum produto, especialmente do setor agropecuário, façamos política irreal. Queremos uma política realista, porque sabemos que qualquer depressão que se cause, qualquer desequilíbrio que se provoque, ele terá limites e fatalmente pagaremos as conseqüências, posteriormente, como, aliás, está o Governo Geisel pagando, logo no início da nossa administração, especialmente no setor do leite.

Reconhecemos que o setor estava defasado e foi por isto que debatemos, tantas vezes, com as classes produtoras, com os industriais e com os consumidores este problema. Procuramos, desde o início, definir uma política clara para o setor do leite. Pedíamos especialmente aos produtores, naquela fase inicial do Governo, quando todos haverão de reconhecer — porque o Governo não escondeu e fez o jogo da verdade — as dificuldades que encontramos, com a tremenda pressão inflacionária, tanto de origem interna, pela inflação reprimida, como e especialmente, de ordem externa, face as conseqüências negativas de uma das maiores crises econômicas mundiais.

Logo no início do Governo já tínhamos estudado alguns dados. Eu, especialmente, que provinha de um Estado cuja economia depende, e grandemente, do setor leiteiro, tive oportunidade de

acompanhar as dificuldades por que passavam especialmente produtores daquelas regiões leiteiras. Tive de pedir, de maneira muito clara, aos produtores que aproveitássemos aqueles meses de contenção da inflação para estabelecermos as diretrizes da política leiteira, que pretendemos fazê-lo dentro de parâmetros bem definidos e contando com a colaboração de todos os setores da produção. Foi por este motivo que, após aqueles primeiros e difíceis quatro meses, o Governo teve de adotar muitas restrições para evitar que retomássemos a espiral inflacionária incômoda à própria economia do País. Há de se reconhecer que aqueles índices de inflação de março e abril de 1974 não eram absolutamente compatíveis com a própria economia nacional. Foi por isto que encarecemos aos Senhores produtores que tivessem um pouco de paciência, pois o Governo pretendia apresentar, em termos efetivos, a sua política do leite para o período do Presidente Geisel. Várias foram as oportunidades que tivemos para debater, não só aqui no Ministério, mas fui pessoalmente, levando toda a nossa equipe de Assessores, às regiões leiteiras, às associações de classe, onde colhi muitas informações preciosas, onde, graças a Deus, pudemos nos entender. Foi quando estabelecemos esta linha de ação. Sei que o Dr. Ramalho deve ter apresentado aqui o que é realmente de interesse do Governo para estimular o setor da pecuária leiteira, da indústria, na área de distribuição, enfim, todos os setores, desde a fase inicial de produção até o consumidor. Logo que nos foi possível determinar os recursos que o Governo poria à disposição do setor, iniciamos o trabalho de recuperação do setor leiteiro. É evidente que todos os senhores estão de acordo conosco: a política do leite no Brasil não pode ser feita só com base no preço do leite. Esta foi a determinante comum que encontramos em todas regiões. Um fator único: preço não é suficiente para resolver o setor. Ele é fundamental, e isso o Governo reconheceu, tanto assim que o Presidente Ernesto Geisel teve a coragem, mesmo assumindo todos os riscos e desgastes, de fazer a correção adequada, como sei que todos os representantes da produção haverão de reconhecer. Fizemos um esforço muito grande porque, praticamente, a se considerar de março de 1973 a março de 1974, demos um aumento percentual ao setor da produção, praticamente, de 100%. Encontramos outras formas de estímulo. Hoje, os senhores já estão se beneficiando do programa Nacional de Saúde Animal, para o qual, só no ano de 1975, o Ministério da Agricultura está despendendo recursos da ordem de 360 milhões de cruzeiros novos. É um programa de que nos orgulhamos, que se estende a todo o País, inclusive ao sofrido Rio Grande do Norte — como o seu Líder, ainda há pouco, nos solicitou — com a mesma ou talvez maior intensidade. Procuramos desenvolver programas paralelos, de manejo e de alimentação do gado leiteiro. Recursos palpáveis foram mobilizados, inclusive no subsídio de créditos especiais. Os Senhores sabem que o recurso de que dispõe o Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira, comumente chamado PDPL, que era irrisório. Só no ano de 1974, alocamos mais de 600 milhões de cruzeiros novos. Além desse Programa há outros de incentivo especial, como o CONDEPE misto, especialmente o BID 256, como o Programa de Pastagens, recentemente lançado e que nenhum produtor deverá deixar de reconhecer que é o mais agressivo que o Governo Federal já lançou, na tentativa de recuperação de um dos pontos principais de estrangulamento do desenvolvimento de toda a nossa pecuária — alimentação. O Governo está pagando ao produtor para fazer alimento para o gado dentro de sua própria fazenda. Esta filosofia foi defendida desde o início, como uma das formas de neutralizar os efeitos negativos da elevação do preço, que encaramos com realidade, porque toda vez que se eleva o preço, notamos que a tendência do produtor é comprar o pasto fora. E como ele, de uma hora para outra, quer aumentar a sua produção de leite, pela melhoria da alimentação, ele força uma demanda extra, no arraçãoamento, na alimentação, suplementar.

Existe uma lei da Economia que não é controlável por decretos ou por ações governamentais diretamente, e, assim, indiretamente: é a lei da oferta e da procura. Cresce a demanda, fatalmente, sobem os

reços. A forma mais objetiva que encontramos de neutralizar esses efeitos de demanda excessiva é exatamente aquela em que o produtor venha a produzir dentro de sua própria fazenda, dentro de sua própria terra, quantidades maiores, melhores e mais constantes de alimento ao gado. Foi por isso que lançamos o Programa Nacional de Pastagens que neste ano, recebeu recursos da ordem de um bilhão de cruzeiros novos, que já estão à disposição dos produtores em todas as regiões brasileiras, inclusive no Rio Grande do Norte. É pena bom que se alerte aos produtores, porque, muitas vezes, quando o Governo apresenta um programa, há tendência de se imaginar que ele apenas cumpriu uma de suas tarefas — e concordo com isto — mas que o Governo quase sempre apresenta um programa doirado, como uma pílula doirada para valorizar a sua ação. Pediria que os Senhores mesmos, que são usuários deste Programa, fizessem a comparação: são recursos altamente subsidiados. Os Senhores sabem disso. Os insumos modernos já estão sendo subsidiados, na tentativa de eliminar um pouco os efeitos negativos na crise internacional e da nossa dependência em matérias-primas. Já pagamos um subsídio que não são apenas 15%, porque os juros já estão subsidiados à agricultura a 15%. Se a inflação é de 25, ou 30%, o subsídio real para o Governo é desse valor. No caso dos adubos, dos fertilizantes, a partir de 15%, que já é valor subsidiado, estamos dando, inclusive, subsídio de 40% e mais um subsídio dos juros dos recursos que são aplicados na formação de pastagens, porque a parte do preparo do terreno, de estoca, de limpeza, de aração, gradagem, sementes, conservação de solos, esses recursos estão subsidiados a 100%, dando-se três anos de carência, até doze anos, para pagar. Só o custeio da pastagem, ou seja, a sua manutenção está a 15%. Pediria que os Senhores mesmos comparassem, na data em que fizessem um empréstimo daquele, valor equivalente com as próprias ORTNs, que é o indicador mais seguro que os Senhores terão. Quero que os Senhores mesmos analisem quando forem pagar a primeira prestação. Se este valor já não estiver, pelo menos, em termos reais, pelo ORTN, dividido ao meio, ou seja, o Governo já lhe pagou a metade pelo subsídio dos juros, eu diria que o programa não foi bom, porque tenho certeza de que isto não vai acontecer.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Perfeitamente.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Vamos desmoralizar um pouquinho, com a licença do Presidente da Mesa. Está uma maravilha, não há dúvida. Mas, acho que a melhor vara de medidas será o preço do litro de leite. Devemos olhar hoje quanto vale um litro de leite e quando formos pagar a primeira prestação, perguntaremos quanto ele está valendo.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Espero que V. Sª olhe isso.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Devemos olhar.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — E falo mais ainda: espero que V. Sª olhe, não só em relação a janeiro, que é o compromisso que eu tenho de procurar manter, mas que olhe, especialmente, em relação a março, que V. Sª verá se o Governo Geisel está ou não estimulando a agricultura.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Pelo amor de Deus, Excelência, quero apoiar V. Exª com esta minha afirmativa, porque, na verdade, o pequeno produtor de leite nem sabe o que é ORTN, vamos dizer a verdade. Quero, apenas, apoiar V. Exª, lendo que a melhor vara de medidas — e tenho tanta fé que o leite lançará um preço, que digo isto. Estou ajudando a V. Exª Devemos olhar o litro de leite como vara de medida. Isso é que é bom.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Muito obrigado.

Acho que, também, é uma boa oportunidade de se fazer com o próprio leite.

O SR. JOSÉ RIBEIRO DE MOURA JÚNIOR — Perfeitamente.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Estas foram as medidas diretas de ação do Governo, o que ele podia fazer em relação ao programa de alimentação de gado, além de estarmos considerando muitos dos produtores que são transformados em ração, como insumos modernos. Evidentemente, há subsídios, também, de forma indireta, na ração.

Outro programa em que estamos muito interessados é a continuidade da melhoria genética dos nossos rebanhos.

Reconhecemos o grande esforço que fez o produtor nacional, desenvolvendo uma pecuária adaptada às condições brasileiras. Importamos o gado, mas fizemos adaptação e hoje o Brasil pode se orgulhar de linhagens já adaptadas. Só que estamos preocupados e queremos ampliar o número destas rezes de boa qualidade. Por isto não só, também, estimulamos as linhas de crédito para aquisição de cria, recria, matrizes e reprodutores, como também abrimos créditos especiais para a retenção dessas crias e recrias, para evitar que em épocas difíceis de cada um desses produtores — e isso sempre acontece, mesmo que a economia geral possa ir bem, muitos produtores, às vezes, se desequilibram por condições extras, sejam intempéries do próprio clima, sejam condições dos seus negócios que podem trazer problemas. Hoje o produtor não precisa, por qualquer razão, perder as suas matrizes ou os seus produtos, porque o Governo tem linhas especiais de crédito, que, pelo menos no valor próximo à comercialização lhe está dando proteção.

Com relação ao desenvolvimento da pecuária, estamos fazendo um esforço bastante grande e concentrado. O Governo resolveu fazer pesquisa de forma concentrada. Criamos dois centros nacionais de pesquisa: um Centro Nacional de Pesquisa de Pecuária de Corte, que indiretamente, também, beneficia à pecuária de leite, pelas regiões que trabalha, e mesmo porque temos uma pecuária mista, hoje, maior do que a própria pecuária especializada e que mantém um abastecimento brasileiro em proporções maiores do que a especializada. Este Centro já está em implantação no Mato Grosso. Criamos também na Zona da Mata, em Minas Gerais, o Centro Nacional de Pecuária de Leite, onde estamos fazendo um grande investimento, especialmente, em recursos humanos para que o Brasil possa buscar uma linha de pesquisa objetiva para as condições brasileiras.

Espero que, com esse grande esforço que o Governo Geisel está fazendo no setor da pesquisa agropecuária e aproveitou, inclusive, a oportunidade para realçar esse esforço, aqui, na Comissão de Agricultura. O Presidente Ernesto Geisel tem prestigiado e acompanhado pessoalmente o trabalho da pesquisa do setor agropecuário brasileiro. Foi, inclusive o primeiro órgão que ele visitou após a sua posse. Fez questão de acompanhar as evoluções do orçamento deste órgão, onde Sua Excelência, com sua participação direta, está permitindo que nós façamos, dentro daquele programa realista e objetivo, o trabalho, sem que haja falta de recursos.

Com isto, seria bom que nós brasileiros já nos orgulhássemos, porque em 1975, além de termos multiplicado praticamente 2,5 vezes o orçamento da pesquisa no Brasil, somos, hoje, reconhecidos pelas instituições internacionais, como o País da América Latina que mais recursos aplica em pesquisa agropecuária, só pelo Governo Federal, sem contarmos os recursos dos Estados.

Este ano estamos aplicando recursos, para comparar a nível internacional, 80 milhões de dólares, ou seja, mais de 600 milhões de cruzeiros.

Fazemos um grande esforço para eliminar aquele ponto de estrangulamento que sempre existiu na pesquisa brasileira, além de recursos a tempo e a hora, os recursos humanos que são escassos.

O Brasil realiza hoje, na sua História, o maior programa de preparação de mão-de-obra já visto. Estamos hoje com seiscentos técnicos nas melhores universidades do mundo. Esses técnicos que foram desde 1974, estão começando a retornar aos seus campos de

trabalho, inclusive, um grande número ao setor da pecuária de leite e da tecnologia de alimentos.

Com isto, esperamos que, com esta mão-de-obra, já mais arejada, melhor preparada, o Brasil possa fazer aquilo que todos nós temos reclamado: uma pesquisa mais objetiva, realista e em benefício da produção e da distribuição de produtos importantes como o leite, e o da assistência técnica, que realiza a transferência da tecnologia. O investimento que estamos fazendo é dos mais palpáveis. Os Senhores sabem que o produtor, muitas vezes, não tem acesso àquelas informações desejáveis não só da tecnologia já disponível no País, como dos próprios instrumentos governamentais que colocamos à sua disposição. Por isso estamos seriamente preocupados em ampliar a assistência técnica no Brasil. Temos recebido, também, do próprio Presidente Ernesto Geisel, um apoio pessoal para isso. Se eu citar as cifras dos recursos já definidos que o meu Ministério tem aplicado e irá aplicar, acredito que justificaria. E aqui têm dois secretários, que devem estar sentindo esses efeitos.

É pena que o secretário do Rio Grande do Norte não esteja aqui, porque ele iria dizer que neste ano nós, praticamente, triplicamos os recursos da assistência técnica e entregamos limpinho para o seu Estado.

Acredito que V. Ex^a, como Líder e Deputado na área, vai verificar isso, vendo que Ministério não está tão ausente, assim, do Rio Grande do Norte.

Aqui temos dois Secretários que poderiam confirmar claramente o grande esforço.

O Ministério da Agricultura teve, para apoio à assistência técnica, conforme a própria proposta orçamentária aqui aprovada para 1974, 53 milhões de cruzeiros.

Este ano, só do meu Ministério, estão saindo cerca de 300 milhões de cruzeiros, que estamos aplicando nos Estados, em assistência técnica no campo, porque eu posso provar aos senhores que o número de técnicos que coordenam a assistência técnica central é mais reduzido do que foi em 1974, o que significa que estamos levando ao campo essa assistência. E a esta altura, conforme a proposição que virá ao Congresso Nacional do orçamento já definido em nossa área, ampliaremos esses recursos, em 1976, se aprovado pelo Congresso Nacional, para a ordem de 530 milhões de cruzeiros, ou seja, 10 vezes aqueles que contamos em 1974.

Espero que, com esses recursos, possamos contar com uma assistência técnica maior, mais efetiva, além dos recursos creditícios para esses programas que estão sendo ampliados consideravelmente.

Os Senhores sabem que mesmo naquela época e em que se teve de estabelecer restrições à expansão monetária, a agricultura foi poupada. Estaremos, este ano, aplicando mais de 96 bilhões de cruzeiros, dentro das linhas de crédito dos bancos oficiais e particulares no Brasil. Isto foi programado desde janeiro. A esta altura do ano, posso garantir aos senhores que nós ultrapassaremos a casa dos 100 bilhões de cruzeiros aplicados na agricultura no ano de 1975. É uma soma fabulosa, considerável. Pediria que os senhores mesmos verificassem qual país do mundo está fazendo uma inversão maciça numa época de crise, como a que estamos vivendo. Especialmente, se puderem comparar o setor da pecuária, tanto de corte quanto de leite.

O SR. OLAVO MONTENEGRO — Sr. Ministro, permite-me um aparte?

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Com muito prazer.

O SR. OLAVO MONTENEGRO — Espero que isto chegue realmente ao Rio Grande do Norte, porque até agora nada existe. Conheço pelas publicações feitas e pelos programas já exteriorizados não só aqui, como fora — a nova temática do Ministério da Agricultura. Mas, até hoje — é o testemunho que quero dar a V. Ex^a — nada existe. Faço outro apelo para que V. Ex^a estude a implantação de um órgão que chegue ao pequeno agricultor, porque somente o médio e o mais esclarecido podem chegar aos órgãos financiadores, aos órgãos técnicos. Tenho o prazer de dizer que pedirei uma audiência

a V. Ex^a e, quando o fizer, apresentarei uma sugestão ao Ministério da Agricultura, no sentido de se encontrar uma fórmula para se chegar ao pequeno agricultor. De toda distorção da pecuária e da agricultura brasileira, entendo eu, que o acesso ao financiamento — entretanto, existem salvo engano, 28 ou 28 órgãos que trabalham em direção à agricultura — tornam o pequeno agricultor cada dia mais miserável, Sr. Ministro.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Agradeço a sugestão. E já que V. Ex^a me fez um apelo, eu faria outro, pois V. Ex^a, como Líder do seu Estado, está alegando que não tem chegado esse tipo de recurso creditício ao Rio Grande do Norte. O Governo não planta e não colhe. Portanto, o máximo que ele pode fazer, nesse caso, é colocar o dinheiro à disposição.

V. Ex^a sabe que sou mineiro. Ele lá em Minas tem um ditado muito certo e que nós, mineiros, gostamos sempre de repetir: "C Senhor pode levar o cavalo à água para que ele beba. Pode até enfiar a cabeça do cavalo dentro da água, mas ele só beberá, se quiser". O dinheiro está lá. Só o seu produtor pode usá-lo. Nunca o Governo. A utilização dele depende do seu produtor. Agora, V. Ex^a com a liderança que tem, poderia ajudar-me a fazer com que ele utilizasse mais esses recursos que o Governo está pondo lá. Assim, acredito que nós mudaremos um pouco o quadro da agricultura no seu Estado, onde estamos fazendo um esforço grande e onde o Ministério está concentrando recursos. Então, colocar o dinheiro lá, nós podemos. Mas usá-lo o Governo não vai, tem que ser o produtor. E V. Ex^a poderia nos ajudar muito, se divulgasse essas linhas de crédito que o Governo está colocando à disposição do seu agricultor.

O SR. OLAVO MONTENEGRO — Peço a V. Ex^a não se aborrecer comigo pelas vezes que for bater às suas portas.

O SR. ALYSSON PAULINELLI — Pelo contrário, não estou aborrecido, apenas quero que me ajude nesse sentido.

Então, em relação ao setor da produção, estamos procurando mobilizar o que o Governo dispõe.

Sei que o problema que mais deve empolgar numa reunião desse tipo é o problema do preço. Vou ser muito claro, muito sincero com os senhores, como sempre procuro ser. Assumimos todos os riscos que se tem num produto tão sensível como o leite e fizemos, dentro daquele ano que nos propusemos, as correções que os senhores mesmos julgaram pertinentes. De lá para cá, estamos procurando acompanhar todos os efeitos não só da desvalorização monetária que o Governo reconhece, como dos efeitos dos custos dos fatores de produção do leite e estamos atentos a essas evoluções.

Quero dizer aos Senhores que estudamos com todo o cuidado essa evolução. Inclusive, na última época em que havíamos previsto um aumento no leite, tive muita dificuldade, porque os Senhores sabem que estamos diante de uma outra tremenda pressão inflacionária, tanto de origem externa — onde a inflação tendeu a um agravamento em alguns países, inclusive, forte — como de origem interna — em consequência de fatores adversos e esporádicos que sofremos, especialmente a geadas, a seca e as enchentes do Nordeste. Ficamos muito preocupados em dar uma correção, mesmo sabendo dos riscos que tínhamos no índice inflacionário. Procuramos discutir isso atentamente com todos os Ministros da área econômica, que apoiam a política do Ministério da Agricultura de estimular o setor do leite. Se não fosse isso, nós não teríamos conseguido fazer as correções.

É bom que se diga, porque muitas vezes querem transferir a colegas de Ministério a responsabilidade de não ceder a proposições de preço. Acho que nada melhor do que o próprio Ministro da Agricultura dizer que tem contado com o apoio incondicional dos Ministros da área econômica para fazer essa política realista de preços, de estímulos, de sustentação de preços, de preços mínimos, de proteção ao produtor por estoques reguladores. São políticas que estão exigindo recursos fabulosos do Governo, muitas vezes, superiores àqueles que estavam sendo despendidos anteriormente.

Se eu mostrar aos senhores a estatística do que aconteceu com os preços mínimos, os senhores vão ficar estarrecidos. Temos crescimentos em preços mínimos na ordem, muitas vezes, superior a 200% de um ano para o outro. Isto tem acontecido, mas não estamos nos queixando desses recursos. Temos recebido incondicional apoio dos Ministros da área econômica, para fazer essa política agressiva de sustentação de preço. Tivemos de fazer, na época, essa correção. Estávamos devendo a correção e tivemos de decidir se fazíamos a correção face ao índice da desvalorização monetária, que estava em torno de 10,4% ou fazíamos àquela época, quando fizemos a última correção, face à elevação dos custos do combustível e dos salários que o próprio Governo tinha permitido, dar em torno de 0%. Optamos pela elevação do índice da correção.

Vou ser sincero: face à tremenda pressão inflacionária que enfrentamos, fizemos praticamente uma meia-sola e não um aumento, porque o Governo assim o considera. Subsídio — para nós — não é política definitiva, mas ela significa, inclusive, a boa vontade dos outros Ministros da área econômica, que tiveram que me arrumar recursos suficientes para subsidiar o leite, especialmente nos grandes centros, onde ele já estava a preço maior que nos outros centros menores. E graças a isso nós conseguimos dar aos Senhores um aumento percentual médio de 10,4% naquela época.

Sei que, após a geadada e uma seca prolongada, houve uma tendência de elevação nos preços das rações, maior do que aqueles que estavam sendo medidos dentro da série histórica, que nós acompanhamos. Infelizmente. Hoje, estamos reconhecendo que face aos custos de produção já há uma nova defasagem que nos reocupa, mas quero ser sincero aos senhores. Se corrigirmos, num aumento percentual médio, inclusive, no leite industrial — se não me alha a memória, chegou a quase 16% o aumento autorizado pelo Governo — temos, outra preocupação que os senhores também deverão ter e me ajudarem. Estou vendo, aqui, vários empresários industriais que me ajudaram muito. Estão chegando as águas e estamos prevenindo novos excessos de leite, em muitas regiões. Aqui está o Torquato que há de se lembrar quantas vezes telefonei, no ano passado, para que a Nestlé recebesse mais caminhões de leite do Brasil-Central. Todos os industriais daqui sabem que trabalharam com excesso, esforçando-se, fazendo três turnos para vinte e quatro horas, porque temos de reconhecer que o Governo está enfrentando um outro problema que é a expansão da nossa capacidade industrial. Dentro de uma realidade, o ideal para nós seria pedir. Todo mundo produza leite, dentro de faixas médias, o Governo não pode responsabilizar-se pelo que sobrar. Seria uma política cômoda, mas nós não estamos procurando fazê-la assim, mesmo porque estamos pagando as consequências de uma depressão que foi longa e que o Brasil, infelizmente, não está tendo auto-suficiência de leite, quando poderia ser concorrente para exportação. Pretendemos chegar lá e, se Deus quiser, não vamos demorar muito. Mas não se faz do dia para a noite. Tanto assim, que quando demos aquele aumento percentual de 100%, os senhores sabem que dificuldades passamos para que se absorvesse toda produção leiteira do último período de safra das águas, do ano passado. Estamos prevendo dificuldades para este ano. Retornamos àquela política de estimular preços na entressafra, e, novamente, na política de cota, o incentivo direto ao produtor.

Estou preocupado com este ano, não porque o Governo tenha omissão, pois não se faz uma usina do dia para a noite. Posso citar aqui na região, onde há mais problemas, várias usinas em construção com apoio e financiamento do Governo. Acabamos agora, de estimular mais usinas, para que não venhamos a ter aquela continência incômoda de jogar o leite pelo ralo. Isto é doloroso para um país que tem fome. Porém os senhores sabem que nós corremos este risco e não queremos que isto aconteça.

Quero contar e aqui estão os representantes das indústrias com participação e o apoio efetivo dos industriais para nos ajudar a fazer horas-extras, ampliar a sua capacidade. Estamos dispostos a fazer financiamentos, porque fatalmente teremos regiões com excesso

de leite, agora, muito próximo, especialmente com o começo das chuvas. Portanto, estamos procurando estabelecer pontos realistas. Posso garantir que o Governo não mudou aquela orientação. Não queremos manter, no setor preço, o estímulo só via-preço, mas pelo menos garantir aquela posição, que todos concordamos, que era altamente razoável ao estímulo do setor como estabelecemos para o início deste ano.

Quero também deixar bem claro — isso não é novidade — que a partir daquele aumento, estamos começando a computar também, os índices de produtividade, que é o objetivo de todos nós, porque o Governo reconhece que 2,7 litros de leite, por cabeça de vaca, é um índice muito baixo e oneroso ao produtor, ao Governo e aos consumidores. É responsabilidade nossa, conjunta, de procurarmos melhorar a produtividade no setor leiteiro, razão pela qual todas as correções, que vamos fazendo nos preços, face à desvalorização monetária, daquela data em diante passaria a contar sempre com um percentual de produtividade. Evidentemente, em bases reais. Nós não somos utópicos para imaginar que se possa dobrar de um ano para outro a produtividade num setor tão complicado, dependente e intrínseco de fatores colaterais como o leite. Todavia esperamos que as próximas correções e os Senhores mesmos irão participar dessas discussões, já tenham considerações de elevação e média de produtividade que é o nosso objetivo comum.

Venho, portanto, tranquilizar. Sei que aquela condição de efeitos negativos de uma geadada e de uma seca prolongada, infelizmente, elevaram custos de produção numa base maior do que desejávamos, dentro do último aumento que fizemos. Mas, acredito que poderei, tão logo tenhamos condição de análises reais — não dessa situação atípica de um período pós-geada ou pós-seca prolongada, mas dentro das condições normalizadas — de por novamente na mesa os percentuais de preços que iremos discutir e os anunciaremos, em época oportuna, para que o setor não sinta desestímulo. É o que queremos. Quero deixar bem claro que o Governo permanece no desejo de manter o preço estável a nível de moeda corrigida, considerando-se, também, o fator produtividade. Esta é uma política que nós definimos desde o início. Temos tido o apoio do próprio Presidente para isso, porque reconhecemos que qualquer defasagem nós pagaremos posteriormente por ela, como estamos pagando, agora, sem auto-suficiência, num setor de tão vital importância como o leite. Sei que esta nossa afirmação apenas confirma aquilo que nossos Assessores devem ter comentado com os Senhores, porque esta é a orientação que todos estamos recebendo do Governo. Não queremos desestimular nenhum setor, especialmente a pecuária nacional. É conhecido o grande sacrifício que o Governo está fazendo para estimular a pecuária, em geral, e a soma infindável de recursos que tivemos de lançar mão, para que a pecuária brasileira não sofresse aquilo que as de outros Países está sofrendo. Acredito que mesmo com os efeitos altamente negativos de uma crise internacional, de uma recessão de demanda no setor da pecuária, que o produtor brasileiro vá conseguir suplantar essa crise, menos machucado e esperamos que, se possível, nem arranhado, nesta tremenda luta que estamos enfrentando. Já se prenunciam novas perspectivas, especialmente no setor carne, e esperamos que este estímulo reflita, também, no setor leite porque no Brasil, hoje, nós temos uma interconvertibilidade entre leite e carne. Tanto assim que os senhores mesmo reconhecem que com a crise no setor da carne aparece sempre uma quantidade de oferta de leite no período de safra, provocada exatamente pela necessidade do produtor no setor da pecuária de corte, em auferir mais renda do seu rebanho para manutenção e sustentação desses rebanhos. Mas, esperamos poder manter a política do leite como propusemos, e também que haja uma recuperação tão rápida, quanto possível, no setor carne, para que a pecuária nacional continue a crescer.

O Brasil é um dos poucos, senão o único País do mundo, em que a pecuária cresceu no pique da crise internacional. Os dados de que dispomos são altamente comprovantes disto. Aumentamos em muito a nossa produção leiteira de 1973/1974 e estamos aumentando o abate brasileiro razoavelmente nesta mesma época. A nossa preo-

cupação daqui por diante, é procurar com todo o esforço, não só de Governo, mas de produtores, a busca do maior desfrute da produtividade neste setor único meio capaz de remunerar bem aos produtores. É evidente que além, desse esforço da produtividade estamos procurando baixar os custos relativos dos fatores da produção. De alguns que somos dependentes, não temos o controle, daqueles que temos o controle, estamos procurando mantê-los dentro de limites razoáveis. (Acho que esta exposição deve colaborar com a Comissão de Agricultura do Senado, que em tão boa hora convoca os representantes do setor leiteiro para um debate que, espero, nos traga mais dados, melhores informações, melhores sugestões para que possamos prosseguir nessa política e recuperar um setor que estava defasado e sofrido. Sei que o setor leiteiro está se organizando. Para mim é uma satisfação. Tenho visto o grande esforço que fazem os pecuaristas em melhorar as suas condições internas de produção, bem com se organizarem — e isso é muito importante — em esquemas associativos que permitem evitar essas variações incômodas de flutuações e especulações de mercado, especialmente no caso do leite, para fatores de produção. Quero que os pecuaristas procurem, nestas suas organizações, estabelecer as melhores formas de auto-defesa porque uma coisa é certa, o Governo mobiliza os seus instrumentos, mas não os utiliza. Quem tem de utilizá-los são os produtores. E quanto mais organizado, quanto mais estruturado esteja o setor, tanto mais eficientemente eles utilizarão destes recursos e instrumentos que colocamos a sua disposição.

Esta, a apresentação que podíamos fazer, e ao mesmo tempo permitam-me dirigir um apelo aos senhores. A produção, no setor agropecuário, não é só responsabilidade do Governo. A nós cabe ajustar os nossos instrumentos, pois fazendo um jogo muito aberto e claro dos recursos que dispomos que são limitados — temos que ser claros. O Governo não tem um saco sem fundo de onde sempre se tira, e nunca se repõe — as limitações estão aí, os nossos instrumentos estão aí para serem discutidos, ajustados, porque nós queremos que eles sejam os mais eficientes. Agora é fundamental, o produtor tem que estar conscientizado da sua parcela de responsabilidade. E aqui, ao conversar com as Lideranças políticas, empresariais e produtoras, eu sei que nada melhor, pois se nós pudermos somar os nossos esforços de Governo, de Lideranças de classes produtoras, nós atenderemos nossos objetivos. Do contrário sei que o caminho será mais áspero e difícil. (Palmas.)

O SR. ORESTES QUÉRCIA — Encerrando esse nosso encontro, agradeço ao Senhor Ministro, às Indústrias, às Cooperativas.

Eu tinha esquecido de citar aqui o nosso eminente amigo ex-Secretário da Agricultura de São Paulo, ex-Vice-Governador, Antônio Rodrigues Filho, que é Presidente da Organização das Cooperativas.

Quero convidar o Sr. Ministro, os Srs. Senadores, os Srs. Deputados, a Imprensa e todos os presentes, para um coquetel que faremos, em seguida, no salão nobre do Senado.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às 12 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO MISTA

Incumbida de Estudo e Parecer Sobre a Mensagem nº 39, de 1976 (CN), Que Submete À Deliberação do Congresso Nacional Texto do Decreto-Lei nº 1.459, de 19 de abril de 1976, que "Reajusta os Vencimentos e Proventos dos Servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências".

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1976

Às dezessete horas e trinta minutos do dia quatro de maio de mil novecentos e setenta e seis, no Auditório Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Arnon de Mello, Heito Dias, Otto Lehmann, Leite Chaves, Dirceu Cardoso e Paulo Brosard e os Senhores Deputados Newton Barreira, Rezende Monteiro Navarro Vieira, Sebastião Rodrigues, José Thomé e Genervin Fonseca, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 39, de 1976 (CN), que "reajusta os vencimentos e proventos dos Servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Altevir Leal, Ruy Santos, Mattos Leão e Otair Becker e os Senhores Deputados Amaral Furlan, Januário Feitosa, Ricardo Fiúza, Jarbas Vasconcelos e Francisco Studart.

Em obediência ao § 2º do Art. 10 do Regimento Comum assume a Presidência o Senhor Senador Arnon de Mello, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. As cédulas são distribuídas e o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Rezende Monteiro.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Leite Chaves	12 vote
Em branco	01 vote

Para Vice-Presidente:

Senador Heitor Dias	12 vote
Em branco	01 vote

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Leite Chaves e Heitor Dias.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Leite Chaves agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a Matéria o Senhor Deputado Navarro Vieira, marcando para o dia doze de maio de mil novecentos e setenta e seis, a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, lavrarei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e vai à publicação.

MESA

Presidente:
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:
Benjamim Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:
Ruy Carneiro (MDB—PB)
Renato Franco (ARENA—PA)
Alexandre Costa (ARENA—MA)
Mendes Canale (ARENA—MT)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Petrônio Portella
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Jarbas Passarinho
José Lindoso
Mattos Leão
Osires Teixeira
Ruy Santos
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Mauro Benevides
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Evandro Correia

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quéricia
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

Titulares

ARENA

1. Vasconcelos Torres
2. Paulo Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálio Coelho
5. Mendes Canale

Suplentes

1. Altevôr Leal
2. Olair Becker
3. Renato Franco

MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

1. Adalberto Sena
2. Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 706
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.
Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Agenor Maria

Titulares

ARENA

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Renato Franco
5. José Esteves

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Benedito Ferreira

MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Correia

1. Evelásio Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Eptácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema
2º-Vice-Presidente: Paula Brossard

Titulares

ARENA

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvídio Nunes
5. Itálio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Henrique de La Rocque

Suplentes

1. Mattos Leão
2. Otto Lehmann
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paula Brossard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala "Clávis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Heitor Dias

Vice-Presidente: Adalberto Sena

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

MDB

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barbosa
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carneira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Rams 621 e 716.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnon de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quêrcia
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Tarso Dutra

Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann

- Arnon de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Ruy Santos

MDB

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares**Suplentes****ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Rams 621 e 716.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Jessé Freire

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

MDB

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon
Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Eptácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)
(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Danton Jobim
Vice-Presidente: Renato Franco

Titulares

Suplentes

ARENA

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

MDB

1. Danton Jobim
2. Orestes Quêrcia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Luiz Viana
2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrónia Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fausto Castelo-Branco
Vice-Presidente: Gilvan Rocha

Titulares

Suplentes

ARENA

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carneira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Eptácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

ARENA**Suplentes**

1. Jarbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

MDB

1. Amaral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lázaro Barboza
Vice-Presidente: Otto Lehmann

Titulares

1. Augusto Franco
2. Otto Lehmann
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

ARENA**Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

MDB

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Sonia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala Eptácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alexandre Costa
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paula Guerra

ARENA**Suplentes**

1. Otto Lehmann
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Claudio Carlos R. Costa — Ramal 301

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito, e

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674
Marília de Carvalho Brício — Ramal 314; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Juliano Lauro da Escossia Nogueira — Ramal 314.

SENADO FEDERAL**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL****PARA O ANO DE 1976**

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE		C.E.C	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
10:00	C.C.J.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	10:00	C.S.P.C.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	SONIA
	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL	10:30	C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINÍCIUS
10:30	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
	C.A.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MARCUS VINÍCIUS	11:00	C.L.S.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
11:00	C.R.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM		C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA
11:30	C.S.N.	CLOVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA		C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CLÁUDIO COSTA

TRÂNSITO

Legislação atualizada

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata

Ilícitos penais do Trânsito

Resoluções do CONTRAN

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas.

PREÇO: Cr\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Edição: agosto de 1974

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos Partidos Políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974);
- As últimas instruções do TSE
(voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem).

Edição — Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

2ª Edição Revista e Atualizada — 1975

VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00

CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, e nº 5, de 28 de junho de 1975.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

A VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de reembolso postal.**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZARD;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: Cr\$ 70,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
SENADO FEDERAL**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50